



Editor Responsável pela Edição 6, Número 1

Prof.Dr. Hilton César de Oliveira

Editor Responsável pela nova editoração da Edição 6, Número 1 - Data da publicação 03/10/2015

Prof. Dr. Rangel Cerceau Netto

Conselho Editorial

Gilmara de Cássia Machado
Helivane de Azevedo Evangelista
Rodrigo Barbosa Lopes

Conselho Consultivo

Alexandra do Nascimento Passos, Centro Universitário UNA,
Alexandre Bonafim Felizardo, Universidade Estadual de Goiás - UEG
Aline Magalhães Pinto, Pontifícia Universidade Católica - PUC-RJ
Eliane Garcindo de Sá, Universidade do Estado do Rio de Janeiro - UERJ
Jonis Freire, Universidade Federal Fluminense - UFF
Jorge Luiz Prata de Sousa, Universidade Salgado de Oliveira - UNIVERSO
Júlio César Meira, Universidade Estadual de Goiás - UEG
Lana Mara de Castro Siman, Universidade Estadual de Minas Gerais- UEMG e Universidade Federal de Minas Gerais- UFMG/FAE
Lucília Regina de Souza Machado, Centro Universitário UNA
Margareth Vetus Zaganelli, Universidade Federal do Espírito Santo - UFES
Maria Antonieta Albuquerque de Oliveira, Universidade Federal de Alagoas - UFA
Maria de Deus Manso, Universidade de Évora, Portugal
Rafael Sumozas Garcia-Pardo, Universidad de Castilla-La Mancha - UCLM, Espanha
Renato Silva Dias, Universidade Estadual de Montes Claros -UNIMONTES
Vanicléia Silva Santos, Universidade Federal de Minas Gerais- UFMG
Wânia Maria de Araújo, Universidade do Estado de Minas Gerais -UEMG
Wellington de Oliveira, Universidade Federal dos

Vales do Jequitinhonha e Mucuri - UFVJM

Centro Universitário de Belo Horizonte
Reitor: Rivadávia Correa Drummond de Alvarenga Neto
Vice-reitora: Vânia Café

IED- Instituto de Educação
Diretora: Helivane de Azevedo Evangelista

Departamento de História
Coordenador: Rodrigo Barbosa Lopes

Pós-Graduação
Coordenadora: Bárbara Madureira Wanderley

Diagramação
Rangel Cerceau Netto

Contato:
ehum
Revista da Pós-Graduação UNIBH
Av. Prof. Mário Werneck, 1685 – Campus Estoril
e-mail: ehum.revista@gmail.com / ehum@unibh.br
home page:
<http://revistas.unibh.br/index.php/dchla/index>





Sumário

Expediente	1
Nota Editorial	02
Racismo Cordial Desconstruído: Uma leitura pós-positiva do papel da Mulher Negra no Brasil Colonial	04
Lei, Moral e Opressão aos Grupos Ciganos nos Oitocentos	15
O violão de Heitor Villa-Lobos: entre a Belle Époque carioca e as rodas de choro	25
“Cidades... mundos em miniatura”: as galerias como espaço de consumo e sociabilidade	36
A cidade que não morreu: modernidade e tradição no Guia de Ouro Preto, de Manuel Bandeira.	48
Mesclas americanas: uma leitura historiográfica do fenômeno e do conceito de mestiçagem na América ibérica	59
Serviços social, medidas sócio-educativas e o Adolescente Infrator no Liberdade Assistida	71
Os delitos da Carne e sua Repressão em Minas Gerais Setecentista ...	81



Nota Editorial

O Conselho Editorial da Revista E-hum resolveu editorar novamente a Edição número 6 volume 1, referente ao primeiro semestre de 2013. A decisão foi motivada pelos pedidos dos autores que argumentaram dificuldades em comprovar suas publicações. Analisando a referida edição, foi constatado que os artigos disponíveis em pdfs não continham referências à edição de publicação, bem como não havia qualquer marca que associava a E-hum aos manuscritos. O entendimento foi de que se mantivesse inalterada a publicação de responsabilidade do antigo Editor, essa seria prejudicial ao periódico. Por isso, consideramos necessário fazer as modificações, editorando as contribuições com as devidas indexações. Agradecemos a atenção e pedimos desculpas aos autores e usuários da Revista.

Editoria da Revista E-hum

RACISMO CORDIAL DESCONSTRUÍDO: uma leitura pós-positivista do papel da mulher negra no Brasil colonial



<http://eoi.citefactor.org/10.11248/ehum.v6i1.912>

Adriana do Carmo Figueiredo

Mestre em LETRAS pela UFMG

dricafigueiredo@uol.com.br



<https://orcid.org/0000-0001-5653-5731>

Recebido: 07/12/2013 Aceito: 06/07/2013

RESUMO:

Este artigo tem como objetivo fazer uma leitura do papel social do escravo no Brasil regencial, destacando-se os aspectos feministas da luta da mulher negra contra o cativo e pela manutenção do núcleo familiar formado na colônia. O fio condutor será o livro *Slave Life in Rio de Janeiro 1808 - 1850* (A vida escrava no Rio de Janeiro 1808 – 1850), tese de doutorado da pesquisadora norte-americana Mary Karasch. Ela é apontada por defensores de teorias feministas como aquela que fez o dever de casa de História do Brasil, contrariando o mito propagado por Gilberto Freire de que havia uma relação harmônica entre a casa grande e a senzala, o que propiciava a possibilidade de ascensão social ao escravo brasileiro.

Palavras-chave: construtivismo; feminismo; mulher negra; construção social; relações internacionais.

ABSTRACT:

This article aims to make a reading of the social role of the slave in Brazil regency period, highlighting the feminist aspects of the black women fight against captivity and for the maintenance of the family unit formed in the colony. The common thread is the book *Slave Life in Rio de Janeiro 1808 – 1850*, the doctoral thesis by American researcher Mary Karasch. She is pointed by feminist scholars as the one that did the History of Brazil homework, contrary to the myth propagated by Gilberto Freire work that there was a harmonious relationship between the big house and the slave quarters, which fed the possibility of social mobility to the Brazilian slaves.

Key words: constructivism; feminism; black woman; social construction; international relations.

INTRODUÇÃO

Desde o início da História, período convencionado como aquele em que grupos humanos registraram pela primeira vez, através da escrita, suas atividades, crenças e tradições, porém, mais especificamente, desde que os primeiros filósofos puseram-se a pensar sobre o papel da humanidade no planeta Terra, o gênero feminino enfrenta objeções quanto à sua inserção social. No período clássico das cidades-estados gregas não era diferente.

Na concepção de Aristóteles (BOBBIO, 1983, p. 349), na família encontravam-se as três relações sociais básicas: a autoridade do marido sobre a esposa, do senhor sobre o escravo e a necessidade de procriação de filhos. O homem, dotado de inteligência, é, portanto, aquele que manda; o escravo é naturalmente provido de força física devotada aos interesses do senhor; e a mulher, não tendo inteligência para o mando, só se faz necessária na tarefa reprodutiva.

Durante o processo de constituição do Estado Civil, com as obras de Thomas Hobbes (1993, p. 130 – 137, apud MIGUEL, 2001, pp. 254 – 255) John Locke e Jean-Jacques Rousseau, esta exclusão é institucionalizada. Hobbes vê a mulher como um ser fragilizado pela maternidade, tendo que cuidar da segurança de outro ser indefeso. Assim, nada mais natural que, já submetida à autoridade masculina, tenha seus direitos transferidos ao soberano absoluto a quem o homem/cidadão deve subordinação.

Outro autor contratualista, o inglês John Locke (BOBBIO, 1983) entende a mulher como um ser racional inferior, comparável aos trabalhadores, ambos, portanto, inaptos para a vida pública. A alienação de seus direitos ao homem segue a linha do assalariado que vende sua força de trabalho. Com o Contrato de casamento, a esposa entrega seu destino nas mãos do marido.

Já o francês Jean-Jacques Rousseau (BOBBIO, 1983), reforça o coro ao relegar a competência feminina única e exclusivamente ao ambiente doméstico. Esta limitação da razão da mulher, sendo inata, lhe exclui naturalmente de qualquer círculo onde sejam tomadas decisões morais que exijam maior inteligência (Estado, corporações, associações, etc.).

Tal situação mudou muito pouco depois do advento do Estado-Nação. Mesmo tendo cerrado fileiras com os homens na luta por liberdade, igualdade e fraternidade na Revolução Francesa, a mulher permaneceu alijada de direitos pelo Código Civil de Napoleão, uma das conquistas obtidas pelos revolucionários. A justificativa dos Iluministas (BOBBIO, 1983, p. 616) foi de que um escravo era o incapaz social, mas a mulher era incapaz naturalmente. Admitia-se a possibilidade de mudança de status social ao primeiro, mas o sexo feminino seria incapaz pela própria natureza.

Um outro salto no tempo contempla a mulher negra, nascida no século XIX e peça de comércio da metrópole portuguesa com o Brasil colônia. Neste caso, a situação é ainda mais grave, pois, à exclusão do gênero soma-se a exploração sexual, além da discriminação religiosa e cultural. E é a mulher negra, escrava (VILA; CRUZ, 2010, p. 3) trazida para o Brasil, ou mesmo nascida na colônia, o objeto deste estudo.

Como fio condutor desta luta por inserção da mulher negra na sociedade colonial brasileira este artigo faz uma leitura construtivista da tese de doutorado da pesquisadora norte-americana Mary Karasch, *Slave Life in Rio de Janeiro 1808 – 1850* (Vida Escrava no Rio de Janeiro 1808 – 1850). Rica em números, detalhes e documentos, tal tese, tornada livro, refuta o mito alimentado pelo livro *Casa Grande e Senzala*, de Gilberto Freire, de que a escravidão no Brasil foi mais amena do que em outras partes do mundo e a comparação mais óbvia é com a escravatura nos EUA.

A novidade inicial da tese da norte-americana é que nem só de casa grande e senzala viveu o comércio escravista no Brasil, já que seus estudos centraram-se na vida escrava em ambiente urbano, mais especificamente o Rio de Janeiro entre os anos de 1808 e 1850. Já a urbanização pregada por outro escritor brasileiro, Sérgio Buarque de Holanda, não é vista como grande vantagem, pois o Rio de Janeiro do início a meados do século XIX era o maior centro urbano-escravagista das Américas. E a vida do escravo urbano (cerca de 80 mil) não era menos dura do que a do que vivia em ambiente rural.

O Construtivismo, corrente de análise das Relações Internacionais que tira o foco da eterna luta estatal por poder em um mundo anárquico para centrá-lo no indivíduo como ser social, fará a interface interdisciplinar teórica deste artigo. Assim, a Política Externa Brasileira, o Pensamento Social Brasileiro, as Relações Internacionais na América Latina e a Identidade e Cultura nas Relações Internacionais serão abordadas como ferramentas que explicam, em parte, o grande projeto civilizador europeu.

PRIMEIRA PROVIDÊNCIA: sair da sombra do homem

Um bom ponto de partida para este estudo é apresentar a professora norte-americana Mary Karasch como uma mulher cuja obra contraria pensadores da antiguidade clássica, assim como os contratualistas e iluministas¹. Ela não só sai da sombra do mundo masculino como deixa, em prol de uma vida acadêmica, o único ambiente que, segundo Rousseau², é adequado à competência da mulher: o doméstico. E é no círculo acadêmico que Karasch contraria outro contratualista, John Locke³.

¹Thomas Hobbes apresenta em *O Leviatã* teorias de primeira imagem nas Relações Internacionais, em que a sociedade é reflexo da natureza do homem e este é mau por natureza, o que o levaria a delegar seus direitos a um soberano, o Estado, em prol da manutenção do bem maior, a própria vida. Para justificar a exclusão social feminina, Hobbes diz que a maternidade fragiliza a mulher, que passa a ser responsável pela segurança de um outro ser, indefeso. Para garantir a própria vida, mãe e filhos se submetem à autoridade do homem (...) já que o contrato promove a transferência de toda a autoridade para um soberano -, as mulheres não participam, pois já estavam previamente submetidas aos homens” (HOBBS, Thomas. *De cive*, capítulo IX. Petrópolis: Vozes, 1993., p. 130 - 137, apud MIGUEL, 2001, p. 254 – 255).

²Rousseau afirma: “Quando as mulheres forem o que devem ser, elas se limitarão às coisas de sua competência e julgarão sempre bem” (ROUSSEAU, Jean-Jacques. *Emílio ou Da Educação*. Rio de Janeiro: Bertrand – Brasil, 1992, apud MIGUEL, 2001, p. 255 – 256). Segundo Miguel (2001), isso equivale a dizer que “a limitação inata da razão e da capacidade de julgamento moral das mulheres torna necessário que elas permaneçam circunscritas ao círculo doméstico” (MIGUEL, Luis Felipe, 2001, p. 255 – 256).

³Segundo Locke, “através do contrato de casamento, as mulheres alienam os seus direitos, da mesma forma que os assalariados o fazem com o contrato de trabalho. Mas esta alienação contratual já é o resultado de uma racionalidade inferior, que tornava ambos, mulheres e trabalhadores, inaptos para a participação na vida pública” (Ver MACPHERSON, 1962; e PATEMAN, 1993, apud MIGUEL, Luis Felipe, 2001, p. 255 – 256).

Ao realizar o trabalho de pesquisa que resultaria em sua tese de doutorado, em 1969, publicada em livro em inglês em 1972 e só lançada traduzida no Brasil em 1987, Karasch assume o escravo negro como agente da própria história, contrariando o mito Gilberto Freiriano da absorção passiva. Gilberto Freire trabalha em Casa Grande e Senzala com a ideia de que a miscigenação no Brasil colônia foi um processo de democratização racial, que permitiu a aproximação da casa grande e da senzala e deu ao mestiço possibilidades de ascensão social (1930). Foi a história pregressa de Portugal com os mouros que deu ao português a necessária adaptabilidade à convivência e à miscigenação no ambiente rural e patriarcal⁴ brasileiro (1930).

No entanto, onde a sociologia e antropologia de Gilberto Freire veem o intercursos sexual entre patriarcas e mucamas como adaptação consensual a uma nova realidade (1930), a visão construtivista⁵ de Mary Karasch⁶ aponta para o estupro e a violência psíquica. Sem contar que a autora retira o foco do ambiente rural com seu pioneiro estudo da vida do escravo em ambiente urbano, mais especificamente o Rio de Janeiro, capital do Império.

Para estudar a vida escrava no Rio de Janeiro do século XIX, a maior metrópole negra das Américas, a autora norte-americana não se detém diante do senso comum que dizia que, em 1890, Rui Barbosa, enquanto Ministro da Fazenda do Brasil, havia mandado queimar todos os documentos sobre o período escravagista. Na verdade, Barbosa destruiu documentos tributários que poderiam dar aos escravocratas amparo legal no pedido de indenização pela perda de escravos (KARASCH, 1987). Com esta informação, a pesquisadora buscou outras fontes, tais como registros da Santa Casa de Misericórdia, para onde eram mandados escravos à beira da morte, como forma de se evitar despesas funerárias. “A Santa Casa registrava idade, de onde tinham vindo e a causa da morte” (LEITÃO, 2011).

O Construtivismo em Mary Karasch encontra-se ainda na opção pela metodologia⁷ de pesquisa. Vicejava no campo de estudos sobre a escravidão, por volta de 1930, o “ensaísmo sociológico” de autores como Gilberto Freire, Sérgio Buarque de Holanda e Caio Prado Júnior (SOARES, 2001, p. 421). A estes autores, Mary Karasch pôs 20 anos de pesquisa de campo, em que coletou relatos de viajantes, documentos policiais, registros e casos jurídicos e testamentários, petições de escravos contra tratamento desumano e teses médicas do século XIX. Também se deu crédito ao folclore e à cultura material contemporânea, história da arte e tradições religiosas (PIMENTA, 2001). Um exemplo da metodologia inovadora (para o período) de Karasch é citado por Pimenta (2001):

Os termos genéricos que identificavam os africanos no Rio são organizados em tabelas, explicitando-se todos os detalhes e nuances das categorias contemporâneas — o que é muito útil para o leitor não especialista em escravidão. Além disso, são percorridos os caminhos traçados pelo tráfico, para se chegar às possíveis etnias às quais pertenciam os escravos africanos, mostrando-se, em seguida, como eles e seus descendentes se definiram e se agruparam como nações no Rio (PIMENTA, 2001, p. 460).

Mary Karasch insere-se, na visão deste artigo, na terceira geração de brasilianistas. A primeira, representada por Gilberto Freire, Sérgio Buarque de Holanda e Caio Prado Júnior (1930 a 1950), trouxe a ideia amplamente difundida do racismo cordial, da miscigenação e do patriarcado leniente. Num segundo momento, estudos ainda na década de 1950, ligados ao Projeto Unesco, buscavam entender as relações raciais contemporâneas no Brasil, porém ainda apontando os escravos como “vítimas passivas do sistema” (PIMENTA, 2001, p. 460). Mary Karasch, no livro *A vida escrava no Rio de Janeiro 1808 – 1850*, dá ao escravo o papel de sujeito da própria história, cons-

⁴Pela visão feminista das teorias pós-positivistas das Relações Internacionais, “o patriarcado pode ser definido como forma de organização política, econômica, religiosa, social baseada na ideia de autoridade e liderança do homem, em que há predomínio dos homens sobre as mulheres; do marido sobre as esposas, do pai sobre a mãe, etc. O patriarcado representa o poder histórico dos homens sobre as mulheres.” (FIGUEIREDO, 2012).

⁵O Construtivismo provê um quadro de visão do mundo num modo fundamentalmente diferente daquele oferecido pela corrente literatura de Relações Internacionais. Em vez de introduzir um vocabulário de Estados, balanças (ou equilíbrio) de poder, anarquias, e outros termos de RI, o Construtivismo começa sua primeira lição de Relações Internacionais com uma análise de discursos de ação, regras, práticas, agentes, ações e arranjos sociais (KOWERT; KUBÁLKOVÁ; ONUF. *International Relations in a Constructed World*, 1998, preface). Editado por Venduka Kubalková, Nicholas Onuf e Paul Kowert. M.E. Sharpe. Armonk, New York; London, England. 1998.

⁶Embora seja importante destacar que os autores aqui abordados escreveram em épocas diferentes (Freire, terminou sua obra em 1930; e Karasch, em 1972), ambos focalizam o mesmo contexto histórico, tirando diferentes conclusões.

⁷Onuf propôs o Construtivismo como um suporte para a teoria social (...) O Construtivismo efetivamente deixa a epistemologia (como sabemos o que sabemos?) para os filósofos, e leva a linguística de volta à ontologia (o que sabemos?) (ONU, 1989, 36 – 43, apud KOWERT; KUBÁLKOVÁ; ONUF, 1998, p. 19). Assim, Mary Karasch opta pelo cientificismo da metodologia explorando “a relevância do Construtivismo para a pesquisa empírica e oferece novos modos de conceber matéria-chave da política internacional contemporânea” (KOWERT; KUBÁLKOVÁ; ONUF, 1998, p. 21).

truindo dentro das difíceis condições do cativo uma cultura afro-carioca própria. O Cemitério dos Pretos Novos⁸, no Cais do Valongo, Rua da Gamboa, centro do Rio de Janeiro, comprova de forma triste as observações da norte-americana que fez o dever de casa de História do Brasil.

O lugar onde milhares de corpos e pedaços de corpos de escravos eram jogados insepultos faz parte dos relatos de viajantes colhidos por Mary Karasch. Contudo, a comprovação da veracidade dos relatos só veio à tona em 1996, quando da escavação para reforma da casa número 36 da Rua Pedro Ernesto, no bairro da Gamboa, centro do Rio de Janeiro. A Fiocruz (Fundação Oswaldo Cruz)⁹ analisou isótopos de estrôncio¹⁰ para descobrir o solo de origem daqueles corpos. Pesquisas arqueológicas em artefatos e arcadas dentárias reconhecem a imensa variedade de etnias vindas para o Rio de Janeiro. Dos cerca de 3 milhões e meio que adentraram o Brasil, 1 milhão foram para o Rio de Janeiro, entrando pelo Cais do Valongo. Aproximadamente 200 mil escravos novos pereceram na viagem ou logo após a chegada, antes, portanto, de virar peça de trabalho na colônia (KARASCH, 1987).

IDENTIDADE E CULTURA AFRO-CARIOCA

Mary Karasch (1987) estudou a vida dos escravos na primeira metade do século XIX, e constatou que o Rio de Janeiro tinha a maior população escrava urbana das Américas. As pessoas que visitavam o Rio podiam ver o quanto a “cor negra” dominava a cidade. A historiadora demonstrou em sua obra a servidão e a resistência em um ambiente “civilizado”, a capital do Império brasileiro, onde os escravos não moravam em senzalas e sim longe de seus senhores; não trabalhavam em engenhos e plantações e sim em um ambiente urbano; e não se refugiavam em quilombos, eles jogavam capoeira nas praças, e se preocupavam em comprar a sua alforria. No entanto, o ambiente não era de harmonia. Os escravos sofriam torturas e repressões de liberdade típicas das guerras.

Como bem demonstram os estudos do Comitê Internacional da Cruz Vermelha (CICV), entidade vinculada ao Conselho de Segurança das Nações Unidas, procedimentos utilizados em eventos bélicos, como humilhar, amarrar, alimentar precariamente, separar familiares e conhecidos, estuprar, coagir moral, física e emocionalmente e outros modos de aviltar os vencidos, foram repetidos com os escravos e ainda são práticas comuns no mundo contemporâneo (BEERLI, 2010). O batismo em Igreja Católica, a imposição de nomes cristãos e a proibição da prática de cultos religiosos, rituais e danças da cultura africana também foram tentativas de desconstrução da identidade dos cativos.

Todavia, não obstante toda essa repressão, os africanos obtiveram êxito em preservar hábitos, costumes e aspectos de suas diferentes culturas, por meio da culinária, dos dialetos e códigos escondidos em danças, músicas e canções. O modo de se vestir e o preparo de alimentos dentro das possibilidades de ingredientes ao alcance das mulheres negras é outro aspecto de resistência cultural. Dentre o legado dessa história de resistência às tentativas de aculturação destacam-se o vocabulário doce e usado no diminutivo pelas mucamas e amas de leite com as crianças brancas, bem como palavras como quilombo, dendê, quiabo e moleque.

No que diz respeito a hábitos e costumes, os negros legaram ao mundo a capoeira (SOARES, 2001, p. 25), uma forma de arte marcial disfarçada em alegre dança e gingado, o candomblé e a umbanda, maneiras de se preservar hábitos e crenças religiosas usando do sincretismo para adaptar a adoração aos orixás à cultura cristã de culto aos santos. E, no campo da culinária, foram surgindo alimentos como o vatapá, o cuscuz e o acarajé.

⁸Principal porta de entrada de escravos no Rio de Janeiro e de lá distribuídos para o resto do Império, estima-se, com base no livro de Karasch, que o Valongo tenha recebido cerca de 1 milhão de escravos. Os saudáveis seguiam para amostragem no comércio, os mortos e os irremediavelmente doentes tinham os ossos dos corpos quebrados para caberem no espaço exíguo que lhes era reservado, além de serem queimados. Era o sepultamento “à flor da terra”, conforme relata o historiador Cláudio de Paula Honorato. Apenas no espaço de uma casa colonial carioca, na Rua Pedro Ernesto, foram encontrados restos de ossos que somariam o total já comprovado de 6122 corpos, sepultados somente entre 1824 e 1830. Eram chamados “pretos novos” porque nunca tiveram dono, eram peças novas jamais usadas.

⁹Oswaldo Cruz (1872 – 1917) foi médico sanitário brasileiro nascido em São Luís do Paraitinga, fundador da medicina experimental brasileira e que obteve reconhecimento mundial como sanitário pelo fato de ter conseguido erradicar as febres amarela e bulbônica e a varíola na então capital federal, Rio de Janeiro, durante o governo de Francisco Alves, e lutando contra as pressões do General Silvestre Travassos e do então senador Rui Barbosa (PORTAL, 2012).

¹⁰Desde a década de 1990, as razões isotópicas de estrôncio de remanescentes dentários e esqueléticos têm sido usadas em pesquisas bioarqueológicas com o objetivo de estudar a mobilidade humana no passado. A partir da relação entre a composição isotópica desses remanescentes humanos e de rochas de uma dada região, é possível distinguir indivíduos que cresceram e morreram em uma mesma região daqueles que cresceram e passaram a viver em uma área com características geológicas distintas (BENTLEY et al., 2004 apud BASTOS, 2009, p. 10).

Neste sentido, uma cultura afro-carioca foi sendo construída como forma de resistência à escravidão e esta resistência está diretamente ligada tanto às especificidades do ambiente escravocrata urbano (que permitia uma maior mobilidade do que o ambiente rural) quanto ao papel da mulher negra, que não deixou de lado sua cultura, suas crenças, a culinária, as canções e a esperança. As negras de ganho (GENESTRA, 2011, pp. 01 – 11) estavam por toda parte: vendendo doces e escondendo dinheiro sob o tabuleiro; ajudando fugitivos; roubando comida dos senhores; aprendendo a língua e os modos dos amos, mas comunicando-se secretamente com seus conterrâneos nos dialetos de suas origens.

Como ao Rio de Janeiro do século XIX acorriam muitos negros fugitivos (contrariando o entendimento de que só se fugia para o interior e para os quilombos), a escrava de ganho, aquela negra que possuía uma maior liberdade de ir e vir, é que foi a protagonista da história de resistência negra e de construção de uma nova identidade em território estranho. Era esta mulher a quem se procurava nos momentos de maior dificuldade, pois ela tinha coragem de recusar o sexo ao senhorzinho, de financiar a liberdade e dar cobertura aos fugitivos, de envenenar a comida da família branca e até mesmo de não tratar de doenças como bicho-de-pé, para ficar imprestável para o trabalho, numa resistência muda e cruel à identidade que tentavam lhe impingir por meio do cativo (PAIXÃO; GOMES, 2008).

Karasch (1987) revela com seus estudos o que o Construtivismo afirma há tempos: o indivíduo é capaz de construir a própria história dentro das Relações Internacionais, independente das concepções estatocêntricas, monolíticas e limitadoras das teorias tradicionais. Tendo como campo de estudo não só a História (com h maiúsculo), mas também estudos de gênero, a autora contraria nossos brasilianistas ao identificar no ambiente de escravidão urbana do Rio de Janeiro traços da construção de uma identidade afro-carioca.

Esta resistência das mulheres negras ao cativo tinha início já nos navios negreiros. Reconstituições mais recorrentes do interior dos “tumbeiros”, nome pelo qual ficaram conhecidas as embarcações devido à insalubridade, condições desumanas e o alto índice de mortes (comprovadas pela descoberta do Cemitério dos Pretos Novos, aqueles que morreram sem terem sido comprados por um senhor), mostram homens, mulheres e crianças juntas. Porém, a obra de Mary Karasch (1987) aponta que, na medida do possível, os capatazes separavam mulheres e homens, pois as primeiras incitavam os homens ao motim. Além disso, criaram-se instrumentos de tortura exclusivos para mulheres negras grávidas, para que não perdessem “a peça” de comércio que tinham no ventre. Justifica-se tamanha crueldade contra quem não tem alma, cultura, história, passado ou perspectivas de futuro, ou o tamanho da punição refletiria o medo de quem pune? A história mostra que, em geral, se castiga aqueles que constituem ameaça, para que outros não lhes sigam o exemplo.

FEMINISMO NEGRO: o papel da mulher, da senzala aos dias atuais

A partir da obra “Casa grande e senzala” de Gilberto Freire, propomos traçar um paralelo entre a dita cordialidade com a qual se davam as relações sociais de raça e gênero¹¹ entre brancos e negros do período escravocrata até os dias atuais, entendendo deste modo como o fenômeno da discriminação de raça e gênero caminham juntas e se preservam com o passar do tempo. Para tal, se faz relevante a abordagem do grande trabalho desenvolvido pela pesquisadora brasilianista norte-americana Mary Karasch (1987) em *A vida dos Escravos no Brasil 1808 - 1850*, onde dentre tantas descobertas e contribuições, pode se destacar em nosso estudo a desmistificação do papel da mulher escrava no Brasil e as consequências nefastas à inclusão da mulher negra na so-

¹¹Por gênero entendem-se todas as normas, obrigações, comportamentos, pensamentos, capacidades, e até mesmo o caráter que se exigiu que as mulheres tivessem por serem biologicamente mulheres (GARCIA, 2001, p. 19).

cidade brasileira em sua plenitude até os dias atuais. Propomos também apresentar um estudo feminista a partir de outra perspectiva, não apenas de gênero mas também do ponto de vista racial.

A priori, se faz necessário dar conhecimento ao relevante papel da mulher escrava na luta pela sobrevivência e manutenção do seu grupo social em tempos difíceis, pois a partir destes fatos históricos ricamente estudados por Mary Karasch (1987) é possível compreender a consequência destes no desenvolvimento de uma cultura racista tipicamente brasileira. À mulher na condição de escrava cabia, via de regra, funções domésticas. Desde as mucamas até as cozinheiras e amas de leite, presentes na vida doméstica da sede, todas as mulheres negras eram vulneráveis à violência sexual do homem branco, porque, dentro do casamento as condutas impostas pela moral conservadora e pela igreja limitavam a vida íntima e conjugal das mulheres brancas de família. Então, à mulher negra cabia com frequência o papel de satisfazer o seu dono, a iniciação sexual do “senhorzinho” e quando não, explorada por outros escravos e terceiros como uma “negra de ganho”, seja pela exploração de seus dotes de quitanda com a venda de quitutes no comércio de rua ou por meio da prostituição.

A violência sexual a qual as escravas eram submetidas partia do princípio do qual a luxúria e a sedução eram comportamentos inerentes à mulher negra (PAIXÃO; GOMES, 2008). Pelo motivo exposto, era vedado o ingresso das mesmas em conventos e irmandades religiosas. A associação da mulher negra ao erotismo e à permissividade sexual (como na associação entre a mulata e o carnaval), e seu uso como objeto, é uma cicatriz dolorosa de raízes profundas, que ainda hoje remetem às origens da escravidão no Brasil. O serviço doméstico e outras categorias de subemprego, como herança do período, são alternativas relegadas a estas mulheres de “cor”, que pelo círculo vicioso da falta de oportunidades e dificuldade de acesso à educação, não encontram melhores opções no mercado de trabalho. A desestruturação do ambiente familiar é parte relevante deste processo. Os filhos de uma mulher negra solteira, muitas vezes vitimada pelo seu estereótipo sexual, lidam não raramente, com a ausência da figura materna ou paterna, ficando entregues à própria sorte, replicando o mesmo ciclo de desestruturação social de seus antepassados escravos a seus descendentes.

Hoje, por parte da academia e de pesquisadores do tema, tem-se a convicção do equívoco quanto à maneira positiva (leniente) com que se interpretava a suposta afetividade entre senhor e escrava. Esta linha de pensamento caracterizada na obra de Gilberto Freire, não resiste à visão feminista, onde a relação “afetiva” não passava de violência, coação e estupro, sendo este um comportamento rotineiro aprovado pela sociedade da época. Contudo, a condição de exploração não foi um fator limitador do papel da escrava. Mesmo em ambiente tão adverso, a mulher negra africana ou mesmo aquela que nasceu no cativo em terras brasileiras, encontrou formas de lutar em prol da liberdade e da defesa de sua dignidade (PAIXÃO; GOMES).

A mulher negra, segundo a pesquisadora Mary Karasch (1987), se utilizava de inúmeros subterfúgios para se defender. A recusa ao trabalho, o infanticídio cometido pelas reprodutoras ou parideiras, e mesmo o risco de envenenamento pelas cozinheiras, eram práticas temidas pelos senhores. As escravas, também como matriarcas, possuíam papel relevante na sustentação das bases desta comunidade, a exemplo das quitandeiras, e demais negras que trabalhavam com o comércio de rua como “negras de ganho” por conta própria ou a mando do senhor, afim de honrar de comprar sua alforria. Eram poucos os escravos à época que tinham ao alcance uma chance para a conquista de sua liberdade, em maior número os escravos urbanos, que vislumbravam maiores oportunidades devido a uma grande oferta de trabalhos autônomos.

De acordo com testamentos, certidões de óbito e outros documentos pesquisados pela historiadora norte-americana, é possível observar, com riqueza de detalhes, a inserção econômica de negras forras, matriarcas que zelavam pela família e pelo seu círculo social. As cartas, relatos de viajantes, documentos de cartório e testamentos mostram a preocupação com a qual as negras que alcançavam a liberdade repartiam seus bens, que variavam de moinhos, ferramentas para produção de mandioca, poupança e mesmo escravos de sua posse. Elas dividiam tais bens entre pessoas de confiança, bem como entre irmandades ou igrejas, pelo pagamento de missas em intenção de sua alma (PAIXÃO; GOMES, 2008). Tais dados coletados mostram, mesmo que através de um pequeno recorte, a relevância das negras forras na conquista da dignidade e na sustentação de seu círculo de afeto e convivência.

Outro dado relevante apresentado por Mary Karasch (1987), porém sobre o qual ainda não há uma justificativa, é o fato de as escravas receberem as penas mais duras pelo mesmo crime cometido por um homem. O número de escravas açoitadas no ano de 1826, de acordo com estes mesmos dados levantados por Karasch, era muito superior ao de escravos homens, bem como a quantidade de açoites aplicados pelas casas de correção ou

calabouços. Entende-se que um rigor maior era aplicado contra quem representava maior ameaça ao sistema econômico-social. Daí a necessidade de rever a história (versão) contada pelo Pensamento Social Brasileiro. Quanto às taxas de mortalidade, os dados revelam um fato surpreendente: o número de escravas enterradas pela Santa Casa de Misericórdia eram elevados em praticamente todas as faixas etárias, sendo maior, no entanto entre 10 e 19 anos, o que a autora atribui à complicações no parto de garotas, muitas vezes torturadas por seus senhores, como razão principal do elevado índice de morte tão prematura.

O que se verifica é uma tendência secular do sistema prisional brasileiro, cuja população carcerária é majoritariamente formada por negros. Apesar de serem minoria, as mulheres sofrem com maior intensidade os efeitos deste sistema legal, além de serem moralmente culpadas pela família e sociedade. Outro recorte a ser feito a partir destes dados, refere-se à violência doméstica, vitimando em grande escala, mulheres negras nas periferias, mulheres estas, relegadas a uma condição de baixa instrução educacional e dependência econômica do cônjuge.

Os desafios levantados no tocante à condição da mulher negra no Brasil e suas raízes históricas também são inerentes aos círculos acadêmicos e não escapam nem mesmo da construção do movimento feminista. O movimento feminista como instrumento de luta contra as práticas sexistas, discriminação de gênero, debates, teses acadêmicas, historicamente relegou a mulher negra a um segundo plano, na medida em que ignorou o debate acerca dos direitos civis e da inclusão social, focando exclusivamente na questão de gênero. De acordo com Prazeres (2010, p.9), o feminismo só surgiu como movimento devido em grande parte a uma cultura elitista onde mulheres esclarecidas, do seio de grandes universidades e de altas rodas, discutiam à luz da Sociologia e a partir de uma perspectiva eurocêntrica, a condição da mulher na sociedade.

Todavia para que estas mulheres deixassem o ambiente doméstico e exprimissem sua indignação, se fez necessário mais uma vez a colaboração da mulher negra, babá, doméstica, camareira, cozinheira, sem a qual a mulher branca sobrecarregada de atribuições com o seu ambiente doméstico, jamais poderia lidar. Durante décadas, a mulher negra, quando muito, fez parte destes artigos acadêmicos como mero objeto de estudo, dados estatísticos, mas não como partícipe dotada de qualquer influência nos estudos do tema. Com melhores condições socioeconômicas, a luta pela liberdade feminina da mulher branca contribuiu para a manutenção das condições de inferioridade e destituição de direitos fundamentais de mulheres (negras, mulatas, pardas e descendentes de escravos) que carregam a herança de um passado remoto, mas de consequências muito atuais.

RIO DE JANEIRO, BRASIL, AMÉRICA LATINA:

Por que a história da escravidão importa ao Sistema Internacional?

Ao propor uma análise da presença da mulher negra na sociedade escravista brasileira do século XIX, nossa intenção, enquanto estudantes de Relações Internacionais, é buscar entender o papel apontado pela sociedade a dois grupos étnicos (o branco europeu e o negro africano) na elaboração da identidade nacional. Por isso, analisamos este processo, diretamente ligado ao grande projeto civilizador europeu pelo prisma da disciplina Identidade e Cultura nas Relações Internacionais, onde a cultura é vista como instrumento de dominação através de dados antropológicos devidamente desvirtuados para este fim. Neste caso, o grande projeto civilizador europeu e suas justificativas de superioridade racial, moral e biológica.

Aplicando uma visão Pós-Positivista ao tema, em especial, fazendo uma leitura pelo viés feminista, constatamos que a sociedade patriarcal¹² brasileira tem início ainda

¹²Pela visão feminista das teorias pós-positivistas das Relações Internacionais, “o patriarcado pode ser definido como forma de organização política, econômica, religiosa, social baseada na ideia de autoridade e liderança do homem, em que há predomínio dos homens sobre as mulheres; do marido sobre as esposas, do pai sobre a mãe, etc. O patriarcado representa o poder histórico dos homens sobre as mulheres.” (FIGUEIREDO, 2012).

em Portugal, que traz seus costumes, mazelas e comportamentos para a colônia. A lente sexista aplicada à mulher escrava negra a força à submissão (sexual ao amo, ao senhorzinho, ao cliente da prostituta); à subordinação ao branco europeu (homem ou mulher); à exploração (tanto dos serviços domésticos quanto externos como negra de ganho ou mesmo de seus favores sexuais na iniciação de senhorzinhos, além da satisfação sexual de senhores, insatisfeitos com suas sinhás brancas, cristãs e recatadas); esta ideologia aplicada no Brasil Colônia não é nova, mas se perpetua, em especial entre os pobres, negros, mulheres, analfabetos e demais despossuídos, denominados minorias.

Outra associação é feita com o Pensamento Social Brasileiro, uma vez que autores nacionais como Gilberto Freire e Sérgio Buarque de Holanda têm suas obras apontadas como essenciais para o entendimento da colonização portuguesa, da vocação brasileira para as relações patriarcais e, especialmente, para a propagação do mito do racismo cordial. Para confrontar tais autores, escolhemos a tese de doutorado da pesquisadora norte-americana Mary Karasch, que não só tira o foco do ambiente rural da casa grande e senzala, como atribui importante papel à mulher negra na luta contra a escravidão e pela manutenção da família negra na colônia.

Por ser especialista em América Latina, torna-se natural a associação do trabalho de Mary Karasch também com a disciplina Relações Internacionais na América Latina, palco onde desfilam os personagens de nosso estudo. Apesar de não citados no texto, os libertadores da América fazem parte deste contexto, assim como o Grande Corso, Napoleão Bonaparte. Não fosse pelas Guerras Napoleônicas, a tentativa de imposição de um Bloqueio Continental à rival Inglaterra, a ameaça à coroa portuguesa, que debanda para o Brasil, e o aprisionamento do rei da Espanha, a história das Relações Internacionais na América Latina poderia ter sido bem diferente (VEIGA, 2012). Além disso, o alvoroço promovido por Napoleão em seu auge conquistador na Europa é, reconhecidamente, um dos fatores que precipitaram as lutas por independência na América Latina. Sem falar no exemplo das 13 colônias do norte, influenciadas pelos ideais iluministas.

No entanto, se havia algo de comum neste ambiente regional era a presença do negro africano, inferiorizado tanto nas colônias espanholas, francesas e inglesas, quanto do lado português das Américas. O negro participou das lutas, mas em nenhum dos processos emancipatórios herdou os direitos sociais, econômicos, políticos e de cidadania em geral pelo qual ajudou *criollos* do lado espanhol e colonos brasileiros, mestiços ou não (MIGNOLO, 2007). Se as lutas pela independência das colônias nas Américas não colocaram o negro como importante ator das Relações Internacionais e a mulher negra como militante pela liberdade e pelos direitos femininos, o que será capaz de fazê-lo? Um decreto surgido da boa vontade dos neo-colonizadores? Ainda buscamos respostas, porém, sigamos em frente.

Como não poderia deixar de ser, a Análise de Política Externa entra nesse estudo interdisciplinar tanto por sua variável dependente (a própria APE) quanto por suas variáveis independentes - questões econômicas, pressões de grupos internos e externos, conjuntura, estrutura do Sistema Internacional e como estes e outros fatores afetam o tomador de decisão e suas crenças - (HERZ, 1993, pp. 1 - 15). Afinal, sabe-se que o tráfico negreiro era a atividade mais lucrativa do período colonial. Não era o Pau-Brasil, a cana-de-açúcar, o café, mas a “peça” de trabalho essencial para estas culturas: o negro. E foi o interesse econômico, Inglês, em especial, que levou à extinção do tráfico, mesmo contra a vontade dos colonos brasileiros.

A Inglaterra, sob cuja tutela o Brasil encontrava-se em substituição à questionada e enfraquecida coroa portuguesa, queria consumidores para suas manufaturas. Escravos não ganham salário, logo não seriam de muita valia no sistema industrial que se prenunciava. Já os Estados Unidos acordava para a revelação do Destino Manifesto, sua vocação cristã para a liderança dos povos menos capacitados da América. A América seria para os americanos (do norte, é claro).

CONCLUSÃO

Em termos estruturais, o mundo visto pelo estudo de Mary Karasch (entre 1808 e 1850) era anárquico como sempre fora. Napoleão não chegou a alcançar a hegemonia, como nenhum outro conquistador alcançou antes ou depois dele. E após sua derrota definitiva, a Santa Aliança e o Congresso de Viena vieram cuidar para que um novo pretendente a hegemonia não surgisse tão cedo. O Concerto Europeu enfrentou duras provas no século seguinte (duas Grandes Guerras Mundiais, e as mudanças geopolíticas que acarretaram), mas pode-se dizer que ao

final cumpriu seu papel. Ao menos em teoria, o Sistema Internacional não reconhece nenhuma hegemonia mundial.

Em termos conjunturais, a política externa brasileira via-se às voltas com pressões de grupos internos de colonos escravocratas, que não viam outra forma de sustentar seus latifúndios, privilégios e riquezas sem a mão-de-obra escrava. Havia pressões internas, para se manter o tráfico, e externas, fortes tanto política quanto militarmente, para forçar o Brasil até a abolição. Os tomadores de decisão brasileiros não tiveram muita escolha: as canhoneiras inglesas, a pressão do advento industrial, a nova configuração da Divisão Internacional do Trabalho (voltada para a procura de mercados fornecedores de matéria-prima e consumidores), a falta de avanço social das guerras por independência (que levou as elites internas a repetir o modelo imperialista) bem como os ventos republicanos que começavam a soprar, não deixaram muito para a subjetividade, a experiência pessoal, o tino político ou a influência pessoal deste ou daquele tomador de decisão, como manda a cartilha da boa Análise de Política Externa.

A construção deste trabalho (para usar um termo pós-positivista) deu-se em vários contextos caros às Relações Internacionais: local (o ambiente escravocrata urbano do Rio de Janeiro versus o ambiente rural da casa grande e da senzala) e do Brasil enquanto parte do sistema escravista internacional; regional, quando se refere às lutas pela independência na América Latina; e mundial, quando focaliza Portugal, Brasil, Inglaterra, França, Espanha, Estados Unidos e as novas independências da América como diretamente interessados no quintal uns dos outros. Assim, o anárquico Sistema Internacional foi representado por soberanias que tentavam prevalecer contra os interesses econômicos e contra as lutas pessoais, regionais e estatais por independência.

A interface escolhida para a construção deste amálgama foi justamente o Construtivismo (disciplina, ramo, teoria das Relações Internacionais?). Ainda há dúvidas quanto a melhor definição. A Análise de Política Externa diz que o Construtivismo é disciplina, não uma nova teoria de Relações Internacionais. Já os pensadores construtivistas, destaque para Nicholas Onuf, cujos pensamentos foram apropriados para este estudo, confrontam diretamente as teorias tradicionalistas de poder monolítico estatal das RI'S.

Assim, identificamos em Mary Karasch (1987) e em sua tese de doutorado, *A Vida dos Escravos no Rio de Janeiro 1808 – 1850*, elementos do feminismo pós-positivista suficientes para confrontar o Pensamento Social Brasileiro de Gilberto Freire, sua visão romântica da miscigenação no Brasil, a ideia de uma sociedade predominantemente rural e onde a escravidão era até tolerável, menos violenta ou mais amena que em outras partes do mundo. Por isso, o Construtivismo foi a ferramenta que permitiu ver a mulher negra escrava como protagonista da própria história em detrimento de uma visão mais tradicionalista das Relações Internacionais. Mantém-se a importância dos nossos brasilianistas, principalmente quando explicam a formação do povo brasileiro como diretamente ligada à matriz colonial portuguesa. No entanto, destroem-se alguns mitos, dentre os quais o do papel submisso e passivo, tanto do negro quanto da negra, na construção de sua história enquanto seres humanos e indivíduos interessados nas Relações Internacionais.

Se assim não fosse, não teria sido possível concordar com a tese da construção de uma identidade afro-carioca com papel relevante da escrava de ganho vinda da África Centro-Occidental. Como se isso não bastasse, há a recente descoberta do Cais do Valongo, no centro do Rio de Janeiro, e que valida todos os dados extensamente coletados e estudados pela historiadora norte-americana. Sem contar a comprovação científica de suas pesquisas por meio dos testes com isótopos de estrôncio¹³. O que os

¹³Disciplinas das Relações Internacionais, como Teorias de Segurança e Metodologia, explicam que uma proposição só pode ser considerada científica se traz em si elementos que permitam o seu falseamento. Quer dizer: a tese verdadeiramente científica, como é o caso das proposições do doutorado de Mary Karasch, deve permitir confrontações de outras teorias para testar sua veracidade. Não bastassem os inúmeros autores filiados ao hard core (núcleo duro) do pensamento de Karasch, tem-se a comprovação científica de sua tese via testes com isótopos de estrôncio.

viajantes contaram nas cartas, ignoradas por diversos brasilianistas, mas que Mary Karasch assumiu como sendo relevante e digno de estudo, era mesmo verdade: pontos específicos da África cederam escravos ao Brasil, conforme as necessidades técnicas de cada região.

É de se estranhar que uma pesquisadora de tamanha importância para a história do Brasil, das Américas e para as Relações Internacionais seja tão pouco conhecida de nossos mestres. Nossa biblioteca não tem o livro aqui mencionado. A autora era desconhecida de vários de nossos professores, mesmo tendo dado aula na Universidade de Brasília (entre 1977 e 1978), na Universidade Federal de Goiás (1993) e ser editora associada para o Brasil, participando dos 5 volumes da Enciclopédia de História Latino Americana.

Mary Karasch é titular da Cadeira de História do Brasil e da América Latina na Universidade de Oakland (onde é professora emérita desde 1970). Atualmente, faz parte do Grupo de Estudos do Sertão, da Pontifícia Universidade Católica de Goiás (PUC – Goiás). Talvez boa parte do que apresentamos neste trabalho não seja novidade, mas já foi um dia, graças à Mary Karasch e àqueles que a mencionam em seus trabalhos. Seu estudo lança uma nova luz sobre o pensamento social no Brasil, na América Latina e sobre as Relações Internacionais, além da construção política, social e econômica do Sistema Internacional.

Se, para o Construtivismo, o indivíduo é mais relevante no Sistema Internacional do que as questões tradicionais de disputa de poder entre Estados monolíticos em suas ações, nada mais natural do que entender a necessidade de afirmação individual das pessoas no mundo. A Análise de Política Externa enfatiza isso e diz que as experiências pessoais, o background (a formação profissional e pessoal), as crenças e incertezas e o ambiente onde o tomador de decisão circula importam para a política externa. E mais: há a influência de grupos de pressão interna e externa, da sociedade local, da sociedade internacional e de cidadãos como um todo.

Mas não só o tomador de decisão (aquele que faz parte das elites do poder) importa. O indivíduo insere-se na família, na comunidade, na cidade, no estado, na região, no país e no mundo de acordo com a percepção do que é, do que pensa que é e do que os outros pensam dele. Estas são as assertivas antropológica e sociológicas da disciplina Identidade e Cultura nas Relações Internacionais. E uma questão se faz necessária: se a identidade não importa, então por que identificamos orgulho na voz de quem se diz descendente de europeus. Sobrenomes espanhóis, italianos, alemães, portugueses, franceses e outros são sempre ostentados. O negro, por sua vez, não tem origem e isso também fez parte das técnicas de supressão identitária aplicadas pelos países imperialistas, como forma de diluir, senão extinguir qualquer tipo de manifestação de grupo.

Se a identidade de indivíduos, grupos, nações e etnias não importa, então não haveria problemas em se dividir o mundo como *pizza* (vide partilha da Ásia e, em especial, da China, entre alemães, ingleses, japoneses, etc.); capitânicas hereditárias (como no Brasil); faixas de domínio (África e Oriente Médio). A nossa visão, enquanto estudantes de Relações Internacionais, e por uma perspectiva construtivista, é diversa. Povos, tribos, etnias, nações, Estados e, por consequência, as sociedades, são formadas por pessoas. E, se há conflitos étnicos, religiosos, identitários e todos são políticos em essência, então faz-se necessário valorizar a construção de identidade de indivíduo, de gênero e de espécie (humana), porque dizem que raça é termo ultrapassado.

REFERÊNCIAS

BASTOS, Murilo Quintans Ribeiro. **Mobilidade Humana no Litoral Brasileiro**: análise de isótopos de estrôncio no sambaqui do Forte Marechal Luz. Dissertação de Mestrado em Ciências na Área de Saúde Pública. Escola Nacional de Saúde Pública Sérgio Arouca – ENSP. Ministério da Saúde. Fundação Oswaldo Cruz. Rio de Janeiro. 2009. Disponível em: <http://www.dominiopublico.gov.br/pesquisa/DetalheObraForm.do?select_action=&co_obra=165946>. Acesso em: 11 nov. 2012.

BEERLI, Christine. **Violência contra a mulher em tempo de guerra**: Estados devem fazer mais para pôr um fim a isso. Comitê Internacional da Cruz Vermelha (CICV). Declaração oficial. 02 nov. 2010. Christine Beerli, vice-presidente do CICV.

Bobbio, Norberto, 1909- **Dicionário de política** / Norberto Bobbio, Nicola Matteucci e Gianfranco Pasquino; trad. Carmen C. Varriale et al.; coord. trad. João Ferreira; rev. geral João Ferreira e Luis Guerreiro Pinto Cacaís. - Brasília : Editora Universidade de Brasília, 1ª ed., 1998. Vol. 1: 674 p. (total: 1.330 p.). Vários Colaboradores. Obra em 2v.

EXALTAÇÃO, Edmeire. **Os Brasileiros Pardos e as Africanas Pretas**: Diferenças de Gênero entre Escravos no Rio de Janeiro, 1830-1850. Rio de Janeiro: Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 2010. 17 p. Monografia. (Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas e Formação Humana) - Universidade do Estado do Rio de Janeiro.

FIGUEIREDO, Adriana do Carmo. **Tópicos em Cultura**. Belo Horizonte: Centro Universitário de Belo Horizonte (UNI-BH), 2012. 6.4 Gênero. Notas de Aula.

FREIRE, Gilberto. Prefácio. In: ____ **Casa Grande & Senzala**. 1. ed. Pernambuco, 1933. p. 29-63.

FREIRE, Gilberto. **Casa-grande & senzala**: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal / Gilberto Freyre; apresentação de Fernando Henrique Cardoso. — 481 ed. rev. — São Paulo : Global, 2003. — (Introdução à história da sociedade patriarcal no Brasil ; 1)

GENESTRA, Cinthia Bourget Fortes. A atuação dos escravos de ganho na organização da cidade do Rio de Janeiro durante o século XIX. **Para entender a história...** ISSN 2179-4111. Ano 2, Volume jan., Série 11/01, 2011, p.01-11.

HERZ, MÔNICA. **Análise Cognitiva e Política Externa**. Contexto Internacional, Rio de Janeiro, vol. 16, nº 1, jan./jun 94, pp. 75 – 89.

KARASCH, Mary C. **Slave Life in Rio de Janeiro, 1808 1850**. Princeton: Princeton University Press, 1987. 422 páginas.

KOWERT; KUBÁLKOVÁ; ONUF. **International Relations in a Constructed World**. Editado por Venduka Kubalková, Nicholas Onuf e Paul Kowert. M.E. Sharpe. Armonk, New York; London, England. 1998.

LEITÃO, Míriam. **Na terra e no cais**. Disponível em: <<http://oglobo.globo.com/economia/miriam/posts/2012/05/13/na-terra-no-cais-444717.asp>>. Acesso em: 11 nov. 2012.

MIGNOLO, Walter. **La Idea de America Latina**: La herida colonial y la opción decolonial. Barcelona, Gedisa, 2007.

MIGUEL, Luís Felipe. Política de Interesses, Política do Desvelo: representação e “singularidade feminina”. **Revista Estudos Feministas**. Ano 9. Segundo semestre. 2001. Disponível em: <www.scielo.br/pdf/ref/v9n1/8614.pdf>. Acesso em: 11 nov. 2012.

PAIXÃO, Marcelo; GOMES, Flávio. **Histórias das Diferenças e das Desigualdades Revisitadas**: Notas sobre gênero, escravidão, raça e pós emancipação. Rio de Janeiro: Revista Estudos Feministas, Florianópolis, 2008. 16 p.

PIMENTA, Tânia Salgado. Um guia da vida dos escravos no Rio de Janeiro na primeira metade do século XIX. **História, Ciências, Saúde Vol.VIII (2)**. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/hcsm/v8n2/a09v08n2.pdf>>. Acesso em 11 nov. 2012.

PORTAL São Francisco. **Oswaldo Cruz**. Disponível em: <<http://www.portalsaofrancisco.com.br/alfa/osvaldo-cruz/osvaldo-cruz-1.php>>. Acesso em: 11 nov. 2012

PRAZERES, Maria. **Feminismo Negro**: a busca de uma reflexão teórica particularizada. Brasília: Universidade Católica de Brasília, 2001. 24 p. Monografia. (Curso de Especialização Latu sensu em Psicologia Jurídica) – Universidade Católica de Brasília.

SOARES, Carlos Eugênio Libano. Resenha de “Resenha de A Vida dos Escravos no Rio de Janeiro 1808 – 1850” de Mary Karasch. **Revista Afro-Ásia**, número 25-26. Universidade Federal da Bahia. Bahia, Brasil, pp 421 – 425. Disponível em: <<http://redalyc.uaemex.mx/src/inicio/ArtPdfRed.jsp?iCve=77002612>>. Acesso em: 11 nov. 2012.

VEIGA, Daniela. **Independências na América Latina**. Centro Universitário de Belo Horizonte (UNI-BH). Belo Horizonte, set. 2012. Aula.

VILA, Ivonete Costa; CRUZ, Paulo Divino Ribeiro. **Revista África e Africanidades**- Ano 3 - n. 9, maio, 2010 - ISSN 1983-2354. Disponível em: <www.africaeaficanidades.com.br>. Acesso em: 11 nov. 2012.

LEI, MORAL E OPRESSÃO AOS GRUPOS CIGANOS NOS OITOCENTOS



<http://eoi.citefactor.org/10.11248/ehum.v6i1.1058>

Camila Similhana Oliveira de Sousa

Professora de História do Colégio Santo Antônio

Mestre em Ciências Sociais pela PUC – Minas

similhana@yahoo.com.br



Recebido: 14/08/2013 Aceito: 20/08/2013

RESUMO

Estudo dos relatórios da Chefia de Polícia disponíveis no Arquivo Público Mineiro no que se refere à repressão dos grupos ciganos entre 1890 e 1908, nos primeiros anos da república brasileira, contexto esse em que as elites republicanas buscavam a modernização econômica e urbana, sem dedicar-se à inserção das camadas menos favorecidas.

Palavras-chave: Ciganos – Lei - Repressão

ABSTRACT

Study reports of the Chief of Police on the Public Archives Miner regarding the repression of Roma groups between 1890 and 1908, in this context that the republican elites sought economic modernization and urban, wit-

Aspectos introdutórios

O presente artigo é produto da dissertação de mestrado defendida em julho de 2012 pelo Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais. O estudo foi articulado com base no diálogo entre História e Ciências Sociais para refletir acerca da repressão às minorias ciganas em Minas Gerais no período situado entre o fim do Império e os primeiros anos da República. Para viabilizar tal objetivo, foram empregadas as fontes documentais redigidas pela Secretaria de Interior de Minas Gerais, que fiscalizava a atuação da Chefia de Polícia, responsável por gerenciar a força pública no estado. Nesse ínterim, foram analisados os relatórios produzidos entre 1890 e 1908, caracterizados por uma diversidade de dados estatísticos e um grande universo de detalhes que permitiram estudar o contexto social, político e criminológico que permeava o período assinalado. Diante da documentação mencionada, procurou-se compreender a situação enfrentada pelos grupos ciganos que se deslocavam nas principais localidades mineiras, para então confrontá-la ao discurso das autoridades policiais e do Chefe de Polícia segundo a lógica que rege a construção estereotipada de elementos desviantes, conceito esse edificado por Howard Becker.

Crônicas do fracasso anunciado das forças policiais locais

Abordar as invasões ciganas em Minas Gerais por meio da análise dos Relatórios da Chefia de Polícia entre 1890-1908 é narrar o fracasso das forças policiais locais do período; bem como as dificuldades dos órgãos estaduais em geri-las, especialmente no que se refere à Secretaria de Interior, responsável por administrar a Chefia de Polícia estadual e gerenciar os problemas de segurança pública.

O órgão estadual nomeado Chefia da Polícia estava subordinado ao presidente do estado (função correspondente ao atual cargo de governador estadual), chefe da força armada que atendia ao território mineiro. O Chefe de Polícia, por sua vez, embora subordinado ao governador estadual, ficava responsável por mobilizar e distribuir os corpos policiais sob a disciplina estabelecida pelo comandante geral. Observa-se que a base responsável pelo gerenciamento das forças públicas era frágil, o que colaborou para que essas fossem permeadas por problemas de ordens diversas:

1-Nenhum dos Estados da União enfrenta como o de Minas Geraes momentosas dificuldades para conseguir boa organização policial. A vastidão do seu território, de superfície de quatro milhões de habitantes disseminados por 115 comarcas, 123 municípios, 724 districtos de paz e 16 exclusivamente policiaes [...] 2-[...] quase as autoridades encarregadas, tanto da policia preventiva como da judiciaria, possam, desasombradamente, agir quanto sua manutenção de ordem e da segurança publica, por immediata e ininterrupta vigilancia, sem descurarem, um só instante, da devida e promettida garantia a liberdade, a propriedade e aos direitos dos cidadãos. (**Arquivo Público Mineiro**, Fundo da Chefia de Polícia, 1897).

Observa-se que o Chefe de Polícia Aureliano Moreira Magalhães, responsável por aferir a descrição acima, aponta para a existência de um abismo entre as necessidades da população, as funções a serem exercidas pelas autoridades e as reais condições de colocá-las em prática. Um dos grandes problemas enumerados não apenas por Aureliano Moreira Magalhães como por outros chefes de polícia era a ausência de efetivo policial capaz de agir sobre os delitos que ocorriam, aspecto mais nítido da falta de investimentos destinados à segurança pública:

Com a mudança da Capital do Estado e com innumeradas diligencias ordenadas e promovidas em muitos municípios, alguns continuamente invadidos por numerosos bandos de ciganos, que tive de dispensar, contra elles agindo sem tréguas, avolumaram-se, em alta somma, as despesas policiaes de modo que a experiência e os algarismos demonstram que não pôde deixar o Congresso de elevar a verba das diligencias policiaes. Urgido por despesas novas e sempre crescentes, installada a nova Capital, vi desde logo que era e é impossível a Chefia desempenhar todo o serviço policial só com a verba actual de 30:000\$, ex-vi da lei de orçamento do Estado. (**Arquivo Público Mineiro**, Fundo da Chefia de Polícia, 1897).

O Chefe de Polícia de 1897 chama a atenção ainda para o fato de que as forças policiais, já muito debilitadas, se encontravam em situação ainda mais penosa com a transferência da capital para Belo Horizonte, o que tornava ainda mais vulneráveis as defesas dos demais municípios. Nos Relatórios da Secretaria de Polícia de 1898, em seção intitulada **Verbas diligencias policiaes**, o Chefe de Polícia argumentou que a mudança da capital mineira para Belo Horizonte e as “innumeradas diligencias ordenadas e promovidas em muitos municípios, alguns continuamente invadidos por numerosos bandos de ciganos, que tive de dispensar, contra elles agindo sem tréguas”¹, aumentou as despesas policiais, o que fez com o que o Chefe de Polícia pedisse mais investimentos por parte do governo estadual. Está presente nesse trecho, uma vez mais, a debilidade da estrutura da segurança pública mineira da época. O questionamento que pode ser feito aqui é até que ponto a presença de ciganos de fato resultava na ocorrência de delitos ou se alguns dos delegados encontraram nos rótulos a respeito da presença cigana um mote para barganhar mais investimentos para a segurança pública.

Embora fossem destinados às autoridades civis mineiras quatro delegados especiais, três suplentes em cada município e três subdelegados nos distritos, esses cargos eram desempenhados mediante gratuidade, fato esse considerado na época desestimulante frente ao alto grau de dedicação exigido e aos grandes problemas enfrenta-

¹Arquivo Público Mineiro, Fundo da Chefia de Polícia, 1898

dos. Exemplo disso é que Moreira Magalhães chamou atenção em 1897 para a constatação de que inúmeros municípios e distritos estavam com os cargos de delegados vazios. Inúmeras cartas enviadas pelos delegados locais confirmam a difícil situação enfrentada, já que argumentavam que sua autoridade era ignorada e constrangida à obediência dos caprichos políticos das famílias que controlavam o poder local.

Repressão policial e a presença de grupos ciganos

Após um breve panorama das forças de segurança pública em Minas Gerais, procurar-se-á traçar como essas se articularam frente à presença cigana nas diferentes localidades mineiras. Diante desse contexto, o município cuja documentação mostra-se mais farta entre fins do século XIX e início do século XX é São Domingos de Araxá. Localidade de intensa circulação de riquezas e de reconhecida força política, é descrita pela documentação como vulnerável em relação aos grupos ciganos supostamente presentes no seu entorno.

Reflexo disso se encontra na correspondência datada de 25 de julho de 1904, enviada pelo delegado de polícia de Araxá, Cesário Rodrigues Brandão, que, ao escrever ao Chefe de Polícia do estado de Minas Gerais Christiano Brazil, alegou “reclamação de alguns fazendeiros do lugar Pratinha, de existir ali uma manada de ciganos que tem praticado furtos de annimaes, ameaçando as pessoas a li rezidente”. Ainda que estivessem ausentes provas de que os roubos e as ameaças descritas fossem obra dos grupos ciganos, foi planejada em Araxá uma diligência para a retirada dos ciganos do local, composta por

[...] seis praças [...] a fim de mais conhecimento e fazer retirar do município os mesmos ciganos, constando-me também existir uma outra orla em numero mais no lugar denominado Arraial dos Crioullos para onde tambem devo seguir dando resultado a vossa Excelência destas diligencias. (Arquivo Público Mineiro, Fundo da Chefia de Polícia, 1904)

Ressaltando semelhante necessidade de intensificar as forças policiais também escreveu o subdelegado de polícia Gabriel Martins, que atuava em Dores de Santa Juliana, localizada próxima a Araxá, ao delegado de Polícia de Araxá em 10 de Março de 1904, alarmado com a presença de um bando de ciganos formado por cerca de 20 componentes, o que deixava toda a população alarmada.

[...] em nome do Commercio, em nome das Familias, e em nome da tranqüilidade publica [...] pede-se vossa intervenção no cumprimento de vosso dever e energias providencias a fim de ser cohibido pela força das leis, abuso este praticado ha mais de um ano por diverças quadrilhas de ciganos e afora muitos armados [...] O abuso a que se refere é o de estar essa gente errante, francamente no logar com suas tropelias em desasocego publico, mas que vós, em honra de vosso logar sabereis corrigir, correspondendo, assim, a confiança em si depositada, com a investidura do cargo, e trasendo pois aos applausos do povo e tambem ao apoio dos vossos jurisdicionados, no desempenho de tão reclamada e justa missão. (Arquivo Público Mineiro, Fundo da Chefia de Polícia, 1904)

A presença cigana em território mineiro é automaticamente descrita como problemática, atribuída a supostos abusos e desassossego público, mesmo que não houvesse vias confiáveis que comprovassem a relação entre grupos ciganos e criminalidade. Os ciganos eram então identificados com todo o tipo de corrupção, dos homicídios às magias. Tal quadro, desse modo, colaborou para ressaltar os estereótipos vigentes, levando-os a serem vistos como elementos incivilizáveis. Ao descrever a presença desses grupos no território mineiro, é comum que os chefes de polícia empreguem verbos relacionados à presença de doenças, antecipando não apenas possível caráter delinquente como potencial força de contágio moral:

Dos municípios do Sul do Estado e do Triangulo Mineiro nos últimos mezes do anno passado afluíram a esta Chefia quase que ao mesmo tempo, reclamações de auctoridades policiaes e judiciárias, pedindo urgentes providencias contra grandes bandos de ciganos que infestavam aquellas zonas, pondo em sobressalto os seus habitantes com suas correrias, assaltos e crimes de toda ordem. (Arquivo Público Mineiro, Fundo da Chefia de Polícia, 1905)

Na citação anterior, os ciganos são enquadrados pelo Chefe de Polícia em um rótulo que os aproxima de uma criminalidade irremediável, provavelmente em decorrência de uma suposta impureza, o que, no dizer do Chefe de Polícia de Minas Gerais, torná-los-ia portadores de uma moléstia, daí serem mencionados como elementos sociais capazes de “infestar” determinadas localidades. Observa-se aí a presença de um estigma presente há longos séculos na memória social, isto é, a de que um cigano seria um elemento criminoso que deve ser mantido à distância, pois eram tidos como grande ameaça aos valores da época e elementos desencadeadores de decadência social.

É surpreendente, porém, as diversas menções ao provável apoio local de parte dos fazendeiros aos grupos ciganos. Por vezes, algumas dessas propriedades particulares serviam como base para os acampamentos dos bandos, conforme informado pelo Chefe de Polícia no Relatório de 1897, em Cataguazes:

No dia 25 de maio de 1897, o delegado de polícia de Cataguazes, baseado em informação fidedigna, avisou ao major Jacyntho Freire de Andrade, que se achava no Porto de Santo Antônio, de que a Aracaty havia chegado um bando de ciganos. Nesse mesmo dia seguiu o major Jacyntho Freire, em trem especial, com a força do seu commando, para Aracaty, onde teve noticia de que os ciganos achavam-se acampados em uma fazenda, dali distante uma légua. (**Arquivo Público Mineiro**, Fundo da Chefia de Polícia, 1898)

Embora o Chefe de Polícia não tenha se dedicado a explicar por quais motivos os fazendeiros locais apoiariam os bandos ciganos, a análise dos relatórios confrontada ao contexto político do período concede pistas para a compreensão desse fato. O conflito entre poder central e poder local se manteve após a independência e se estendeu depois da implantação da república. Profundamente dependente da força política e econômica das oligarquias regionais, o Estado brasileiro se eximia de arbitrar tais conflitos, possibilitando a essas forças políticas se apropriarem dos jogos políticos em níveis municipais e estaduais. De posse desse raciocínio, não é difícil imaginar que alguns dos grupos ciganos que estiveram presentes em Minas Gerais no período mencionado tivessem articulado acordos com facções do poder rural nas localidades mineiras, em troca da desestabilização de focos de ameaça à dominação política. Outra variação do apoio local aos grupos ciganos invasores sugerida pelos Relatórios da Chefia de Polícia é o possível acordo entre os bandos ciganos e outros grupos de natureza criminosa:

Chega ao meu conhecimento, que esses vândalos são chefiados por criminosos de homicídios e dentre estes pelo responsável pelo bárbaro assassinato do alferes Symphoriano dos Passos e pronunciado por delictos de igual natureza nas comarcas de Manhuassú, Viçosa e Ponte Nova, e cuja prisão me tem sido constantemente requisitada pelos respectivos juízes subordinados. (**Arquivo Público Mineiro**, Fundo da Chefia de Polícia, 1897)

Tendo em vista o grau de estigmatização impingido aos ciganos nos centros urbanos mineiros em fins do século XIX, é duvidoso que tivesse havido articulação entre grupos ciganos e quadrilhas de criminosos. De outro lado, não se pode dispensar a possibilidade desse tipo de aliança, considerando a violência com que as autoridades policiais expulsavam os ciganos das fronteiras urbanas do estado de Minas Gerais e a necessidade dos ciganos de se resguardarem frente a esse quadro, tal como acena a ordem emitida pelo Chefe de Polícia, quando esse acentua que

Deveis, pois, sem treguas, perseguir esses criminosos, capturando-os, bem como prender aquelles que para os accoutarem e protegerem, resistirem com armas ás vossas diligencias, ordens e mandados de prisões. Bem conheceis a nossa lei, que para sua execução, ao mesmo tempo que exige a prudência e o não excesso nos meios de effectuar-se prisões, auctoriza que, em casos extremos, sejam garantidos os executores dos mandados de prisões, contra a violenta resistencia dos réos, podendo então, empregar o grau de força, que nulifique a mesma resistencia e evite o perigo de escolta. (**Arquivo Público Mineiro**, Fundo da Chefia de Polícia, 1897)

Observa-se que o Chefe de Polícia, embora inicie seu discurso de forma ponderada, aconselha o uso da violência, já que considera ser o combate aos grupos ciganos um caso extremo, que apenas se resolveria mediante o emprego da força. O uso da violência, segundo consta na fonte documental, deveria ser estendido às redes de apoio, fossem criminosas ou não, estabelecidas pelos bandos ciganos.

À medida que os relatórios da Chefia de Polícia avançam para a primeira década do século XX, as dificuldades enfrentadas pelas forças de segurança das localidades e pela gestão estadual relatadas àquelas vão dando espaço a reações cada vez mais violentas por parte das forças policiais. Nota-se que a partir de 1900 tornam-se cada vez mais comuns os relatos de confrontos envolvendo forças policiais e grupos ciganos supostamente ameaçadores, descritas sob o sugestivo título de **Diligências mais importantes efetuadas**, denotando a relevância com que eram tratadas pelo Chefe de Polícia.

No Relatório da Chefia de Polícia de 1900, na página 70, em seção intitulada **Correria de ciganos**, é descrito um enfrentamento entre policiais e ciganos em Ponte Nova, município de importância nuclear para a Zona da Mata “ [...] numero de oitenta, havia atacado a povoação de São Sebastião de um bando de ciganos, em Entre Rios, sendo repellidos a tiros e que, depois de renhido tiroteio, appareceram mortos cinco delles.”². De posse dessas informações, o Chefe de Polícia mineiro ordenou que seguisse para Ponte Nova um delegado especial, mais precisamente o capitão José Francisco Paschoal acompanhado de reforço policial.

Ao chegar a Ponte Nova, porém, esse official telegraphou-me dizendo que já o delegado civil, auxiliado pelo destacamento local e por muitos populares, havia batido o numeroso bando, prendendo 45 pessoas entre adultos e creanças, apprehendendo 40 animaes, bagagens etc, tendo realmente [...] a bom êxito, na madrugada de 7, apprehendendo 28 animaes furtados e algum armamento. (**Arquivo Público Mineiro**, Fundo da Chefia de Polícia, 1900).

Em 1903 há novos relatos de enfrentamentos contra os bandos ciganos, dessa vez sob a supervisão do Chefe de Polícia Olintho Augusto Ribeiro, que descreveu fato ocorrido em Palmyra. Segundo Olintho Ribeiro, a oito de maio de 1903, “chegou àquela cidade um bando de cerca de 40 ciganos, composto de indivíduos de nacionalidade italiana e grega, acampando em uma das praças mais publicas da localidade.” Com base nesse trecho, é possível depreender que em Palmyra talvez a força pública fosse limitada, como nos demais municípios do período, do contrário os bandos não se assentariam em plena praça municipal. Se o fizeram, é porque não havia temor de serem reprimidos. Continuando o relato, Olintho destacou que, após os bandos se estabelecerem em Palmyra, “alguns delles penetraram em diversas casas, commettendo roubos e outras violências”.

Em Santa Rita de Cassia, segundo informações proferidas pelo Chefe de Polícia, dirigiu-se um bando de ciganos, imediatamente “recebido por forte descarga de tiros de carabinas”³. Em Alfenas e em Três Pontas, por sua vez, registrou-se “uma horda de 100 ciganos que faziam correrias, pondo em sobressalto os habitantes das zonas ru-raes, onde de preferência praticavam seus assaltos e pilhagens, alcançou-os em Santa Anna da Vargem, dispersando-os e aprehe-ndo-lhes 43 animaes que foram depositados na mesma comarca, a fim de terem o destino legal.”⁴

Por fim, após longos anos focados na repressão e na expulsão dos bandos ciganos, tornaram-se frequentes nos relatórios do Chefe de Polícia e em outras correspondências relacionadas às autoridades policiais constatações de que as hordas de ciganos estivessem migrando para atuar em outros estados da federação.

²Arquivo Público Mineiro, Fundo da Chefia de Polícia, Relatório de 1900, p. 68

³Arquivo Público Mineiro, Fundo da Chefia de Polícia, Relatório de 1903, p. 88

⁴Arquivo Público Mineiro, Fundo da Chefia de Polícia, Relatório de 1903, p.89.

As hordas de ciganos que frequentemente invadiam os municípios do Sul e do Triângulo Mineiro, cometendo furtos, assassinatos e assaltos às fazendas, depois das medidas de repressão que determinei e que foram energicamente postas em pratica, dissolveram-se umas, e outras passaram a territorios de outros Estados, restabelecendo-se a calma e a tranqüilidade nos habitantes daquellas zonas, que eram constantemente alarmadas pela presença daquelles malfeitores. Ultimamente, porém, chegaram-me noticias do reaparecimento de alguns bandos bem armados e municidados, que ousadamente faziam correrias e assaltos em diversos municípios, especialmente na zona sul do Estado. [...] (**Arquivo Público Mineiro**, Fundo da Chefia de Polícia, 1905).

Os relatórios da Chefia de Polícia de 1905 em diante demonstram fortes suspeitas de que os bandos ciganos, após se depararem com a repressão estabelecida pelas autoridades policiais, caminham para estados como São Paulo. Confirmando essa perspectiva está o relato do Chefe de Polícia em 1905, supondo-se que os bandos tivessem se ramificado de forma a possibilitarem a fuga também para o estado de São Paulo:

Perseguidos os desordeiros, puzeram-se em movimento diversos bandos que passavam de uns municípios para outros, fugindo sempre de encontros com os contingentes da força publica, cujas marchas lhes eram avisadas, até penetrarem em território do Estado de S. Paulo. Outros mais numerosos e audazes offereceram resistencia em diversos pontos, sendo afinal batidos e dispersos. [...] O alferes Adalberto Henrique dos Santos, seguindo no encalço de uma numerosa horda de ciganos que lhe constou achar-se em território do município, teve noticia de se haverem os mesmos internado para o Estado de São Paulo, encontrando apenas uma família em tratamento de ferimentos recebidos em um encontro com a policia daquele Estado. Apprehende 4 animaes furtados que se achavam em seu poder e fel-os retirarem-se do município. (**Arquivo Público Mineiro**, Fundo da Chefia de Polícia, 1905).

De fato, na medida em que se avança a análise dos relatórios do chefe de polícia para 1906, 1907 e 1908, diminuem as referências sobre os grupos ciganos, tornando-se então menções esparsas e abordadas de forma a parecerem cada vez menos relevantes. Exemplo disso está no testemunho de Cesário Pereira, da delegacia de Diamantina, que escreveu em 26 de agosto de 1906 ao Chefe de Policia, após orientar diligência até um lugarejo nos arredores de Diamantina denominado Magdalena onde, ao contrário do que se acreditava, não foram encontrados os bandos ciganos informados. Cesário presumiu, ao fim da diligência, que os grupos ciganos que ali permaneciam teriam se dirigido ao “Estado da Bahia, segundo foi informado por pessoas fidedignas, e deste modo encontrei restituída a tranqüilidade dos habitantes daquela localidade”⁵.

Discursos estereotipados

Após expor como a documentação analisada sugeriu a insuficiência da segurança pública mineira como fator preponderante para estereotipar a presença cigana em Minas Gerais, passar-se-á a dedicar atenção detalhada ao processo por meio do qual se construiu o tratamento estereotipado dispensado aos ciganos, responsável por justificar inúmeros atos de violência contra aqueles grupos. Para tanto, mostra-se necessário a análise pormenorizada dos relatórios da Chefia de Polícia.

⁵Arquivo Público Mineiro, Fundo da Chefia de Polícia, 1906.

Um dos primeiros caminhos que despontam é que mesmo ganhando destaque nos relatórios da Chefia de Polícia, a menção aos ciganos é esparsa, isto é, com grandes índices de variação, o que leva ao questionamento acerca da real presença numérica dos ciganos em Minas Gerais em fins do século XIX e início do século XX: seriam muitos, mas de presença irregular, daí a atenção sazonal que lhes era concedida pela Chefia de Polícia ou eram poucos, mas qualquer delito sem autoria lhes era atribuído de forma destacada? Não é possível uma resposta exata, visto que não existem aferições numéricas da época que apontem com precisão o universo quantitativo de ciganos encontrados em Minas Gerais. As informações obtidas pela documentação, no entanto, apontam para grupos de pequeno e médio porte – entre 15 e 30 pessoas – e raramente acenam para grupos com grande quantidade de indivíduos – entre 60 e 80 pessoas. Com esse dado, ganha força a hipótese de que os grupos eram poucos, deslocavam-se muito e grande parte dos crimes que lhe foram atribuídos eram associações errôneas.

Constata-se ainda nos relatórios citados, ao longo da descrição de diligências por meio das quais os ciganos eram perseguidos, o uso recorrente do termo “correrias” de ciganos. A palavra “correria”, nos oitocentos, pode ser definida como uma ação súbita, um ataque realizado com violência, fuga ou correr desordenado⁶. Assim sendo, os grupos ciganos ganham o sentido de quadrilhas de ladrões que fogem à culpa e à responsabilidade pelos seus possíveis crimes. Trata-se de uma atribuição duplamente pejorativa, que caminha entre a criminalidade e a covardia. Logo, as ações ciganas despertavam enorme atenção das autoridades e da população quando desafiavam a ordem vigente. Em decorrência disso, as citações dos ciganos nos relatórios da Chefia de Polícia concediam pouca atenção ao cotidiano e à cultura cigana⁷, mas se atinham aos supostos delitos a respeito dos quais eram insistentemente acusados sem qualquer trâmite processual penal fosse seguido.

É possível verificar nessa postura a negatividade com que era tratada a cultura cigana, argumento esse confirmado pelas constantes designações com que os grupos ciganos eram tratados, a exemplo do uso de termos de cunho animalesco, como “malta” e “manadas”, bem como o uso recorrente de termos historicamente associados às tribos bárbaras, como hordas: “reclamação de alguns fazendeiros do lugar Pratinha, [pertencente a Araxá] de existir ali uma manada de ciganos que tem praticado furtos de animaes, ameaçando as pessoas a li rezidente”⁸. Ora, animais não possuem cultura que mereça ser relatada e desfrutam de alguma garantia ou lei, restando-lhes, como animais que eram supostamente concebidos, serem abatidos. Nega-se a condição de humanos, o que amplia o grau de marginalização econômica, social e política ao qual eram submetidos.

Outro conceito prévio presente na documentação analisada está na certeza de que todos os bens tutelados pelos ciganos fossem furtados ou roubados, como escreveu o Chefe de Polícia em 1900 após reprimir um grupo cigano em São João Nepomuceno⁹: “[...] devendo os animaes apprehendidos ter o conveniente destino, isto é, caso não lhes apparecesse senhorio certo ser entregues ao juiz de direito para mandar vendel-os em hasta publica, recolhendo-se o producto aos cofres do Estado.” Semelhante situação foi observada em Ubá e Muzambinho em 1900:

Trazendo ao conhecimento desta Chefia o exito da diligencia, o delegado pedia instrucções sobre o destino a dar não só aos indivíduos capturados, como aos animaes que apprehendera [...] que os animaes fossem vendidos em hasta publica, caso não apparecessem seus legítimos donos e o producto da venda recolhido à colectoria local e em Muzambinho. (Arquivo Público Mineiro, Fundo da Chefia de Polícia, 1900).

⁶TEIXEIRA, Rodrigo. Ciganos em Minas Gerais: breve história. Belo Horizonte: Crisálida, 2007, 174 páginas.

⁷TEIXEIRA, Rodrigo. Ciganos em Minas Gerais: breve história. Belo Horizonte: Crisálida, 2007, 174 páginas.

⁸Arquivo Público Mineiro, Fundo da Chefia de Polícia 1904.

⁹Arquivo Público Mineiro, Fundo da Chefia de Polícia, 1900.

A 2 de agosto do mesmo anno, achando-se o delegado de policia de Muzambinho em viagem para Santa Barbara das Canoas, no logar denominado Muzambo Grande, dou-se grande conflito entre bandos de ciganos, resultando o assassinato de um indivíduo de nome Paulino Soares. Prosseguindo nas dilligencias, deu cerco aos ciganos, capturando, 26 homens, mulheres e creanças, fazendo-os recolher á cadeia local e aprendeu-lhes 16 animaes, toda a bagagem, sellins e barracas. Ao receber comunicação do ocorrido, ordenei ao delegado que [...] afixasse edital, por 60 dias, a fim de se apresentarem justificações dos legítimos donos dos animaes, e, findo esse prazo, os entregasse ao mesmo dr. juiz de direito, para serem vendidos em praça e recolhido o producto da venda aos cofres do Estado. (**Arquivo Público Mineiro**, Fundo da Chefia de Polícia, 1900).

O aspecto citado é também visivelmente percebido no documento referente à Santana de Paraopeba, datado de 13 de dezembro de 1908 quando em virtude da “permanência sabida de alguns siganos, isto no mez passado”, concluiu-se “ter havido furtos de animaes”. Frente a isso, relata o delegado local que “logo que chegou ao meu conhecimento tal fato, mandei a esse districto a força policial, constando do cabo e duas praças”.

Diante dos testemunhos relatados, cabe problematizar de que forma era possível atribuir os delitos mencionados à presença de grupos ciganos. Se as forças públicas padeciam em condições sofríveis, como poderiam atribuir de forma efetiva que os grupos ciganos fossem, de fato, os responsáveis pelos delitos citados de forma recorrente nos relatório?

Grassam termos pejorativos, mas não existem critérios claros para diferenciar a ação de bandos armados comuns e a atuação de bandos ciganos no estado mineiro. A compreensão de quem se fala é deduzida pela análise dos termos empregados: quando os grupos descritos não são ciganos, são empregados termos como gatunos, facínoras, vagabundos. Não fica claro, portanto, como naquele período era realizado o discernimento de quadrilhas de bandidos comuns e de grupos ciganos.

Quadrilhas de bandidos também eram nômades e era comum atuarem em períodos que coincidiam com a presença cigana nas localidades, pois sabiam que a culpa recairia sobre os ciganos. As forças públicas não dispunham, conforme apontam as correspondências reproduzidas, de condições para investigarem as origens dos crimes realizados, seja pelas limitações operacionais, seja por acreditarem na força dos rótulos aplicados aos grupos ciganos. Com isso, inúmeras quadrilhas de criminosos se aproveitavam da presença cigana para agir, passando-se por ciganos, o que dificultava a sua identificação e autuação.¹⁰ De outro lado, indaga-se se a arbitrária associação de crimes aos grupos ciganos não tenha se tornado um argumento privilegiado para obter à força do Estado verbas e providências postergadas em situações de normalidade.

Os relatórios da Chefia de Polícia, entre as diversas lacunas que apontam, demonstram que havia pouca ou nenhuma imparcialidade no tratamento penal dedicado aos tipos penais detidos. Menos ainda preocupavam-se as delegacias de policia em compilar provas e testemunhas contra os crimes supostamente cometidos pelos tipos sociais vistos como indesejados, a exemplo de índios, imigrantes e ciganos. Assim sendo, era constante a violação do mais clássico dos princípios do Direito, aquele que presume a inocência dos acusados até que se prove o contrário, princípio esse intimamente relacionado aos ideais de igualdade defendidos pelos clubes republicanos oitocentistas.

¹⁰TEIXEIRA, Rodrigo. Ciganos em Minas Gerais: breve história. Belo Horizonte: Crisálida, 2007, 174 páginas.

Na medida em que eram detidos, os suspeitos, em geral pertencentes aos grupos socioculturais indesejados pelos delírios de purificação da república que emergia, passavam automaticamente a réus confessos, submetidos sem qualquer espécie de direito à espera da condenação. Frente ao Código Penal de 1891, essa constatação infringe o artigo 1º daquela codificação, que afirma não poder “ninguém [...] ser punido por facto que não tenha sido anteriormente qualificado crime, e nem com penas que não estejam previamente estabelecidas.”¹¹ Oscar de Macedo Soares, jurista que, responsável por tecer comentários em uma das mais reconhecidas edições do Código Penal de 1891, a publicação de 1907, reiterou que o artigo descrito aponta que ninguém será sentenciado, senão pela autoridade competente, em virtude da lei anterior e na forma por ela regulada, aspecto esse consolidado pela Constituição Federal de 1892 em seu artigo 72, §15.

Durante o transcurso de todo o século XIX, não havia na legislação brasileira distinção explícita entre o direito positivo e o direito costumeiro, logo, as leis escritas das codificações estavam profundamente entrelaçadas com a moral vigente, sem que houvesse uma separação racional entre a lei e a moral. Tais encaixes sociais davam voz às sanções negativas contínuas àquilo que era visto como potencialmente ameaçador, mas de maneira a se render a rótulos presos a perspectivas morais.¹² Talvez isso explique a tendência observada na documentação analisada é de que a retirada dos ciganos caracterizou-se por crescente violência, em relação à qual os chefes de polícia pareciam se orgulhar, dado o destaque progressivo que se dava a elas nos relatórios, especialmente ao relatar ciganos que haviam sido mortos “com repetidos tiros, sahindo da acção levemente ferido o subdelegado do districto que tambem seguia á força policial e morto um cigano de nome João Floriano.”¹³

Apenas nessas situações os ciganos são descritos com seus respectivos nomes, dando a entender que, diante desse contexto, cabia mencioná-los de forma a comprovar minimamente nos relatórios o que era considerado pelo governo estadual como um grande feito.

Considerações finais

A documentação a respeito dos ciganos encontrada no Arquivo Público Mineiro em meio às correspondências emitidas por delegados locais e em meio aos relatórios redigidos pelo Chefe de Polícia responde apenas parcialmente às questões edificadas antes da pesquisa. As fontes encontradas são esparsas e acrescentam perguntas em lugar de responder as problematizações colocadas anteriormente, tornando o estudo da presença dos ciganos em Minas Gerais entre o fim do Império e o início da República ainda mais complexo.

Não é possível saber ao certo, por exemplo, se a documentação assinalada se dedicava a relatar a real presença dos ciganos em diferentes situações de enfrentamento ou se ecoava as atribuições estereotipadas que há séculos são associadas aos ciganos, tal como desordeiros, vadios e criminosos. Dois são os argumentos para sustentar essa dúvida: as limitações severas da segurança pública na época para identificar com precisão se eram bandos armados nômades se fazendo de ciganos ou se de fato eram ciganos que cometiam crimes e a lei penal inebriada por um moralismo comum à época que igualava facilmente, sem o devido processo penal, ciganos comuns a bandidos. Os discursos dos Chefes de Polícia exalam recorrentes tons pejorativos, o que permite entender o conceito de desvio vigente na época, mas dificulta compreender o percurso histórico que permeia o contexto estudado.

Estudar os ciganos por meio das fontes citadas permitiu encontrar um caminho alternativo àquele que havia sido pensado antes da execução da pesquisa e da redação

¹¹Código Penal de 1891, 1917, p. 1

¹²Nesse período havia um agravante: a mistura entre moral, biologia e genética. Traços indesejados pela sociedade da época ganhavam respaldo dos determinismos biológicos e genéticos. Havia, portanto, uma forte tendência a julgar o criminoso como uma degeneração a ser controlada, vigiada, punida e muitas vezes sem chance de se reintegrar aos valores vigentes, pois se julgava que estava confinado a uma armadilha articulada pelos genes de seu grupo de origem.

¹³Arquivo Público Mineiro, Fundo da Chefia de Polícia, Relatório de 1900, p. 70

da dissertação: a de que no entendimento da repressão aos ciganos pode-se constatar como a segurança pública de âmbito local e estadual adentrou o século XX e a república em situação calamitosa, amparada por leis tendenciosas que reprimiam rótulos morais como se fosse a prévia de um ato criminoso a ser justificado por uma biologia que usava a genética para explicar traços indesejados pelas elites da época. Desse modo, é possível depreender que as forças policiais fossem mal preparadas para apurar as denúncias que chegavam a respeito dos bandos ciganos, tornando a repressão despropositada. Pinta-se, desse modo, o retrato fiel de uma segurança pública arcaica e despreparada, mesmo junto ao cenário que se esperava ser pautado pela ordem e pelo progresso.

REFERÊNCIAS

- ARQUIVO PÚBLICO MINEIRO. Fundo da Chefia de Polícia. Ministério do Interior da Presidência do Estado de Minas Gerais. Relatório da Chefia de Polícia, 1895.
- ARQUIVO PÚBLICO MINEIRO. Fundo da Chefia de Polícia. Ministério do Interior da Presidência do Estado de Minas Gerais. Relatório da Chefia de Polícia, 1897.
- ARQUIVO PÚBLICO MINEIRO. Fundo da Chefia de Polícia. Ministério do Interior da Presidência do Estado de Minas Gerais. Relatório da Chefia de Polícia, 1898.
- ARQUIVO PÚBLICO MINEIRO. Fundo da Chefia de Polícia. Ministério do Interior da Presidência do Estado de Minas Gerais. Relatório da Chefia de Polícia, 1900.
- ARQUIVO PÚBLICO MINEIRO. Fundo da Chefia de Polícia. Ministério do Interior da Presidência do Estado de Minas Gerais. Relatório da Chefia de Polícia, 1901.
- ARQUIVO PÚBLICO MINEIRO. Fundo da Chefia de Polícia. Ministério do Interior da Presidência do Estado de Minas Gerais. Relatório da Chefia de Polícia, 1904.
- ARQUIVO PÚBLICO MINEIRO. Fundo da Chefia de Polícia. Ministério do Interior da Presidência do Estado de Minas Gerais. Relatório da Chefia de Polícia, 1905.
- ARQUIVO PÚBLICO MINEIRO. Fundo da Chefia de Polícia. Ministério do Interior da Presidência do Estado de Minas Gerais. Relatório da Chefia de Polícia, 1908.
- ARQUIVO PÚBLICO MINEIRO. Fundo da Chefia de Polícia. POL 8- Caixa 2, Documento 47, 10-03-1904.
- ARQUIVO PÚBLICO MINEIRO. Fundo da Chefia de Polícia. POL 8- Caixa 2, Documento 47, 25-07-1904.
- ARQUIVO PÚBLICO MINEIRO. Fundo da Chefia de Polícia. POL-8, Caixa 5, documento 1, 26-08-1906.
- BECKER, Howard. A Escola de Chicago. Revista Mana. Rio de Janeiro, v. 2, p. 177-188, out. 1996
- BECKER, Howard. Métodos de pesquisa em ciências sociais. São Paulo: Hucitec, 1994, 178 páginas.
- BECKER, Howard. Outsiders.: estudo da sociologia do desvio. Rio de Janeiro: Zahar, 2009, 231 páginas.
- BONELLI, Maria da Gloria. Os delegados de polícia: entre o profissionalismo e a política no Brasil (1842-2000). São Paulo: Observatório de Segurança Pública, UFSCar, 2003. Disponível em http://www.observatoriodeseguranca.org/files/1213818853_delegads.pdf. Acesso em 20/12/2009.
- COTTA, Francis Albert. Olhares sobre a polícia no Brasil: a construção da ordem imperial em uma sociedade mestiça. Revista Fênix. Uberlândia, v. 6, n.2, ano VI, abr./ maio/ jun. 2009. Disponível em: www.revistafenix.pro.br . Acesso em: 13/11/2009.
- COTTA, Francis Albert. Uma polícia para o império: Historiografia e iconografia sobre a polícia no Rio de Janeiro - primeira metade do século XIX. Revista Fênix. Uberlândia, v. 6, n.2, ano VI, abr./maio/jun. 2009. Disponível em: www.revistafenix.pro.br . Acesso em: 13/11/2009.
- DURKHEIM, Émile, 1858-1917. Da divisão do trabalho social; As regras do método sociológico; O suicídio; As formas elementares da vida religiosa. 2. ed, São Paulo: Abril Cultural, 1983, p. 165-202. (Coleção “Os Pensadores”).
- FAZITO, Dimitri. A identidade cigana e o efeito de “nomeação”: deslocamento das representações numa teia de discursos mitológico-científicos e práticas sociais. Revista de Antropologia. São Paulo, v. 49, n.2, p. 689-729, 2006. Disponível em: <http://www.scielo.br/scieloOrg/php/reference.php?pid=S0034-77012006000200007&c> . Acesso em: 04/07/2010.
- GOFFMAN, Erving. Comportamento em lugares públicos: notas sobre a organização social dos ajuntamentos. Petrópolis: Vozes, 2009, 263 páginas.
- GOFFMAN, Erving. Estigma: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada. 4. ed. Rio de Janeiro: Guanabara, 1988, 158 páginas.
- LIÉGEOIS, JEAN-PIERRE. Los gitanos. Paris: Éditions La Découverte, 1983. p. 9-18.
- MELLO, Marcelo Pereira de. A casa de detenção da corte e o perfil das mulheres presas no Brasil durante o século XIX. Revista Gênero. Niterói, v. 2, n.1, p. 31-48, 2001.
- MELLO, Marco Antonio da Silva; et.al.. Os Ciganos do Catumbi: de “andadores do Rei” e comerciantes de escravos a oficiais de justiça na cidade do Rio de Janeiro. Cidades, Comunidades e Territórios. Lisboa, n. 18, p.79-92, Jun. 2009.
- PEREIRA, Cristina da Costa. Os ciganos ainda estão na estrada. Rio de Janeiro: Rocco, 2009, p. 11-50.
- SOUZA, Lídiode; BONOMO, Mariana; LIVRAMENTO, André Mota; BRASIL, Julia Alves; CANAL, Fabiana Davel. Procesos identitarios entre gitanos: desde La exclusión hasta uma cultura de libertad. Liberabit. Lima (Perú), v.15, n.1, p. 29-37, 2009.
- TEIXEIRA, Rodrigo. Ciganos em Minas Gerais: breve história. Belo Horizonte: Crisálida, 2007, 178 páginas.

O violão de Heitor Villa-Lobos: entre a *Belle Époque* carioca e as rodas de choro

 <http://eoi.citefactor.org/10.11248/ehum.v6i1.907>

Loque Arcanjo júnior

Mestre em História pela UFMG, especialista em História da Cultura de Arte UFMG.

Professor da Escola de Música da UEMG e do curso de História do UNIBH

loquearcanjo@yahoo.com.br

 <https://orcid.org/0000-0002-4912-8190>

Recebido: 04/12/2012 Aceito: 06/06/2013

RESUMO:

Os diálogos musicais de Heitor Villa-Lobos conectam o compositor às perspectivas modernistas com as quais o músico se identificou durante sua trajetória artística: o modernismo musical carioca que apresenta como dois dos elementos centrais o choro e o samba, e o paulista caracterizado pela centralidade simbólica e estratégica da Semana de Arte Moderna de 1922. Apesar desta centralidade, sua música tomou significados culturais modernistas a partir da construção de suas redes de sociabilidades no espaço urbano “carioca” entre os anos de 1900 e 1922.

PALAVRAS-CHAVES: Villa-Lobos, modernismo, música

ABSTRACT:

The musical dialogues Heitor Villa-Lobos connect to the composer modernist perspectives with which the musician was identified during his artistic career: the “carioca” musical modernism that shows how two central elements of samba and choro, and “paulista” characterized by the centrality and symbolic strategic Week of Modern Art in 1922. On the one hand his music took cultural meanings modernists from the construction of their networks

Introdução

A Semana de Arte Moderna de 1922 é observada como um marco do modernismo e do nacionalismo de Heitor Villa-Lobos. Compositor carioca que aos 35 anos de idade recebeu o convite para participar do evento em São Paulo. Graça Aranha, Ronald de Carvalho e Paulo Prado foram à casa do compositor carioca e fizeram o convite para ele participar do evento projetado. Era a primeira vez que o compositor apresentaria suas obras fora do Rio de Janeiro. Naquele ano de 1922, Heitor Villa-Lobos foi o único músico a se apresentar nos três dias do evento realizado nos dias 13, 15 e 17 de fevereiro. O repertório de sua autoria, apresentado por ele na Semana, foi composto em diferentes momentos no período que vai de 1914 a 1921: duas sonatas, dois trios, dois quartetos, um octeto (nas *Danças Africanas*), seis peças para canto e piano e sete peças para piano-solo. As apresentações de Villa-Lobos em 1922 são consideradas pela historiografia como o marco na vida artística do compositor que, a partir daquele momento, se transformaria num músico “essencialmente brasileiro”. Os anos anteriores à década de 1920 foram apontados, por esta historiografia como uma etapa preliminar na consolidação de Villa-Lobos enquanto expoente máximo da música brasileira.¹

O papel desempenhado pelo modernismo paulista na difusão da música de Villa-Lobos, representado, por exemplo, pelo peso atribuído à Semana de Arte Moderna de 1922, e pelo modelo de musicalidade nacional proposta por Mário de Andrade no seu *Ensaio sobre a música Brasileira* de 1928, se encontra, historiograficamente, sobreposto à sua identidade musical construída em meio às suas relações com a boemia ca-

¹WISNIK, O Coro dos Contrários: a música em torno da semana de 22.

rioca no início do século. Relações que não são problematizadas historiograficamente como expressão cultural do seu modernismo carioca. oferecer e barganhar. Há diferenças a serem atenuadas ou desculpadas ou, pelo contrário, ressaltadas e tornadas mais claras. As “identidades” flutuam no ar, algumas de nossa própria escolha, mas outras infladas e lançadas pelas pessoas em nossa volta, e é preciso estar em alerta constante para defender as primeiras em relação às últimas. (Bauman) Há diferenças a serem atenuadas ou desculpadas ou, pelo contrário, ressaltadas e tornadas mais claras. As “identidades” flutuam no ar, algumas de nossa própria escolha. Há diferenças a serem atenuadas ou desculpadas ou, pelo contrário, ressaltadas e tornadas mais claras. As “identidades” flutuam no ar, algumas de nossa própria escolha, mas outras infladas e lançadas pelas pessoas em nossa volta, e é preciso estar em alerta constante para defender as primeiras em relação às últimas. (Bauman) Há diferenças a serem atenuadas ou desculpadas ou, pelo contrário, ressaltadas e tornadas mais claras. As “identidades” flutuam no ar, algumas de nossa própria escolha, mas outras infladas e lançadas pelas pessoas em nossa volta, e é preciso estar em alerta constante para defender as primeiras em relação às últimas. (Bau) Ao retomar de forma crítica os estudos sobre o modernismo, percebe-se que ainda nos dias de hoje permanece uma visão do modernismo no Brasil circunscrito a ambiência paulista e a um grupo canônico de intelectuais no qual se destacam Oswald de Andrade e Mário de Andrade. De acordo com a Monica Veloso, a narrativa hegemônica do modernismo de São Paulo foi uma construção empreendida pelas vanguardas paulistas entre os anos de 1930 e 1950 tendo como focos privilegiados de propagação os meios acadêmicos e os jornais.²

Para compreender o nacionalismo de Villa-Lobos é necessário, portanto, perceber que este foi construído por meio de diversas formas de “imaginação”. Além do músico inovador, desbravador e revolucionário “paulista”, existe o Villa-Lobos “carioca”, músico que se formou entre os anos 1900 e 1920 naquele espaço urbano caracterizado pelo trânsito de diversas culturas musicais. É necessário captar a “ambiência cultural” desta cidade, buscando analisar como o músico tecia suas redes de sociabilidade e como articulava em meio aos diferentes grupos de intelectuais por meio dos quais transitava suas identidades musicais. É necessário, também, situar o compositor em relação aos seus interlocutores que foram fundamentais na construção de sua música e de suas identidades. É fundamental o levantamento dos diferentes “lugares de sociabilidade” por eles legitimados, lugares que ofereciam o compartilhar de identidades comuns ao grupo. Esta formação de redes diz respeito às formas por meio das quais estes sujeitos se organizam ao compartilharem sensibilidades comuns. Estas organizações, mais ou menos formais, demarcam fronteiras nem sempre muito bem definidas. No caso específico de Villa-Lobos, estes lugares de sociabilidade podem ser identificados das mais diversas maneiras: visualizadas, por exemplo, em correspondências, periódicos, partituras que podem expressar diversas redes de sociabilidade construídas por ele com os chorões, com a *Belle Époque* carioca e com os idealizadores da Semana de Arte Moderna de São Paulo.

Para o objeto de estudo deste artigo que consiste no estudo da inserção de Villa-Lobos em relação ao modernismo carioca, é significativo destacar que o processo de revisão historiográfica atual levanta questões em relação ao modernismo no Brasil que são fundamentais para a compreensão das identidades musicais de Villa-Lobos: o fenômeno da circulação de idéias, a capacidade inventiva dos atores, a diversidade das práticas culturais, o diálogo com as tradições, a diversidade dos espaços, temporalidades, atores e configurações. Na busca pela compreensão dos diferentes modernismos, a historiografia passou a destacar a dinâmica comunicativa de diferentes grupos, descentrando o foco das culturas letradas para as diferentes formas de comu-

²GOMES, Essa gente do Rio... Modernismo e Nacionalismo; VEL-LOSO, Modernismo no Rio de Janeiro

nicação, tais como as sonoras e auditivas que podem incorporar, por exemplo, a música e as diferentes práticas musicais além das representações sobre elas. Os trabalhos mais recentes sobre “modernidade” e “modernismo” no Brasil promovem uma abordagem conceitual focando as particularidades dos significados destes termos em diferentes discursos, espaços e contextos. Ao trazer uma historicidade a estes conceitos, esta historiografia vem destacando as subjetividades por meio das quais os modernismos no Brasil estabeleceram diferentes discursos que expressavam diferentes leituras da nacionalidade.³

Em uma autobiografia enviada a Francisco Curt Lange nos anos 1940, Villa-Lobos destacou a importância de sua relação com os chorões, referência dada aos músicos do início do século XX da cidade do Rio de Janeiro, tais como Anacleto Medeiros, Quincas Laranjeira, Joao Pernambuco, Pixinguinha, Donga e Ernesto Nazareth. Nas palavras dele, em 1901, aos quatorze anos de idade, “freqüentava as rodas boêmias dos chorões de rua e participava dos conjuntos típicos instrumentais de flautas, cavaquinho, pandeiros e violão.” Além disso, o compositor afirmou, nesta mesma autobiografia, que, aos dezenove anos de idade, “conviveu com interessantes poetas folcloristas como Catulo Cearense, o maior poeta da terra do Brasil, Satiro Bilhar e outros.”⁴

Estas breves informações sobre a vida de Villa-Lobos nos primeiros anos da República apresentam, nas suas entrelinhas, elementos históricos ainda pouco explorados pelos estudiosos da obra do compositor. Estes elementos dizem respeito às características históricas que marcam a identidade do espaço urbano enquanto *locus* de expressão cultural do modernismo carioca. Sua condição de capital foi marcada pela forte presença do Estado e das atividades de serviço (comércio e burocracia pública) e por uma relação entre espaço público e fragmentação da sociedade, tida como “preguiçosa e rebelde”. De modo geral, o produtor de cultura no Rio de Janeiro estaria marcado por uma dupla inserção social resultante desta particularidade: de um lado ele estaria ligado ao Estado como funcionário público, uma relação que expressava um misto de dependência, atração e desprezo pelo “patrão”; de outro lado, por não conseguir reconhecimento social ou por não conseguir subir às altas esferas do poder público, “acabaria por eleger a rua como *locus* de sociabilidade por excelência, tendo na vida boêmia e na convivência com a população marginal um de seus traços definidores.” Dilacerado entre o serviço público e a rua, “o intelectual carioca estaria situado em uma espécie de “perverso limite” à sua expressão criadora, fundamentalmente em relação ao paulista que é desenhado como aquele mais distante do poder público e melhor reconhecido pelas oligarquias sociais”⁵.

Ao analisar os impactos da Proclamação da República sobre a sociedade do Rio de Janeiro em fins do século XIX e início do XX é importante destacar que as reformas urbanas realizadas por Pereira Passos eram eficientes, rápidas e autoritárias e tecnocratas, mas que apesar do predomínio da exclusão social e política, existia um vasto mundo de participação popular que passava ao largo do mundo oficial da política. Esta participação era de natureza religiosa, social e fragmentada. Com as reformas urbanas, a população teve que subir o morro e se isolar do centro o que aumentou o abismo social. Neste Rio de Janeiro “repaginado” no qual circulava um fascínio pela *Belle Époque* europeia, grupos como os chorões continuavam a viver seu cotidiano e a construir suas identidades.⁶

Pano de fundo dos “dramas” vividos por Villa-Lobos, este foi o cenário no qual ele passou os primeiros anos de sua vida: as atividades de seu pai, funcionário público e músico amador, expressam exatamente o dilaceramento próprio a este contexto. Por um lado, entre ser médico (desejo materno) e ser músico e intelectual

³FABRIS (org.), *Modernidade e Modernismo no Brasil*; GOMES, *Essa gente do Rio... Modernismo e Nacionalismo*; VELLOSO, *História e Modernismo. Sobre a perspectiva historiográfica que destacam as nações como produto de construções imaginárias*, ver: ANDERSON, *Comunidades Imaginadas: Reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo*.

⁴VILLA-LOBOS, H. “Casos e fatos importantes sobre H. Villa-Lobos numa biografia resumida”

⁵GOMES, *Essa gente do Rio... Modernismo e Nacionalismo*, p. 23.

⁶CARVALHO, *Os Bestializados - O Rio de Janeiro e a República que não foi*.

“reconhecido” (vínculo com o Instituto Nacional de Música), aproxima-se da “rua” como lugar de sociabilidade ao se vincular aos chorões e à boemia. Por outro lado, o vínculo com o Instituto Nacional de Música é destacado por ele na mesma autobiografia citada. Nela o compositor carioca afirma que em 1908, aos 21 anos de idade, “matriculou-se no Instituto Nacional de Música, hoje Escola de Música, na aula de harmonia do professor Frederico Nascimento, abandonando meses depois.”⁷

Para compreender o que o próprio Villa-Lobos rotulava de “boemia”, ao se vincular aos “chorões”, é significativo destacar que naquele mesmo cenário, as vivências dos literatos cariocas como Raul Pompéia, Olavo Bilac e Aloízio Azevedo se inspiraram na obra do próprio criador do “imaginário da boemia”, o escritor francês Henri Murger. Murger escreveu uma obra que pode ser considerada o “manifesto dos boêmios”. *Scenes de lavie de boheme* (1845) foi o livro que inspirou Puccini em sua ópera *La Bohème*. Os boêmios construídos pelo imaginário literário de Murger são personagens de uma classe média com carreiras relativamente promissoras, mas que abandonam estas promessas por uma vida ligada à arte e às incertezas da construção de uma trajetória de privações e dificuldades financeiras. A história social da cultura permite-nos um ângulo de visão que percebe na vida de Villa-Lobos e dos músicos influentes para sua formação musical que a boemia era a expressão de um imaginário que girava em torno das figuras destes atores sociais.⁸

Para compor o quadro de ambiguidades resultantes daquele universo cultural, percebe-se, nas poucas narrativas de Villa-Lobos sobre aquele momento de sua vida e ao destacar sua breve trajetória no Instituto Nacional de Música, uma valorização da formação musical vinculada à musicalidade da “música de concerto”. Nas palavras dele, fica clara, também, a valorização do ambiente domiciliar e dos ensinamentos de seu pai, um músico amador e autodidata responsável pelo diálogo inicial do jovem Heitor com as práticas musicais formais tais como “concertos” e “óperas”. Sobre o papel de seu pai para sua formação musical, Villa-Lobos afirma que

Desde a mais tenra idade iniciei a vida musical, pelas mãos de meu pai, tocando um pequeno violoncelo. Meu pai, além de ser homem de apromorada cultura geral e excepcionalmente inteligente, era um músico prático, técnico e perfeito. Com ele, assistia sempre a ensaios, concertos e óperas, a fim de habituar-me ao gênero de conjunto instrumental.⁹ (sic)

O músico afirmou que em 1904, aos dezessete anos de idade, se inscreveu no Instituto Nacional de Música para ter aulas de violoncelo. Ao citar nas suas narrativas sobre sua formação inicial a música dos compositores em evidência na Europa, percebe-se a valorização da cultura francesa própria à *Belle Époque* carioca. Se por um lado, Villa-Lobos valorizava esta cultura musical expressa, por exemplo, pela música de Claude Debussy e Camille Saint-Saens (músicos citados por ele na mesma autobiografia enviada a Curt Lange), por outro, Villa-Lobos saltava um dos limites impostos pela política oficial da sociedade da Primeira República, para a qual o choro e a seresta não faziam parte do repertório dos músicos de concerto ditos “civilizados”, mas que expressavam sua modernidade musical resultante das sociabilidades daquele espaço urbano. É significativo notar que os textos de Villa-Lobos sobre sua própria vida expressam estas diversas identidades:

Em 1893 – (aos seis anos de idade) - aprendeu a tocar com seu pai numa viola arranjada como um pequeno violoncelo.

Em 1894 – (aos sete anos de idade) – compunha melodias no seu violoncelo improvisado baseada nas cantigas de roda que ouvia nas ruas.

⁷VILLA-LOBOS, “Casos e fatos importantes sobre H. Villa-Lobos numa biografia resumida”

⁸GUÉRIOS, Villa-Lobos: o caminho sinuoso da predestinação. Sobre a temática da Belle Époque no Rio de Janeiro ver: NEEDELL, Belle Époque Tropical: sociedade e cultura de elite no Rio de Janeiro na virada do século.

⁹VILLA-LOBOS, Autobiografia, p. 98-99.

Em 1899 – (aos 12 anos de idade) – Morreu seu pai, começou a estudar no clarinete de seu pai e num violão que conseguira emprestado para experimentar suas invenções harmônicas porque sua mãe desejando que ele seguisse a carreira de medicina e receando que se dedicasse inteiramente à música, não o deixava estudar piano.

Em 1901 – (aos 14 anos de idade) - Frequentava as rodas boemias dos chorões da rua e participava dos conjuntos típicos instrumentais de flauta, cavaquinho, pandeiro e violão.

Em 1903 – (aos 15 anos de idade) Fugiu de casa para a residência de um tio a fim de ter mais liberdade de viver nas rodas dos músicos de banda, orquestra e chorões, embora sempre estudando humanidades e música.

Em 1904 – (aos 16 anos de idade) – Iniciou sua profissão definida de música e orquestra, tocando todos os gêneros de teatro...¹⁰

As narrativas de Villa-Lobos sobre si mesmo expressam o dilaceramento próprio ao universo urbano do Rio de Janeiro e são significativas para a compreensão das identidades musicais do músico assumidas por ele: o “diálogo” entre a “viola” e o “violoncelo”, a música que ele ouvia nas “ruas”, nas “rodas boemias dos chorões da rua” e o “estudo das humanidades e da música de caráter formal.” Nota-se, ao mesmo tempo, uma oscilação identitária e uma ansiedade por se identificar: por um lado, a viola expressaria a música popular juntamente com as rodas boêmias, por outro lado, como violoncelista e estudioso das humanidades, o compositor se vinculava à música de caráter mais formal e associada à “música de concerto”.

A experiência carioca integra uma via de reflexão sobre o modernismo que se desvincula do pressuposto que associa o moderno a suas instituições formais e à ação das vanguardas como no caso paulista. A construção do modernismo carioca pode ser percebida com base nas sociabilidades e nos espaços cotidianos expressos através de personagens que transitavam pelas ruas da capital. A cultura modernista no Rio de Janeiro é indissociável da ação de grupos musicais boêmios, dos quais se pode dizer que os chorões citados por Villa-Lobos na carta a Curt Lange eram representantes. Estes músicos faziam parte de um universo cultural que construía nas ruas um “padrão de sociabilidade alternativo” e “uma ambiência organizadora”. Desse modo, eles se identificariam com as camadas populares com o violão e com a cidade como parte constitutiva de si mesmos. Na vida social carioca, as ruas seriam “a arena do confronto, o local do trabalho ambulante, do convívio social, da ajuda mútua e da troca de informações.”¹¹

A história das *representações* permite-nos pensar três registros diferenciados da realidade histórica: as representações coletivas, as formas de exibição e estilização das identidades que pretendem ser reconhecidas e a delegação da coerência e da estabilidade da identidade assim firmada. Em outras palavras uma história da construção de identidades que diz respeito a uma história das relações simbólicas de força.¹²

Os objetos musicais podem ser entendidos como objetos sociais e, em consequência, como representações sociais. É por esta razão que “o modo como indivíduos e grupos reagem ante eles [os objetos musicais] seria influenciado pelas representações que os indivíduos têm sobre música e sobre a instituição a que estão vinculados”. Assim, “a abordagem das representações sociais é um modelo conceitual capaz de explicar os processos de criação e apreciação artísticos, integrando aspectos históricos, sociais e culturais”. Esta abordagem permite “analisar o fenômeno musical em seu duplo papel, tanto como produto da realidade social quanto como parte do processo de construção da realidade”.¹³

¹⁰VILLA-LOBOS, “Casos e fatos importantes sobre H. Villa-Lobos numa biografia resumida”

¹¹VELLOSO, Modernismo no Rio de Janeiro, p.27.

¹²CHARTIER, À beira da falésia: a história entre incertezas e inquietude, p.11.

¹³DUARTE, Objetos musicais como objetos de representação social: produtos e processos da construção do significado em música, p. 123-142.

Especialmente para o modernismo carioca, a noção de “rede” implica o estudo das diversas estruturas das organizações que muitas vezes não se dava de maneira formal, como no caso paulista, e constituíam lugar de trocas e de construção de uma dinâmica própria baseada na circulação de saberes. Relações pessoais que constroem “espaços” desenhados por sensibilidades comuns que implicam vínculos de amizade, amores, aproximações, ilusões, mas também distanciamentos, ódios, distanciamentos e desilusões. Uma história dos músicos/intelectuais em consonância com uma história social da cultura, na busca pelos significados ocultos implícitos nos diferentes posicionamentos dos sujeitos envolvidos bem como de suas produções culturais, neste caso específico a produção musical e musicológica.¹⁴

O violão deve ser interpretado como instrumento privilegiado por onde transitaram diversas manifestações musicais que circulavam neste ambiente. O violão tal como conhecemos hoje surgiu na Europa, no final do século XVIII e chegou ao Brasil no começo do XIX. A partir da vinda da corte, este instrumento musical transforma-se no “grande metamorfoseador” das danças européias (valsas, polcas, shottisches, mazurcas), em danças brasileiras que possuíam as mesmas denominações. O violão, a partir daí transforma-se num importante acompanhador de diversos gêneros musicais, tais como: modinhas, lundus, cateretês, maxixes, choros e sambas. Ele realizou, a partir daí sua principal realização em relação ao repertório na música brasileira: tornar-se um suporte harmônico para as mais diversas manifestações musicais do país, como no seu baixo-cantante ou como, bem mais tarde, na “batida” da bossa-nova.¹⁵

Por um lado, a identificação do violão com os chorões e com outros conjuntos populares serviu para o discurso depreciativo em relação ao instrumento que passou a não ser reconhecido por muitos como instrumento “erudito”. Por outro lado, seu timbre e o “ambiente sonoro” criado por ele em torno do seu repertório colocaram o instrumento como símbolo de nacionalidade. O instrumento suscitou inúmeros debates acerca da natureza social do seu executante: instrumento musical das noitadas de se-
restas, modinhas, maxixes, sambas e rodas boêmias, e instrumento “nobre” dos salões e salas de concerto.¹⁶

Sobre Villa-Lobos e este universo cultural, Pixinguinha afirmou que:

Ele era garoto. Ia sempre à minha casa na Rua Itapiru, número 97. Tocava violão muito bem, como sempre tocou. Às vezes, acompanhava meu pai. Mais tarde é que toquei uns chorinhos para ele. Sempre gostou de música. Tocava violoncello no Cinema Odeon e fazia umas pausas complicadas. Mas todo mundo achava Villa-Lobos meio esquisito, sabe? Não davam muito valor a ele. Villa-Lobos foi um sujeito que chegou antes a uma realidade que todos nós sabemos. Eu conheci Villa-Lobos muito antes de 1922. Como eu já disse, ele ia na minha casa porque admirava os chorões. Às vezes até fazia acompanhamento no violão. Era bom no violão. Mas o negócio era meio antigo e ele tinha uma formação moderna, por isso talvez não acompanhasse bem, para nós. Mas ele gostava. Eu o considero um gênio. Tem obras de Villa-Lobos que marcam. Não só os Chorinhos número 1 e 2, porém várias outras. Aquele .Uirapuru., o efeito que ele tirou é material. Ele tinha que ter conhecimento. Villa-Lobos, para mim, é um Stravinski, um Wagner, essa gente toda. Não é só questão de sentir, mas também do efeito que ele tira, no conjunto. Considero isso uma grande arte.¹⁷

¹⁴GOMES, Essa gente do Rio... Modernismo e Nacionalismo; VELLOSO, História e Modernismo.

¹⁵TABORDA, Violão e Identidade Nacional: Rio de Janeiro 1830-1930.

¹⁶TABORDA, Violão e Identidade Nacional: Rio de Janeiro 1830-1930.

¹⁷Depoimento concedido ao Museu da Imagem e do Som. Ver: TABORDA, Violão e Identidade Nacional: Rio de Janeiro 1830-1930, p.120.

Na Europa, a partir do século XIX, proliferaram métodos de estudo que difundiram uma nova forma de pensar e organizar o estudo do violão, uma gramática do violão moderno. Até a metade deste século, o violão experimentará grandes transformações técnicas, dentre elas uma maior valorização do *ponteado* em detrimento do *rasgueado*, bem como a incorporação de novas técnicas de *arpejos* e *estudos de escalas* nas mais diversas tonalidades (ver figura 1). Mudanças estas que passaram a ser difundidas por meio dos *métodos*, publicados a partir deste momento.



FIGURA 1: Rondó, op. 244 número 10 de Ferdinando Carulli

Com estas transformações, surgiriam também novos compositores que ampliariam o repertório musical para o instrumento. Na primeira metade do *oitocentos*, os violões já haviam inundado os salões europeus (em especial franceses) e caído no gosto de compositores, tais como Nicolo Paganini e Franz Schubert que lhe dedicou algumas peças. Nos salões europeus abertos ao violão, conhecido neste contexto como “viola francesa” brilharam os espanhóis Dionísio Aguado (1784-1849) e Ferdinando Sor (1778-1839) e os italianos Ferdinando Carulli (1770-1841), Mauro Giuliani (1781-1829) e Mateo Carcassi (1792-1853) que abandonaram seus países para difundirem suas composições para o instrumento nos salões de Paris, Londres e Viena.¹⁸

Se sobre sua juventude no Rio de Janeiro, em 1901, aos quatorze anos de idade, Villa-Lobos afirmava que “frequentava as rodas boêmias dos chorões da rua e participava dos conjuntos típicos instrumentais de flautas, cavaquinho, pandeiros e violão”; sobre seu famoso encontro em Paris, em 1923, com o grande violonista espanhol, Andrés Segóvia, Villa-Lobos afirmou: “eu sentei, toquei e acabei com a festa. Segóvia veio depois me perguntar onde eu havia aprendido. Eu lhe disse que não era violonista, mas sabia toda técnica de Carulli, Sor, Aguado, Carcassi, etc.”¹⁹

A difusão e circulação das obras destes compositores no universo urbano do Rio de Janeiro em meados do século XIX foram destacadas por Márcia Taborda. Segundo ela

O músico francês Pierre Laforge, que por volta de 1834 estabeleceu negócio no Rio de Janeiro dedicando-se a impressão regular de peças musicais, foi o responsável pela introdução na sociedade carioca do primeiro método de viola francesa, já por esta época denominada violão. Na sessão de música do Jornal do Comércio de 1º de março de 1837 publicou o anúncio “Na imprensa de música de Pierre Laforge na Rua da Cadeia número 89, acabam-se de imprimir as seguintes peças: método de violão segundo o sistema de Carulli e Nava, traduzido por J. Crocco.”²⁰

¹⁸TABORDA, Violão e Identidade Nacional: Rio de Janeiro 1830-1930.

¹⁹TABORDA, Violão e Identidade Nacional: Rio de Janeiro 1830-1930, p.104.

²⁰TABORDA, Violão e Identidade Nacional: Rio de Janeiro 1830-1930, p. 73.

Sobre difusão do repertório para violão neste contexto é muito significativa a presença da “Escola de Tárrega” que fizeram discípulos como a espanhola Josefina Robledo. A violonista chegou ao Rio de Janeiro entre os anos de 1917 e 1918 realizando concertos na Associação Brasileira de Imprensa e no Salão nobre do edifício do Jornal do Comércio, e também em São Paulo onde difundiu, dentre outros compositores, a obra de violonistas citados por Villa-Lobos em sua formação, como por exemplo, os italianos Dionísio Aguado, Mateo Carcassi e Ferdinando Carulli.

As narrativas de Villa-Lobos sobre sua cultura violonística já foram discutidas por outros estudos. Porém, elas devem ser problematizadas sob a perspectiva da história social da cultura a partir do estudo do trânsito e dos significados destas linguagens musicais presentes em suas composições. Ao construir as narrativas sobre suas identidades musicais, Villa-Lobos se vincula à música violonística cultivada nos salões parisienses por meio das obras de violonistas “italianos” e “espanhóis” e à música popular do universo urbano e modernista carioca. Nos dois sentidos, o violão desempenha papéis fundamentais: instrumento por meio do qual o compositor se inseriu no universo musical francês a partir de seu contato com a música dos violonistas estabelecidos nos salões franceses, e vínculo universo cultural urbano do Rio de Janeiro sendo “personagem” indispensável às rodas de choro como instrumento harmonizador e solista. Nas obras para violão de Villa-Lobos estas culturas musicais são incorporadas à suas narrativas musicais que demonstram um descentramento na direção de identidades bastante diversificadas.

Ao distinguir três tipos de hibridismos, aqueles que envolvem respectivamente artefatos, práticas e povos, Peter Burke, ao discutir as práticas híbridas afirma que estas podem ser identificadas na religião, na linguagem, no esporte, nas festividades e na música. Para o autor, a música oferece uma rica gama de exemplos de hibridização, para isto cita o caso de Debussy sobre o qual se tem sido dito que a função que Java representou em seu caso foi a de intensificar as técnicas em sua música, e no caso da música popular, destaca, o jazz, a salsa e o reggae.²¹

Heitor Villa-Lobos possui uma vasta obra para violão-solo das quais se destacam a *Suíte Popular Brasileira* (1908-12), o *Choros 1* (1920), os *Doze Estudos* (1929), e os *Cinco Prelúdios* (1940). A *Suíte Popular Brasileira* é um dos exemplos da versatilidade de Villa-Lobos e dos processos de hibridização proporcionados pela diversidade de suas práticas violonísticas. Esta obra consiste num conjunto de peças compostas no Rio de Janeiro entre 1908 e 1912, quando Villa-Lobos contava com vinte e três anos de idade. A *Suíte* se divide em cinco partes: *Mazurca-choro*, *Gavotta-choro*, *Valsa-Choro*, *Schotich-Choro* e o *Chorinho*. Este último movimento foi composto e incorporado à *Suíte* em Paris na primeira viagem do maestro à capital francesa em 1923. Como será demonstrado logo à frente, esta obra explicita a habilidade do compositor no tratamento dado ao violão, e ao *choro* enquanto gênero musical, mas também o domínio da técnica violonística desenvolvida nos salões franceses anteriormente citados.

Na *Mazurca-choro*, por exemplo, pode-se identificar muito deste processo de hibridismo cultural. A Mazurka é uma dança polonesa de compasso ternário, originária da Marzóvia. Se caracteriza pelo deslocamento do acento sobre tempos fracos do compasso (2º ou 3º tempo), pela abundância das tercinas, pelo ritmo pontuado e pelos grandes intervalos melódicos.²²

No que diz respeito à técnica, a Mazurca escrita por Villa-Lobos trouxe estas características próprias à forma musical europeia: a sucessão de tercinas desenvolvidas na coda consiste num arpejo no qual o violonista deve utilizar os dedos anular, médio e indicador de forma sucessiva e rápida (ver figura 2). A presença deste *arpejo* de-

²¹BURKE, Peter. Hibridismo Cultural.

²²Para uma análise formal acerca da obra violonística de Villa-Lobos ver: PEREIRA, Heitor Villa-Lobos, sua obra para violão; SANTOS, Heitor Villa-Lobos e o violão.

monstra o desenvolvimento técnico apresentado pelos violonistas que faziam sucesso em Paris e que, como dito anteriormente, transitavam em métodos para violão nas tipografias do Rio de Janeiro deste meados do século XIX (ver figura 1).



FIGURA 2: *Mazurca-Choro* da Suíte Popular Brasileira de Heitor Villa-Lobos.

Seguindo a forma A – B – A – C – A – CODA, no primeiro tema (ver figura 3), a sexta napolitana se identifica com a música dos chorões cariocas, um tipo de encadeamento harmônico comum na música popular instrumental do Rio de Janeiro do início do século XX. Da mesma forma, o tema principal se identifica com a modinha, apresentada por uma melodia simples acompanhada de uma base harmônica comum ao violão acompanhador das rodas de choro.



FIGURA 3: *Mazurca-Choro* da Suíte Popular Brasileira de Heitor Villa-Lobos.

O choro pode ser interpretado como um gênero musical constituído a partir de 1870, que consistia num modo de se tocar próprio dos músicos do Rio de Janeiro. A formação tradicional consiste em violões, flauta, caquinho e pandeiros. Cada instrumento possui uma função relativamente específica: a flauta como solista, o caquinho como centro harmônico e o violão nos baixos ou “baixaria” e muitas vezes, também como acompanhador. Estas duas “funções” desempenhadas pelo instrumento podem ser encontradas na obra de Villa-Lobos (ver figura 4).

O *Choros* para violão demonstra a habilidade de Villa-Lobos como violonista das rodas de Choro, pois apresenta as duas principais funções do instrumento nos grupos de choro que se formavam no Rio de Janeiro desde fins do século XIX. A partir dos primeiros anos da República, outros instrumentos passaram a integrar o grupo de choro, como bandolim, a clarineta e o saxofone. Destes grupos surgiram importantes violonistas que passa-

ram a compor para o instrumento. Estes músicos tinham como repertório valsas e polcas que se misturavam a outras tradições musicais como o maxixe e o lundu.

No *Choros no 1* escrito em 1920 para violão solo, a dedicatória a Ernesto Nazareth bem como a escolha do choro como forma musical demonstram a ligação do músico com esta prática musical própria daquele universo social. Este diálogo fica mais explícito ainda quando observamos que o *Improviso*, escrito por Nazareth em 1922 foi dedicado a Villa-Lobos e demonstra como a música pode ser instrumento de construção de diálogos culturais que explicitam identidades compartilhadas por um grupo.



Figura 4: Choros 1 para violão solo dedicado a Ernesto Nazareth.

PARTITURAS

VILLA-LOBOS, H. *12 Estudos para violão solo*. Editions Max Eschig, 48 rue de Rome, Paris. 1955.

VILLA-LOBOS, H. *Suíte Populaire Brasileira*. Editions Max Eschig, 48 rue de Rome, Paris. 1955.

VILLA-LOBOS, H. *Suíte Populaire Brasileira*. Editions Max Eschig, 48 rue de Rome, Paris. 1955.

FONOGRAMAS

VILLA-LOBOS, H. *Complete Music for Solo Guitar*. Guitar: Norbert Kraft, Madri: Naxos, 1998. (Compact Disc)

VILLA-LOBOS, H. *Bachianas Brasileiras (Integrales)* Orchestre Synphonique de Brésil; Dierction: Isaac Karabtchewsky; Piano (Bachianas Brasileiras n° 3): Nelson Freire; Soprano: Leila Guimarães. France: Íris Music, 2001, 3 cd's.

TEXTOS DE VILLA-LOBOS

VILLA-LOBOS, H. *Autobiografia* In: Presença de Villa-Lobos. 4º volume. Rio de Janeiro: MEC/Museu Villa-Lobos, 1969 [1957], p. 98-99.

VILLA-LOBOS, H. “Casos e fatos importantes sobre H. Villa-Lobos numa biografia resumida” (Datilografado e s/ data). ACL/Biblioteca Central/UFMG - Dossiê 2.2 S15.1097.

VILLA-LOBOS, H. Agradecimento (Improviso proferido por ocasião da entrega do título *Cidadão Paulistano* na Câmara Municipal de São Paulo). *Presença de Villa-Lobos - 5º Volume*. Rio de Janeiro, Museu Villa-Lobos, 1967, p.111.

VILLA-LOBOS, H. *Educação Musical*. In: Presença de Villa-Lobos, 6º Vol, 1ª ed. MEC/Museu Villa-Lobos, 1971, p. 95-129.

BIBLIOGRAFIA

ANDERSON, Benedict. *Comunidades Imaginadas: Reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

ARCANJO, Loque. Um Universo musical bem bachiano: diversidade cultural e diálogos musicais nas Bachianas Brasileiras de Heitor Villa-Lobos (1930 - 1945). *Ciência & Conhecimento*, Belo Horizonte, v. 2, p. 107-127, 2006.

ARCANJO, Loque. *O ritmo da mistura e o compasso da história: o modernismo musical nas Bachianas Brasileiras de Heitor Villa-Lobos*. Rio de Janeiro: E-papers, 2008.

ARCANJO, Loque. As representações da nacionalidade nas Bachianas Brasileiras de H. Villa-Lobos. *Revista Escritas: Revista do Departamento de História da UFT*. Palmas, vol 2, ano 2, 2010, p. 77-101, 2010.

ARCANJO, Loque. Francisco Curt Lange e o Modernismo Musical no Brasil; identidade nacional, política e redes sociais entre os anos 1930 e 1940. *Revista e-hum* (Revista do Centro Universitário de Belo Horizonte) Belo Horizonte, vol.3, número 2, p. 66-81, 2010 Disponível em: <http://www.unibh.br/revistas/ehum/>

ARCANJO, Loque. Francisco Curt Lange e Mário de Andrade entre o Americanismo e o Nacionalismo musicais (1932-1944). In: *Revista Temporalidades* (PPGHIS/UFMG), Belo Horizonte, Vol. 3 n.1, Jan./ Jul, 2011.

- ARCANJO, Loque. (Re)dimensionando as fronteiras do nacional: identidades musicais de Heitor Villa-Lobos entre o Americanismo e o Pan-americanismo., In: *Revista Relações Internacionais no Mundo Atual*, Curitiba, volume 1, Número 13, 2011.
- ARCANJO, Loque . Heitor Villa-Lobos entre o nacionalismo de Mário de Andrade e o Americanismo de Francisco Curt Lange. *Revista Modus*, Belo Horizonte v. 6, p. 21-35, 2011.
- BURKE, Peter. *Hibridismo Cultural*. RS: Unisinos, Aldus 18, 2003.
- CARVALHO, José Murilo de. *Os Bestializados - O Rio de Janeiro e a República que não foi*. São Paulo, Companhia das Letras, 1987.
- CHARTIER, Roger. *À beira da falésia: a história entre incertezas e inquietude*. Ed. UFRGS. Porto Alegre, 2002.
- DUARTE, Mônica de Almeida. *Objetos musicais como objetos de representação social: produtos e processos da construção do significado em música*. *Revista Em Pauta*, v. 13, n. 20, junho, p. 123-142, 2002.
- FABRIS, Annateresa (org.). *Modernidade e Modernismo no Brasil*. Campinas: Mercado das Letras, 1994.
- GOMES, Ângela de Castro. *Essa gente do Rio... Modernismo e Nacionalismo*. Rio de Janeiro, FGV, 1999.
- GUÉRIOS, Paulo Renato. *Villa-Lobos: o caminho sinuoso da predestinação*. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 2003.
- KIEFER, Bruno. *Villa-Lobos e o Modernismo na Música Brasileira*. Porto Alegre: Movimento, 1981.
- MARIZ, Vasco. *Heitor Villa-Lobos*. Rio de Janeiro: Ministério das Relações Exteriores, 1947.
- MORAES, Eduardo Jardim de. *A Brasilidade Modernista: sua dimensão filosófica*. Rio de Janeiro: Graal, 1978.
- NAPOLITANO, Marcos. *Fontes áudio-visuais: a História depois do papel*. In: PINSKY. Sandra B. *Fontes Históricas*. São Paulo: Editora Contexto, 2005.
- PEREIRA, Marco. *Heitor Villa-Lobos, sua obra para violão*. Brasília: Musimed, 1984.
- SANTOS, Turíbio . *Heitor Villa-Lobos e o violão*. Rio de Janeiro: MEC / Museu Villa-Lobos, 1979.
- RAMINELLI, Ronald. História Urbana. In: CARDOSO, Ciro Flamarion e VAINFAS, Ronaldo (Org.). *Domínios da História: ensaios de teoria e metodologia*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2000.
- RÉMOND, Réne. *Por uma história política*. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ/Ed. FGV, 1996.
- RIBEIRO, João Carlos. *O Pensamento vivo de Heitor Villa-Lobos*. São Paulo: Matin Claret, 1987.
- RICOEUR, Paul. *O si mesmo como um outro*. Campinas, SP: Papirus, 1991.
- SOUZA, Gilda de Melo e. *O tupi e o Alaúde: uma interpretação de Macunaíma*. São Paulo: Duas Cidades. Edições 34, 2003.
- TABORDA, M . *Violão e Identidade Nacional: Rio de Janeiro 1830-1930*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.
- VELLOSO, Mônica Pimenta. *Modernismo no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro, FGV, 1996.
- VELLOSO, Mônica Pimenta. *A cidade-voyeur: o Rio de Janeiro visto pelos paulistas...* *Revista Rio de Janeiro* número 8, p. 83-100, set/dez, 2002.
- VELLOSO, Mônica Pimenta. *História e Modernismo*. Belo Horizonte: Autêntica, 2011.
- WISNIK, J. M. *O Coro dos Contrários: a música em torno da semana de 22*. São Paulo: Duas Cidades, 1983.

“Cidades... mundos em miniatura”: as galerias como espaço de consumo e sociabilidade



<http://eoi.citefactor.org/10.11248/ehum.v6i1.909>

Alexandra Nascimento

Doutora em Ciências Sociais, arquiteta e historiadora.

Professora do curso de História da PUC/MINAS e do curso de Arquitetura do UNIBH

alexandranascimento@uol.com.br



<https://orcid.org/0000-0003-0035-547X>

Recebido:30/12/2012 Aceito: 04/06/2013

Resumo:

O objetivo do presente trabalho é discutir, tomando como referência os espaços de consumo e sociabilidade – as galerias – as transformações ocorridas com o advento da modernidade. Muitos desses espaços ainda persistem como referenciais no espaço urbano, remanescentes do século XIX ou erigidos ao longo de grande parte do século XX. As galerias deixaram de ser novidade, mas tentam se ajustar à contemporaneidade. Nesse sentido, pensar as galerias como espaços de sobrevivência possibilita compreender as relações de sociabilidade e consumo que se estabeleceram ao longo do tempo.

Palavras-chave: cidade, modernidade, sociabilidade

ABSTRACT:

The aim of this paper is to discuss, with reference to the spaces of consumption and sociability - the galleries - the changes occurred with the advent of modernity. Many of these areas still remain as benchmarks in urban space, reminiscent of the nineteenth century or erected throughout much of the twentieth century. The galleries are no longer a novelty, but try to fit the contemporary. In that sense, think of the galleries as spaces of survival allows us to understand the relations of sociability and consumption that settled over time.

O espetáculo da modernidade: novos cenários urbanos

As cidades sofrem, ao longo da história, diversos processos de transformação que objetivam sua adaptação às novas necessidades da sociedade. Como espaços privilegiados para abrigar as inovações trazidas pela industrialização são remodeladas. A consolidação da modernidade nos séculos XVIII e XIX é fruto de um conjunto de transformações nas práticas sociais, políticas e culturais gestadas durante um longo processo de racionalização da vida social, desde a secularização da cultura até a mecanização da produção, esteios da organização social moderna.

Os reflexos dessas mudanças são perceptíveis nas metrópoles, espaços que abrigam grandes concentrações humanas. A consolidação do sistema capitalista ensejou não somente o “fenômeno urbano”, mas também outros fatores como as precárias condições de habitação, a aglomeração humana e a marginalidade. As inúmeras novidades trouxeram consigo a necessidade de pensar não somente a sociedade que vivia em tais espaços, como também, o próprio espaço.

A sociedade europeia está deslumbrada e perturbada por esse ambiente novo, contraditório. Os efeitos da aglomeração urbana são sentidos principalmente pelos trabalhadores que viviam em ambientes insalubres. No entanto, as políticas de embelezamento e de planejamento urbano eram direcionadas às classes mais abastadas, à burguesia industrial que consolida seu espaço.

Os antigos traçados medievais e barrocos se revelam inadequados para e expansão as novas necessidades, pois seus monumentos, seus marcos referenciais, expressões de um modo de conceber cidades, agora dividem

espaço com edifícios residenciais e industriais. O adensamento descontrolado, as precárias condições de salubridade, as discussões acerca dos danos físicos e mentais gerados pela vida nas cidades geram inúmeras críticas que estimularam novas concepções urbanísticas. Os arquitetos e principalmente os engenheiros buscam, por meio do traçado urbano, determinar a moral e a conduta dos cidadãos. Para tanto, retomam os princípios norteadores das “cidades ideais”, que objetivavam ordenar e racionalizar o espaço construído.¹

A compreensão da cidade como fenômeno social constitui-se importante tema de discussão a partir do século XIX, não se restringindo ao campo das ciências sociais, mas também à literatura e outras áreas: o espírito científico controlador desse século torna a cidade objeto para os médicos, higienistas, juristas e urbanistas. A profusão de escritos sobre a cidade está relacionada ao seu vertiginoso crescimento:

Com os olhos de especialistas, uns vêem na cidade um organismo vivo, um corpo doente cuja profilaxia para a cura é a higiene e o sanitarismo; outros vêem na cidade um lugar de vícios, desordens e crimes, cuja solução depende da disciplina e da manutenção da ordem social por meio da vigilância e da repressão policial; outros ainda vêem na cidade um espaço desordenado e disfuncional, restando à engenharia e à arquitetura o trabalho de reestruturação estética e urbanização política, a fim de estabelecer a cidade-modelo.²

A despeito das investigações teóricas, Napoleão III e seu prefeito Georges-Eugène Haussmann, realizam, em meados do século XIX, obras que alteram profundamente a paisagem parisiense e são emblemáticas para a compreensão da proposta burguesa de espaços citadinos. A partir do projeto para remodelação da cidade, alguns locais são extintos e outros alterados, aparecendo na paisagem parisiense, a partir da segunda metade dos 1800, espaços que ainda hoje resistem às transformações ocorridas no tecido urbano.

Com o surgimento da empresa capitalista, as mudanças nas cidades são inúmeras, altera-se a forma e a localização de comércio, de moradia, de convívio social dentre outros. Enfim, há uma transformação radical nos parâmetros de sociabilidade e de consumo. Tais mudanças não se deram sem contradições, que também são inerentes ao desenvolvimento do sistema capitalista. Os efeitos dessas modificações se agravam à medida que o século vai avançando.

A partir da segunda metade do século XIX, a burguesia vitoriosa nos processos revolucionários, estabelece um novo modelo de cidade, no qual os interesses dos grupos dominantes – empresários e proprietários – estão parcialmente coordenados entre si, e as contradições produzidas pela presença das classes subalternas no espaço urbano se tornam alvo de medidas higienizadoras e disciplinadoras. As inovações comerciais, o consumo e os hábitos cotidianos refletem e são reflexo das transformações ocorridas nas cidades européias no século XIX, e devem ser pensadas em uma estreita relação com a cultura de consumo.

Nas sociedades tradicionais, *status* e estilo de vida são variáveis dependentes entre si e independentes da renda. Essa relação de dependência é rompida gradualmente ao longo dos séculos. Na sociedade contemporânea, individualista e de mercado, a liberdade de escolha e autonomia na decisão de como se deseja viver, a ausência de instituições e de códigos sociais morais com poder suficiente para escolher pelos indivíduos são essenciais. Assim, como não existem regras que decidam o que se deve ser, os grupos sociais são indiferenciados entre si em termos de consumo.

¹SCHULZ, Estéticas urbanas: da polis grega à modernidade contemporânea.

²ROCHA; OLIVEIRA, Cidade à deriva, p. 41.

Todos se converteram em consumidores. Desde que existam condições objetivas e desejo de possuir determinado bem, não há nada que impeça o indivíduo de fazê-lo. A despeito das interpretações acerca da mudança nos padrões de consumo, é possível afirmar que, de uma atividade familiar, cuja unidade de produção era a família ou o grupo doméstico, o consumo se tornou, na sociedade moderna, uma atividade individual baseada no direito de escolha. Embora permaneçam discussões acerca do nascimento da sociedade de consumo, variando do século XVI ao XIX, existe relativo consenso sobre as mudanças que possibilitaram seu surgimento.³

A partir do século XVI, as mercadorias trazidas do Oriente provocam grande expansão do comércio, principalmente o de bens considerados supérfluos. Milhares de novos produtos, de vários lugares do mundo, são expostos aos olhos dos europeus. Entre a elite, os objetos preferidos são os tesouros de outras culturas, consideradas exóticas e, desse modo, envoltas em fantasias. As novas mercadorias incluem tecidos finos, especiarias, bebidas entre outros itens que não podem ser compreendidos como gêneros de primeira necessidade.

Segundo McCracken, foi no século XVIII que o mundo dos bens se expande enormemente. As transformações se fazem perceber na frequência da aquisição de bens, nas influências a que os consumidores estavam sujeitos, no número de pessoas participando como consumidores ativos, nos seus gostos e nas preferências. Nesse sentido, argumenta o autor, o século XVIII assiste ao nascimento da sociedade de consumo e aos primórdios de nossa cultura de consumo moderna.⁴

Não há, segundo o autor, uma explosão de consumo no século XIX: a revolução do consumo já havia se instalado como uma característica da vida social. A transformação iniciada no século XVI e que se expande no século XVIII é, no século XIX, um fato social permanente. As alterações no consumo geraram profundas modificações na sociedade e estas produziram ainda mais transformações no consumo. No século XIX há uma interação dinâmica, contínua e permanente entre variações no consumo e mudanças sociais que conduziam as transformações no Ocidente.

A partir da segunda metade do século XIX é possível observar novas alterações nas práticas de consumo, principalmente no que tange à incorporação das classes médias e populares urbanas a partir da massificação do consumo. O período marca a consolidação da sociedade de consumo, tanto sob o ponto de vista econômico quanto sob seu aspecto simbólico ao instituir uma nova ética de orientação dos comportamentos centrados no consumo. Como observa Barbosa, quaisquer que tenham sido as razões que levaram à democratização do consumo, o fato é que no século XIX uma sociedade de consumo estabelecida com tipos de consumidores claramente diferenciados e novas modalidades de comercialização e publicidade já se consolidam na Europa e nos Estados Unidos.⁵

As classes subordinadas, que no século XVI são meros espectadores dos novos gostos e aquisições da nobreza, aos poucos podem se tornar participantes dos rituais de consumo. A distância que separa as classes menos abastadas do consumo tende a se encurtar ao longo do tempo, o que não significa que as diferenças sociais e a busca pela distinção desapareçam, e sim a democratização do consumo por meio de estratégias criadas pelos comerciantes. No entanto, essa mesma democracia que, em tese, oferece a todos as mesmas oportunidades e que não coloca barreiras nítidas entre as classes, permite que as elites usufruam de bens que a classe média perseguirá sem jamais alcançar, e que as classes pobres podem apenas divisar nas vitrines com olhar de desejo.⁶

A vida nas grandes metrópoles industrializadas é marcada pela proximidade e pela distância: proximidade que abre no horizonte uma possibilidade de indiferenciação das aparências, e distância, recuperada por meio das estratégias de distinção. A so-

³BARBOSA, Sociedade de consumo.

⁴MCCRACKEN, Cultura e consumo: as novas abordagens ao caráter simbólico dos bens e das atividades de consumo.

⁵BARBOSA, Sociedade de Consumo.

⁶SOUZA, O espírito das roupas: a moda no século dezanove.

cidade do século XIX, ao contrário daquela que a precedeu, não opõe mais, nem mesmo entre a burguesia e a nobreza, barreiras intransponíveis, legitimadas pelo próprio Estado através das leis suntuárias ou das questões de procedência. Rompeu-se de certa forma os quadros estáveis: nenhuma posição é permanente. A proximidade, possibilidade de nova comunicação entre os grupos, substitui a antiga estrutura social quase inerte, por uma constante mobilidade.⁷

A modernidade anunciada: as galerias como espaços do consumo e sociabilidade

A cultura de consumo que se consolidou no ocidente a partir do século XIX é o espelho da racionalidade capitalista, à medida que realiza a transposição da utilidade das mercadorias para outros valores que elas passam a ter na sociedade. Nesse sentido, o consumo transforma hábitos, relações sociais, percepção dos espaços e o significado dos objetos.

Paris, a capital do século XIX, testemunhou a formação da cultura da mercadoria e, paralelamente, a transformação da cultura em mercadoria. (Schulz, 2008). No culto da mercadoria, materializado nas galerias estava implícita a exaltação da produção industrial e da dominação da natureza, ostentadas nas exposições universais que, de acordo com Benjamin,

transfiguram o valor de troca das mercadorias. Criam uma moldura em que o valor de uso da mercadoria passa para segundo plano. Inauguram uma fantasmagoria a que o homem se entrega para se distrair. A indústria de diversões facilita isso, elevando-o ao nível da mercadoria. O sujeito se entrega às suas manipulações, desfrutando a sua própria alienação e a dos outros.⁸

Nesse sentido, percebe-se a consolidação do capitalismo como uma cultura de coisificação, na qual as mercadorias têm seu valor de troca superior ao seu valor de uso. Assim, as mercadorias passam a apresentar um caráter místico. A relação social dos próprios homens assume a forma fantasmagórica de uma relação entre as coisas. Para encontrar uma analogia, Marx toma como referência o mundo religioso, no qual, os produtos da cabeça humana parecem assumir vida própria, relacionando-se uns com os outros e com os homens em figuras autônomas: assim se passa no mundo das mercadorias com os produtos da mão humana. Esse caráter fetichista do mundo das mercadorias surge da característica propriamente social do trabalho que produz mercadorias: é como se estas se movessem por conta própria.⁹

As primeiras galerias de Paris surgiram no primeiro quartel do século XIX impulsionadas pelo desenvolvimento das indústrias têxteis, pelo uso do ferro nas construções e pela utilização da fotografia como meio de comunicação. Eram grandes centros comerciais onde se vendiam mercadorias de luxo que, devido à quantidade, podiam ser estocadas e vendidas a preços baixos em diversas promoções. Estas podem ser compreendidas como prenúncio das transformações nas formas de consumo que se consolidaram nas lojas de departamentos.

As galerias tornam-se os símbolos arquitetônicos da sociedade burguesa pós-revolucionária. Configuram-se como primeiro sinal da modernidade das cidades promovidas pelo desenvolvimento do capitalismo industrial: representam assim, a passagem de uma economia manufatureira para uma economia de mercado.

⁷ORTIZ, Cultura e modernidade: a França no século XIX

⁸BENJAMIN, .35

⁹MARX, O Capital.

Construídas com materiais que simbolizavam o progresso tecnológico, as galerias são as obras arquitetônicas mais sofisticadas das primeiras décadas do século XIX, os monumentos erguidos para a exibição das mercadorias fetichizadas do consumismo capitalista. A disposição dos objetos nas vitrines contribuía para gerar um espetáculo de infinita variedade. O embelezamento de seus espaços inaugura o diálogo definitivo entre arquitetura e mercadoria. Em sua decoração, a arte põe-se a serviço do comerciante.¹⁰

As galerias, lojas cobertas por estruturas de aço e vidro, permitiram o deslocamento do comércio da rua para locais livres de intempéries e tumultuados por veículos e ruídos, além de oferecerem serviços de cafés e restaurantes que possibilitavam a permanência por longo tempo. Enquanto ruas interiorizadas, converteram o espaço urbano em espaço arquitetônico. Surgidas na primeira metade do século XIX, tipologias arquitetônicas dessa natureza foram implantadas em todas as cidades comerciais:

Estas galerias são uma nova invenção do luxo industrial, são vias cobertas de vidro e com piso de mármore, passando por blocos de prédios, cujos proprietários se reuniram para tais especulações. Dos dois lados dessas ruas, cuja iluminação vem do alto, exibem-se as lojas mais elegantes, de modo tal que uma dessas passagens é uma cidade em miniatura, é até mesmo um mundo em miniatura.¹¹

As galerias de Paris descritas por Benjamin tornam-se centro de consumo, configurando-se em espaços de ostentação e de desejo. Eram espaços seletivos, pouco democráticos, que excluía indivíduos indesejáveis, supostamente perturbadores da ordem. Nesses locais, as elites satisfaziam seus desejos de consumo, enquanto indivíduos de menor poder aquisitivo apenas contemplavam os maravilhosos objetos que jamais poderiam possuir. No entanto, apesar de todo o *glamour*, grande parte das galerias não escapou à transitoriedade, perderam rapidamente o apelo e foram demolidas, consideradas anacrônicas no final do século. A valorização dos espaços abertos e a construção dos bulevares projetados por Haussmann foram alguns fatores que conduziram à sua decadência.¹²

A galeria de lojas cobertas de vidro não foi amplamente imitada ao longo do século XIX. Sua fragilidade real, do ponto de vista comercial, era a sua função limitada: servia somente para sua finalidade original, e era, por sua própria natureza, inconvertível, o que ia de encontro aos preceitos arquitetônicos e urbanísticos da cidade liberal. Ainda assim, as galerias, não mais aglomerados de lojas cobertas por vidros, mas espaços fechados permanecem como importantes referenciais na paisagem urbana de grandes metrópoles. No entanto, é possível inferir que, na concepção dos *shopping centers*, tais concepções arquitetônicas serviram como referência.¹³ Nos *shoppings* não se poderá descobrir, como nas galerias do século XIX, uma arqueologia do capitalismo, senão sua realização plena. Nesse sentido, o *shopping center* pode ser compreendido como produto acabado dos ideais de consumo estabelecidos na passagem da modernidade.¹⁴

A materialização das novas formas de consumo: as lojas de departamentos

Se o surgimento da publicidade enquanto campo autônomo de promoção do consumo constituiu a base de orientação simbólica do desenvolvimento e a expansão de uma ética do consumo no imaginário coletivo do século XIX, as lojas de departamentos representaram a materialização desta ética: de um lado, formalizou um espaço

¹⁰BENJAMIN, Paris, a capital do século XIX.

¹¹BENJAMIN, Paris, a capital do século XIX, p. 31.

¹²SCHULZ, Estéticas urbanas: da polis grega à modernidade contemporânea.

¹³MUNFORD, A cidade na história: suas origens, transformações e perspectivas.

¹⁴SARLO, Cenas da vida pós-moderna: intelectuais, arte e videocultura na Argentina.

onde o consumismo pode ser exercido em todos os seus aspectos e, de outro, racionalizou a atividade de consumo ao estabelecer novas relações entre produtor e consumidor que é objetivada, dispensando a mediação do vendedor.¹⁵ Esta mudança, aparentemente acanhada, permite pensar as relações mediadas pelo consumo. Como observa Sennett, nos estabelecimentos comerciais de Paris no início do século XIX, entrar numa loja significava que se queria comprar alguma coisa. Os que olhavam sem intenção de comprar pertenciam às feiras livres, não ao interior de uma loja. Nesse sentido, a relação de consumo se converte em uma experiência privada, onde não há necessidade de qualquer “esforço dramático” do vendedor nem do comprador.¹⁶

O dinamismo comercial de nossos dias encontra suas raízes no século XIX, quando surgem, especialmente em Paris e Londres, as primeiras lojas de departamentos, e com elas, a consolidação de uma cultura de consumo. Segundo Padilha,

Analisando o século XIX e buscando uma compreensão do “processo civilizador” que se desencadeia a partir de então, podemos perceber a existência de uma dimensão simbólica e de uma dimensão cultural que envolvem o consumo. Por isso é possível pensar que as práticas e os hábitos culturais surtem efeitos na vida social, ao mesmo tempo que a refletem. Assim, falamos em “cultura de consumo” quando o consumo passa a significar não apenas a compra de bens materiais para a satisfação das necessidades, mas também o consumo de imagens e de valores para uma grande parte da sociedade.¹⁷

Essa cultura de consumo se materializa na reformulação dos espaços urbanos. Nesse sentido, surgem na paisagem das grandes metrópoles européias novas tipologias arquitetônicas, não somente destinadas à função comercial e industrial, mas também dedicadas ao consumo da arte e da cultura: bibliotecas, teatros, museus e salas de concertos transformaram a cidade no centro da vida econômica e intelectual da sociedade.

Se a vitalidade e importância de uma instituição podem ser estimadas pela sua arquitetura, a loja de departamentos pode ser entendida como um dos ícones arquitetônicos do século XIX. A loja de departamentos oferecia ao comprador o maior número possível de mercadorias no mesmo espaço diversificando as tentativas de comprar, ao mesmo tempo em que concentrava a oportunidade. Assim, tornou-se, na realidade um mercado de muitos andares, simulacro de Feira Mundial de arte e indústria, com a vantagem de ter todas as “amostras” disponíveis para compra.¹⁸

Tomando a edificação como emblema da modernidade, o escritor Émile Zola, cujo cenário de suas obras são as inovações no urbanismo e arquitetura à época da reforma de Paris descreverá as novas instalações do empreendimento em seu romance “O paraíso das Damas”: Era a catedral do comércio moderno, sólida e leve, destinada a um “povo de clientes”.¹⁹

As grandes lojas descritas por Zola e outros escritores podem ser entendidos como os primeiros espaços de consumo no sentido moderno do termo. As lojas de departamentos inauguraram padrões de comercialização que permanecem até a atualidade. O auto-serviço foi um deles, bem como a exibição do preço afixado nas mercadorias. Elas reuniam, em um único espaço, todas as mercadorias necessárias para o lar, vestuário, fornecendo economia de tempo e conforto aos consumidores e proporcionando o lucro por meio da rápida circulação de seus estoques.²⁰

O surgimento das lojas de departamentos contribuiu para a natureza e para o contexto da atividade de compra, bem como para a natureza da informação e da influên-

¹⁵RETONDAR, Sociedade de consumo, modernidade e globalização.

¹⁶SENNETT, O declínio do homem público: as tiranias da intimidade.

¹⁷PADILHA, Shopping Center: a catedral das mercadorias, p. 43.

¹⁸MUNFORD, A cidade na história: suas origens, transformações e perspectivas.

¹⁹ZOLA, O paraíso das Damas.

²⁰BARBOSA, Sociedade de Consumo.

cia às quais estava submetido o consumidor. Tais lojas eram uma resposta à produção em massa, que possibilitava abaixar os preços de determinadas mercadorias e ao mesmo tempo diversificá-las. Para uma produção em massa, existia a necessidade de formar uma massa de consumidores, o que não era possível no comércio tradicional das ruas das grandes metrópoles.

Com as novas lojas de departamentos, as pessoas da classe média e os trabalhadores podiam comprar artigos que nunca imaginaram possuir. Essa nova forma de comércio exacerbou o consumo de supérfluos, o que fazia os compradores se sentirem participantes ativos da vida social. Os comerciantes buscaram, assim, novas formas de atrair os consumidores, provocando nesses o desejo de adquirir as últimas novidades. Era preciso criar nas lojas de departamentos uma desorientação como forma de estímulo às compras. De acordo com Sennett,

Os proprietários varejistas reforçaram o estímulo produzido pela confusão de objetos díspares colocados juntos, através de uma contínua busca das “*noveautés*” exóticas, a serem colocadas à venda em meio aos objetos mais prosaicos. Mercadorias estranhas, a exportação dos Estados colonizados, eram úteis, não apenas enquanto artigos de comércio em si mesmos. Eles habituavam o comprador à idéia que ele encontraria na loja aquilo que não estava esperando encontrar e, assim, estaria disposto a deixar a loja com mercadorias que ele não teria vindo procurar. O volume de vendas estava garantido no comércio varejista, por um ato de desorientação: o estímulo à compra resultava de uma aura de estranhezas, de mistificações, que os objetos adquiriam.²¹

Os objetos adquirem, cada vez mais, um caráter pessoal, indo além de sua utilidade. As atenções dos consumidores não estavam sobre as condições de produção dos objetos, mas para os objetos em si, uma vez que são atribuídos novos sentidos e mistérios que desviam os compradores da utilidade das mercadorias adquiridas. As vitrines das lojas e as peças publicitárias criavam ambientes exóticos e exibiam figuras públicas usando esta ou aquela mercadoria, ou criavam uma associação entre os artigos das lojas e o *status* a eles incorporado.²²

A “nova loja” tomou forma por trás de janelas de vidro ampliadas para servir de local de exibição dos produtos, dando ênfase à atração visual do comprador. Fazer compras era motivo de excitação: servia como ocasião especial para que as pessoas se vestissem, saíssem, exibissem a sua pessoa. Desta forma, comprar e vender se tornou uma preocupação de todas as classes.²³

As lojas de departamento se tornaram espaços freqüentados de maneira cada vez mais constante pelas distintas classes e segmentos sociais, que passaram a estabelecer relações a partir de um motivo comum: o consumo. Elas se transformaram em espaços de comunicação social, onde não apenas os distintos segmentos sociais se cruzam, mas onde, por meio do consumo dos objetos, passam a ser partilhados valores, representações, estilos de vida e ideologias que se difundem por meio do consumo das mercadorias expostas em suas prateleiras.²⁴

Nas capitais européias que já abrigavam grande população, o anonimato passou a se constituir em um fenômeno que encontrou nos padrões do mercado capitalista a sua expressão. Paralelamente, as pessoas começaram a ser identificadas por meio de suas roupas, hábitos, gostos e estilo de vida, que, por sua vez, eram indicativos da classe social a que pertenciam. Era crescente a importância dada pelos cidadãos à aparência ou à aquisição de certos bens como sinal de caráter ou de *status* social. O valor simbólico das mercadorias levava, cada vez mais, os consumidores às compras.

²¹SENNETT, O declínio do homem público: as tiranias da intimidade, p. 183.

²²PADILHA, Shopping Center: a catedral das mercadorias.

²³MUNFORD, A cidade na história: suas origens, transformações e perspectivas.

²⁴RETONDAR, Sociedade de consumo, modernidade e globalização.

O consumo conspícuo passou a se estabelecer como mecanismo de afirmação e diferenciação do poder burguês. Nesse sentido, desenvolve-se uma lógica social marcada pelo crescimento do consumo de bens de luxo destinados ao lazer e ao conforto que se distancia da satisfação das necessidades objetivas e se configura como símbolo do poder da burguesia, cujos modos e estilo de vida servirão como elemento de distinção. Assim, a despeito da ampliação do consumo a todos os grupos, uma nova barreira se coloca entre as classes: esta já não se apóia na ostentação da riqueza, mas no polimento das maneiras, na composição elaborada dos gestos. A distinção econômica do luxo cede lugar à estética da elegância.²⁵

A paisagem da metrópole moderna: espaços de sociabilidade e consumo

A vida urbana, principalmente a metropolitana, permite inúmeras possibilidades de interpretações. Nada nos é mais familiar e tão exótico quanto as cidades. Lugar de encantamento e beleza, mas também da inquietação e terror. Gestos automáticos e reações instintivas em obediência a um poder invisível modelam o fervilhante desfile de homens e mulheres e conferem à paisagem urbana a imagem associada ao caos.²⁶ Figuras fugidias, indecifráveis para além de sua forma exterior, só se deixam surpreender por um momento no cruzar de olhares que dificilmente voltarão a se encontrar. Parecer incógnito, dissolvido no movimento desse viver coletivo, ter suprimida a identidade individual, substituída pela condição de habitante da metrópole perdendo assim, parte dos atributos pessoais.²⁷

A vida urbana no contexto da industrialização foi assim descrita por intelectuais. Walter Benjamin define a vida urbana como um modo de vida moderno: as relações entre os cidadãos são fluidas, móveis, próximas ao que denominamos sociabilidade, e atribui ao olhar uma importância vital para quem vive a metrópole. Caminhar pelas ruas impõe aos olhos a atividade de observar coisas e pessoas: o cotidiano assume a dimensão de constante espetáculo em mutação. Um de seus personagens principais, o *flâneur* representa esse tipo social, uma criação da cidade, que, atraída pelas suas imagens, é capaz de sorver seus variados espaços.

A rua se torna moradia para o *flâneur*, que está tão em casa entre as fachadas das casas quanto o burguês entre suas quatro paredes. As reluzentes placas esmaltadas das firmas são, para ele, uma decoração de parede tão boa – ou até melhor – quanto para o burguês uma pintura a óleo no salão; paredes são o púlpito em que ele apóia seu caderninho de notas; bancas de jornal são suas bibliotecas e os terraços dos cafês são as sacadas de onde, após cumprido o trabalho, ele contempla a sua casa.²⁸

Charles Baudelaire cria o *flâneur* como personagem para explicar a modernidade que surgia. O autor ressalta que antes do plano Haussmann eram raras as oportunidades de praticar a *flânerie*, já que não existiam passagens largas para os pedestres. Por isso as galerias eram o espaço preferido dos *flâneurs* e passantes. As vitrines e a disposição das lojas em corredores distribuídos em forma de labirinto possibilitaram a *flânerie*. A cidade seduz o olhar do *flâneur* pelas mais variadas imagens, como a do labirinto, da selva, da monstruosidade; pelos mais variados tipos, boêmios, moicanos, *dândis*; pelos mais variados programas, gastronômicos e arquitetônicos. Através dos olhos do *flâneur* revela-se o estranhamento do familiar.

²⁵SOUZA, O espírito das roupas: a moda no século dezenove.

²⁶ROCHA; SEABRA. Cidade à deriva.

²⁷BRESCIANI, Londres e Paris no século XIX: o espetáculo da pobreza.

²⁸BENJAMIN, Paris, a capital do século XIX, p. 66.

O pensamento de Benjamin possibilita pensar a cidade contemporânea, uma vez que essa se revela como desdobramento das cidades industriais surgidas no século XIX regidas pelo racionalismo capitalista. As metrópoles contemporâneas revelam a exacerbação desse modo de produção, traduzida no planejamento urbano e no modo de vida. Evocar a figura do *flâneur* permite pensar acerca dos espaços públicos contemporâneos.

Assim como Benjamin, Simmel percebe a metrópole como lugar de estranhamento. Para o autor, o nascimento da sociedade reside nos processos de interação microsociológicos através dos quais se constituem associações, não bastando apenas interagir, pois é necessário que os indivíduos em interação – uns com, para e contra os outros – formem de alguma maneira, uma unidade, uma sociedade e estejam conscientes disso.²⁹

Nesse sentido, um dos conceitos que possibilita compreender a organização da sociedade é o de sociabilidade. Para Simmel, a sociabilidade é própria das grandes metrópoles, uma forma de relação entre indivíduos na qual não se devem considerar elementos externos como lugar social, classe, relações pessoais.³⁰

A sociabilidade é uma forma de socialização, sem quaisquer propósitos, interesses ou objetivos que a interação em si mesma, vivida em espécies de jogos, nos quais uma das regras implícitas seria atuar como se todos fossem iguais. Desse modo, se comparadas às metrópoles, as cidades de pequeno porte não podem abrigar jogos de sociabilidade, uma vez que nelas, os fatores externos, na maioria das vezes, se tornam relevantes, pois são conhecidos. Dito de outro modo,

a tentação a aparecer oportunamente, a surgir concentrado e notavelmente característico, fica muito mais próxima do indivíduo nos breves contatos metropolitanos do que em uma atmosfera em que a associação freqüente e prolongada assegura à personalidade uma imagem conhecida aos olhos dos outros.³¹

Desse modo, a sociabilidade depende de cada indivíduo e de seus atributos pessoais. As metrópoles, entendidas como locais privilegiados do encontro desprovido de fatores externos se delineiam então como espaço da sociabilidade. As características atribuídas à vida nas metrópoles, impessoalidade, incomunicabilidade, fluidez e aceleração do tempo propiciam esses encontros. Nesse sentido, “Simmel e outros autores, como Park e Wirth, ligados à escola de Chicago, destacaram a fluidez, a heterogeneidade, a personalidade desenraizada e a fugacidade das construções simbólicas e das identidades individuais e coletivas que encontramos na cidade”.³²

Giddens argumenta que o urbanismo em larga escala tende a promover diversas culturas, em vez de converter todos numa massa anônima. Segundo o autor, aqueles que vivem na cidade conseguem colaborar com pessoas de origens ou interesses semelhantes, desenvolvendo amizades, podendo participar de distintos grupos étnicos, políticos, religiosas entre outros.³³

Simmel aponta com principal razão da vida na metrópole conduzir ao impulso da existência pessoal mais individual,

o desenvolvimento da cultura moderna é caracterizado pela preponderância do que poderia se chamar de o “espírito objetivo” sobre o “espírito subjetivo”... Isso resulta em que o indivíduo apele para o extremo no que se refere à exclusividade e particularização, para preservar sua essência mais pessoal. Ele tem de exagerar esse elemento pessoal para permanecer perceptível até para si próprio.³⁴

²⁹FRÚGOLI JUNIOR, Sociabilidade urbana.

³⁰SIMMEL, Questões fundamentais da sociologia: indivíduo e sociedade.

³¹SIMMEL, A metrópole e a vida mental, p. 25.

³²DOMINGUES, Sociologia e modernidade: para entender a sociologia contemporânea, p. 21.

³³GIDDENS, Sociologia.

³⁴SIMMEL, A metrópole e a vida mental, p. 26.

Maffesoli argumenta que o individualismo permeia as reflexões acerca da contemporaneidade, e se tornou tema obrigatório para se pensar a modernidade. Entretanto, segundo o autor, o individualismo se tornou a base de discursos que difundiram pensamentos convencionais e catastróficos sobre o fim dos ideais coletivos ou sobre o fim do espaço público que de certa maneira impediram de perceber novas formas sociais. Na cidade pós-moderna existe um movimento para além do individualismo, que tem criado uma noção de sentimento comunal, um novo “paradigma estético”, no qual grupos de pessoas se juntam em comunidades emocionais temporárias. Essas comunidades, segundo o autor, devem ser entendidas como “tribos pós-modernas” fluidas, nas quais são vivenciados momentos de êxtase, empatia e afetividade imediata.³⁵

As metrópoles, que despertam inflamadas críticas acerca das relações que elas propiciam, se revelam, sob o aspecto da sociabilidade, locais privilegiados, não somente por engendrar contatos efêmeros, mas, justamente pela riqueza dos contatos propiciados entre tantos indivíduos dotados de distintas particularidades. Além do mais, as comunidades que envolvem laços de amizade ou de parentesco têm se revelado duradouras na vida urbana contemporânea.

Não obstante, cabe ressaltar que, ainda que a metrópole seja um “mundo de estranhos”, este auxilia e cria relações pessoais. Há que se considerar a vida urbana dentro das esferas públicas, do encontro com o outro, e privadas, da família, amigos e colegas de trabalho. Nesse sentido, as cidades modernas envolvem frequentemente relações anônimas, mas também favorecem a diversidade e, por vezes, a intimidade.³⁶

As galerias surgidas em Paris, bem como as novas formas de consumo e sociabilidade que essas inauguraram, servem para pensar, sob os mesmos aspectos, as galerias erguidas ao longo do século XX. Foi a partir dessa nova forma de comércio, passagens cobertas para pedestres, que o consumo entrou definitivamente no imaginário social dos europeus e se espalhou para as grandes cidades ocidentais. As galerias constituem o espaço preferido dos *flâneurs* e passantes: as vitrines e a disposição das lojas em corredores distribuídos em forma de labirinto possibilitaram a *flânerie*. Através dos olhos do *flâneur* revela-se o estranhamento do familiar:

A multidão é seu universo, como o ar é dos pássaros, como a água, dos peixes. Sua paixão e profissão é *desposar a multidão*. Para o perfeito *flâneur*, para o observador apaixonado, é um imenso júbilo fixar residência no numeroso, no ondulante, no movimento, no fugidio e no infinito. Estar fora de casa, e contudo sentir-se em casa onde quer que se encontre; ver o mundo, estar no centro do mundo e permanecer oculto ao mundo, eis alguns dos pequenos prazeres desses espírito independentes, apaixonados, imparciais, que a linguagem não pode definir senão toscamente³⁷

O pensamento de Benjamin possibilita pensar a cidade contemporânea, uma vez que essa se revela como desdobramento das cidades industriais surgidas no século XIX regidas pelo racionalismo capitalista. A metrópole contemporânea revela a exacerbação desse modo de produção, traduzida no planejamento urbano e no modo de vida.

Para pensar as cidades contemporâneas, pode-se inferir que tanto a velha noção pré-moderna de cultura urbana – implicando certas cidades que estão sedimentadas na tradição, na história e na arte, abrigando construções e paisagens famosas que criam um forte sentimento de identidade local e coletiva – como a noção modernista, econômica e funcional da cidade “desculturada” – cujo espaço é dominado pelo *layout* em forma de grade e pela arquitetura modernista dos arranha-céus cedem lugar à cidade

³⁵MAFFESOLI, O tempo das tribos: o declínio do individualismo nas sociedades de massa.

³⁶GIDDENS, Sociologia.

³⁷COELHO (org.), Charles Baudelaire, p.21.

pós-moderna, que marca uma volta à cultura, ao estilo e à decoração, dentro dos limites de um “não-lugar”, no qual as noções tradicionais de cultura são descontextualizadas, simuladas, reduplicadas e continuamente revistas e reestilizadas.

A cidade pós-moderna é um centro de consumo cultural, tanto quanto de consumo geral, e esse não pode ser desvinculado dos signos imaginários e culturais, de modo que os próprios estilos de vida urbanos, a vida cotidiana e as atividades de lazer são influenciadas em graus variados, pelas tendências pós-modernas.³⁸ No entanto, ainda que a paisagem pós-moderna se revele distinta das demais, nela permanecem tipologias arquitetônicas – e formas de consumo e sociabilidade, que evocam as paisagens modernas, ainda que remodeladas.

Na contemporaneidade, as galerias permanecem como referências na paisagem urbana. Deixam de ser novidade, mas buscam se ajustar aos espaços contemporâneos e apresentam particularidades que devem ser observadas por meio de pesquisas empíricas apoiadas em embasamentos teóricos da sociologia e do urbanismo que possam subsidiar novas abordagens. Nesse sentido, o estudo das galerias permite abordar questões acerca das transformações ocorridas nas cidades como reflexo de mudanças mais amplas tais como as novas formas de consumo e sociabilidade.

BIBLIOGRAFIA

- BARBOSA, Livia. *Sociedade de consumo*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2004.
- COELHO, Teixeira (org.), *Charles Baudelaire*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.
- BENJAMIN, Walter. Paris, a capital do século XIX. In: KOTHE, Flávio R (Org.). *Walter Benjamin*. São Paulo: Editora Ática, 1985.
- BRESCIANI, Maria Stella Martins. *Londres e Paris no século XIX: o espetáculo da pobreza*. São Paulo: Brasiliense, 2004.
- DOMINGUES, José Maurício. *Sociologia e modernidade: para entender a sociologia contemporânea*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.
- FEATHERSTONE, Mike. *Cultura de Consumo e Pós-Modernismo*. São Paulo: Studio Nobel, 1995.
- FRÚGOLI JUNIOR, Heitor. *Sociabilidade urbana*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2007.
- GIDDENS, Anthony. *Sociologia*. Porto Alegre: Artmed, 2005.
- MARX, Karl. *O Capital*. Livro I, Tomo I. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1988.
- MAFFESOLI, Michel. *O tempo das tribos: o declínio do individualismo nas sociedades de massa*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1998.
- MCCRACKEN, Grant. *Cultura e consumo: as novas abordagens ao caráter simbólico dos bens e das atividades de consumo*. Rio de Janeiro: MAUAD, 2003.
- MUNFORD, Lewis. *A cidade na história: suas origens, transformações e perspectivas*. São Paulo: Martins Fontes, 1998.
- ORTIZ, Renato. *Cultura e modernidade: a França no século XIX*. São Paulo: Brasiliense, 1991.
- PADILHA, Valquíria. *Shopping center: a catedral das mercadorias*. São Paulo: Boitempo, 2006.
- RETONDAR, Anderson Moebius. *Sociedade de consumo, modernidade e globalização*. São Paulo: Annablume, Campina Grande: EDUFCEG, 2007.
- ROCHA, Gilmar; OLIVEIRA, Silvana Seabra. *Cidade à deriva*. Cadernos de Ciências Sociais. V.5, n. 8. Belo Horizonte: PUC Minas, 1997.
- SARLO, Beatriz. *Cenas da vida pós-moderna: intelectuais, arte e videocultura na Argentina*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2006.
- SCHULZ, Sonia Hilf. *Estéticas urbanas: da polis grega à modernidade contemporânea*. Rio de Janeiro: LCT, 2008.
- SENNETT, Richard. *O declínio do homem público: as tiranias da intimidade*. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.

³⁸FEATHERSTONE, Cultura de Consumo e Pós-Modernismo.

SOUZA, GILDA DE MELLO E. *O ESPÍRITO DAS ROUPAS: A MODA NO SÉCULO DEZENOVE*. SÃO PAULO: COMPANHIA DAS LETRAS, 1987.

SIMMEL, Georg. *Questões fundamentais da sociologia: indivíduo e sociedade*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2006.

SIMMEL, Georg. A metrópole e a vida mental. In: VELHO, Gilberto (Org.). *O fenômeno urbano*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1967.

ZOLA, Émile. *O paraíso das Damas*. São Paulo: Estação Liberdade, 2008.

A cidade que não morreu: modernidade e tradição no Guia de Ouro Preto, de Manuel Bandeira.



<http://eoi.citefactor.org/10.11248/ehum.v6i1.898>

Raul Amaro de Oliveira Lanari

Mestre e Doutorando em História pela UFMG.

Professor do Departamento de História do Centro Universitário UNI-BH.



Recebido: 19/05/2013. Aceito: 28/10/2013

Resumo: O artigo pretende analisar a obra “Guia de Ouro Preto”, de Manuel Bandeira, publicada pelo Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN) no ano de 1938, estabelecendo nexos com a produção intelectual do SPHAN e com uma rede de intelectuais engajados na afirmação da memória por intermédio dos monumentos durante o Estado Novo no Brasil. Nesse sentido a política editorial do SPHAN será encarada como um vetor cultural, caracterização utilizada por Gomes¹ para descrever as formas de divulgação de representações sobre o nacional por meio da imprensa e dos meios de comunicação.

Palavras-Chave: Patrimônio Cultural, Intelectuais, Estado Novo.

Abstract: This article intends to analyse Manuel Bandeira’s “Guia de Ouro Preto”, published by Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN), in 1938. The goal is to take a closer look at the connections between SPHAN’s intellectual production and the intellectual community engaged to reinforce memory through monuments during Estado Novo period in Brazil. By doing so, SPHAN editorial policy could be considered a Cultural Vector, definition by Gomes, that refers to the vehicles used to represent the concept of National promoted by the Media, with focus on the national press.

Keywords: Cultural heritage, intellectuals, Estado Novo.

I – O SPHAN E SUA POLÍTICA EDITORIAL

As políticas públicas de preservação do patrimônio cultural tiveram início no Brasil na metade da década de 1930, com a criação da Inspeção Nacional dos Monumentos, que seria substituída poucos anos depois pelo Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN). A criação das duas instituições foi parte do processo de estruturação do Ministério da Educação e Saúde, e Gustavo Capanema, ministro entre 1934 e 1945, foi um dos principais responsáveis pela consolidação da política cultural varguista.²

O SPHAN foi dirigido durante todo o Estado Novo pelo intelectual mineiro Rodrigo Melo Franco de Andrade, e possuía um importante papel na consolidação dessa nova nacionalidade: exaltar um passado formador do caráter brasileiro materializado nos monumentos. A política editorial da instituição, formada pela Revista do SPHAN e pelas Publicações do SPHAN, ocupou um lugar específico nessa tarefa. Na primeira, foram publicados centenas de artigos envolvendo a identificação, conservação e restauro de monumentos referentes a diferentes aspectos do passado brasileiro. As segundas eram estudos aprofundados sobre um único tema, geralmente ligado a monumentos de arte e arquitetura do período colonial.

As atividades consolidadas pelo SPHAN durante o Estado Novo encontraram diversos interlocutores no meio intelectual, que desde as primeiras décadas do século XX discutia sobre o desenvolvimento nacional, as potencialidades e os problemas da moderna cultura brasileira. A direção tomada pelo movimento político de 1930, prin-

¹GOMES, Nas gavetas da história do Brasil: ensino de história e imprensa nos anos 1930., p. 33-35.

²Antes dessa data as ações que visavam à proteção dos monumentos eram capitaneadas pelos Institutos Históricos e Geográficos estaduais, que, tendo como modelo o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, investiam em uma leitura memorialista do passado brasileiro, com foco na reunião de documentos e na produção de memórias biográficas ou sobre acontecimentos marcantes, datas oficiais. Quando do surgimento do SPHAN diversas tentativas tinham sido as tentativas de implantar um sistema de proteção aos monumentos. As primeiras ocorreram a partir da década de 1910, com projetos apresentados por Jair Lins, Wanderley de Pinho e Augusto de Lima Júnior, para citar apenas Minas Gerais. Em 1935, a Inspeção Nacional dos Monumentos apresentou ao Ministro da Educação e Saúde um Plano de Restauração de Ouro Preto. Passo maior seria dado com a ampliação das tarefas, quando o Governo Federal instituiu, em 1937, o Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional.

principalmente o golpe de Estado de 1937, foi de encontro a questões que inquietavam diversos setores intelectuais, principalmente as referentes às bases da cultura brasileira, sua identificação e aproveitamento para a formação do povo.

Tais perguntas possuíam como pano de fundo o processo de modernização experimentado principalmente nas grandes capitais, onde os intelectuais viviam e de onde saíam suas interpretações. O movimento modernista brasileiro de 1922 representou a emergência pública dessas questões, contribuindo para a configuração do meio intelectual brasileiro. O processo de afirmação dos intelectuais como agentes políticos assumiu, a partir de 1915, o caráter de um movimento amplo e que se apresentava de diversas formas: vaga nacionalista, modernização cultural, ressurgimento católico, impulso antiliberal e outras. Essa nova geração de intelectuais não só descobriu e tornou pública a sua vocação nacional, mas ainda vislumbrou o lugar que, naquele momento, poderia ocupar dentro da nação.³ Particularmente para os intelectuais, a década de 20 foi de grandes questionamentos, e a partir da década de 1930, eles encontraram um mercado amplo de trabalho nas políticas públicas e a elas se dedicaram empenhadamente, sentindo-se portadores de uma missão, uma “causa”.⁴

A busca da identidade nacional era uma dessas causas. O grupo articulado ao lado de Capanema, segundo Márcia Regina Romeiro Chuva, tinha na ideia de civilização seu projeto de modernidade, o que significava participar do concerto internacional das nações modernas, com especificidades que, por sua vez, distinguiam o “ser brasileiro”. Seguindo essa premissa, as atividades de proteção ao patrimônio foram voltadas para os monumentos arquitetônicos, sendo a vertente chamada até hoje de “pedra e cal”. Dentre esta produção arquitetônica, aquela decorrente do século XVIII foi a mais valorizada, com destaque ao estado de Minas Gerais e ao barroco.⁵ Para restituir à nação a posse ou o domínio das suas origens, o patrimônio devia manter-se e/ou voltar ao seu estado primitivo, devolvendo à nacionalidade um vigor perdido. Era necessário recuperar física e simbolicamente as origens da nação, promovendo, desta forma, a reconstituição de um patrimônio “original”, “autêntico”, “primitivo”, “genuíno”.

Nesse sentido, Ouro Preto foi uma cidade central na política elaborada pelo SPHAN de recuperação do passado, pois foi nas cidades históricas de Minas Gerais que os agentes do SPHAN identificaram a existência de construções coloniais que mantinham uma unidade estilística original e representavam as verdadeiras raízes nacionais. Ouro Preto foi declarada Monumento Nacional pela Inspeção Nacional dos Monumentos em 1933, antes da criação do SPHAN, mas foram as atividades deste último órgão que a tornaram um símbolo de identidade nacional e a primeira cidade do mundo a ser considerada cidade-monumento. O Guia de Ouro Preto, de Manuel Bandeira, publicado pelo SPHAN, integra esse conjunto de ações e aborda uma questão de grande importância no caso de Ouro Preto: a relação com seu passado e com o turismo.

II – O “GUIA DE OURO PRETO”, DE MANUEL BANDEIRA, E AS REPRESENTAÇÕES SOBRE A CIDADE DE OURO PRETO

Antes de adentrar o conteúdo da obra é preciso observar alguns aspectos referentes ao Guia de Ouro Preto. A primeira edição da obra foi lançada pelo SPHAN provavelmente no ano de 1939, tendo todo o seu processo editorial ocorrido no ano de 1938, ano que aparece em sua capa. Segundo observado por Márcia Regina Romeiro Chuva e confirmado em minha dissertação de mestrado, o lançamento dos números publicados nem sempre correspondia às datas impressas em suas capas. Diversos fatores contribuíam para esse desencontro entre as datas: atrasos no processo editorial,

³PÉCAULT, Os Intelectuais e a política no Brasil: entre o povo e a nação, p. 121-124.

⁴VELLOSO, Cultura e poder político: uma configuração do campo intelectual (1930-1940), p. 176-209; GONÇALVES, A Retórica da Perda: Os discursos do Patrimônio Cultural no Brasil, p. 35.

⁵CHUVA, Os Arquitetos da Memória: sociogênese das práticas de preservação do patrimônio cultural no Brasil (anos 1930-1940). Análise semelhante pode ser encontrada em SANTOS, Mariza Veloso Motta. Nasce a Academia SPHAN. In.: Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Rio de Janeiro, Vol. 24, p. 97-89, 1996.

como na seleção de autores, envio das provas, aprovação do texto final, diagramação e impressão. Ao adotar a estratégia de imprimir a datação dos volumes seguindo uma periodicidade, ainda que fictícia, visava o estabelecimento de uma continuidade no tempo da produção do SPHAN.⁶

Um dos objetivos do lançamento da política editorial do SPHAN foi adequar a produção brasileira aos padrões europeus, tidos como basilares para o estudo da história e da arte. A seleção dos autores a serem publicados nos primeiros volumes, portanto, teve o objetivo de garantir visibilidade à ação através da veiculação de nomes já destacados do cenário letrado brasileiro. Como já citado, o primeiro volume da série de Monografias foi escrito por Gilberto Freyre, e os primeiros números da Revista do SPHAN tiveram artigos assinados por Mário de Andrade, Roquette Pinto, Heloísa Alberto Torres e Sérgio Buarque de Hollanda, que faziam parte da rede de sociabilidades de Rodrigo Melo Franco de Andrade, para fazer aqui uso do difundido conceito desenvolvido por JeanFrançois Sirinelli.⁷

O Guia de Ouro Preto divide-se em dez seções: 1-História; 2- Vila Rica – Impressões de viajantes estrangeiros: Antonil, Mawe, Auguste Saint-Hilaire, Luccock, Walsh, Gardner, Castelnau, Millet de Saint-Adolphe, Burton; 3- Ouro Preto: a cidade que não mudou, 4 - As Duas Grandes Sombras de Vila Rica; 5 – Passeios a pé no centro; 6 – Passeios de Automóvel; 7- Monumentos Religiosos; 8- Monumentos Cívicos; 9- A Viagem para Ouro Preto; 10 - Várias Informações.

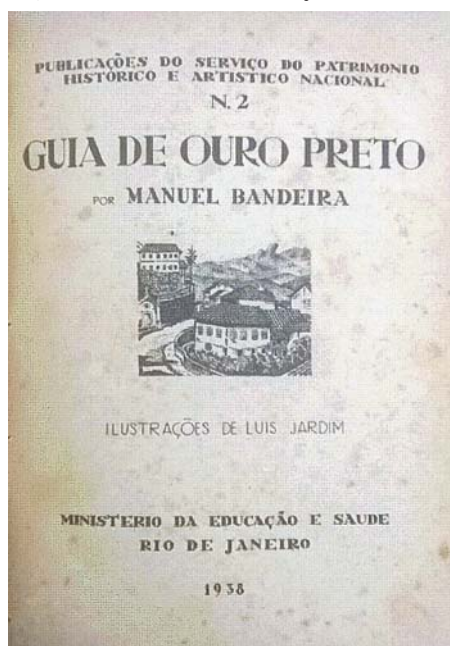


Imagem 01: Capa da primeira edição do *Guia de Ouro Preto*

A primeira seção traça um perfil histórico da cidade desde as expedições que resultaram em seu descobrimento. A ação da expedição do bandeirante paulista Antônio Dias de Oliveira - que contava com o Padre João de Faria Fialho -, saída de Taubaté rumo ao “Serro do Tripuí” é creditada à inspiração de penetrar por onde os primitivos caçadores de índios haviam saído⁸, tendo avistado o Itacolomi na manhã do dia de São João (24 de junho) de 1698. Bandeira ressalta que os primeiros tempos de Ouro Preto foram marcados por crises de abastecimento, pobreza arquitetônica e ocupação desregrada do terreno, inclusive com diversas disputas. Mesmo no período em que a extração de metais preciosos atingiu níveis altíssimos de crescimento, o aspecto da cidade ainda era simplório, cita Manuel Bandeira após discorrer sobre a Revolta de 1720, conhecida como Revolta de Felipe dos Santos:

⁶LANARI, O Patrimônio por escrito: a política editorial do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional durante o Estado Novo (1937-45).

⁷SIRINELLI, Os intelectuais., p. 259

⁸BANDEIRA, Guia de Ouro Preto, p. 12.

“Só na segunda metade do século XVIII é que Vila Rica principiou a tomar o aspecto atual. A construção do Palácio novo marca o início da boa arquitetura [grifo nosso] de pedra argamassada. As pontes datam, a de S. José ou a os Contos, de 1744, a do Rosário de 1753, a de Santo Antonio de 1755. O chafariz do Largo dos Contos de 1760. A igreja do Carmo foi levantada de 1766 a 1772. S. Francisco de Assis em 1772 tinha prontas as paredes e o arco da capela-mór, e só em 1794 se lavrou termo de entrega das obras. Como se vê, a cidade cujo ar de prestigiosa velhice tanto nos enternece, pode-se dizer que é de ontem. O que lhe deu aquela feição de tão nobre antiguidade foi a decadência rápida e súbita da nossa arquitetura tradicional por todo o Brasil [grifos nossos].”⁹

A passagem acima mostra a identificação daquilo que Lúcio Costa considerou como a “boa arquitetura” com o período de ocorrência do chamado “barroco mineiro”.¹⁰ Ainda segundo Bandeira, tomando a vila o cunho arquitetônico em que se imobilizou, veio sagrá-la espiritualmente o idealismo da Inconfidência. O histórico de Manuel Bandeira fala demoradamente sobre a Inconfidência Mineira, sobre o processo de Independência e sobre as agitações entre liberais e conservadores durante o Segundo Império. Os adjetivos utilizados na descrição são emblemáticos para se perceber o tom da narrativa de Manuel Bandeira, e, por conseguinte, a imagem da cidade que se quis passar. Essa prestigiosa velhice, nobre antiguidade nos dizeres do autor seria o que Ouro Preto teria a oferecer. Interessante notar que para Manuel Bandeira haveria uma última data histórica da velha Vila Rica: 12 de julho de 1933, pelo decreto presidencial no 22.928, foi Ouro Preto declarada “monumento nacional”.¹¹

O Guia de Ouro Preto continua com uma seção que trata dos depoimentos dos viajantes europeus que estiveram em Vila Rica. Os depoimentos incluem toda a sorte de comentários depreciativos sobre a cidade. Sobre as impressões de John Mawe, por exemplo, Bandeira afirma que o inglês vinha com a cabeça cheia de tradições do século anterior, que davam a pobre vilazinha de terrenos regorgitantes de ouro como a terra mais rica do mundo.¹²

É interessante perceber como Manuel Bandeira trata os depoimentos desdenhosos dos viajantes. Ao falar sobre as impressões do Reverendo inglês Walsh, que esteve em Vila Rica entre 1836 e 1841, Bandeira afirma que tudo o que feria a vista do estrangeiro lembrava-lhe que a cidade fora outrora um lugar de opulência e importância. Era próspera, embora decadente.¹³ A impressão do inglês é rebatida por Manuel Bandeira. Os viajantes estrangeiros não teriam, segundo Bandeira, a capacidade de perceber aquilo que de essencial haveria na cidade de Vila Rica, por seu distanciamento no espaço e no tempo daquela Vila Rica da qual apenas haviam ouvido falar ou lido a respeito:

“Os viajantes estrangeiros são quase sempre insensíveis aos elementos mais profundos ou mais sutis dos costumes dos países que visitam.[...] O que todos admiraram, porque lhes lembrava o belo bem aprovado dos palácios do Renascimento italiano, foi o edifício do antigo Paço Municipal. Para nós brasileiros, o que tem força de nos comover são justamente esses sobradões pesados, essas frontarias barrocas, onde alguma coisa de nosso começou a se fixar. A desgraça foi que esse fio de tradição se tivesse partido.”¹⁴

Aqui é interessante notar também o final da passagem reproduzida acima. Ela diz algo importante sobre a relação entre tradição e modernidade expressa por Ouro

⁹Idem, p. 21-22.

¹⁰Um exemplo dessa associação é o seguinte trecho do artigo “A arquitetura jesuítica no Brasil”, publicado no número 5 da Revista do SPHAN, e no qual o autor exalta o barroco: “Convém, no entanto, desde logo reconhecer, que não sempre as obras academicamente perfeitas, dentro dos cânones greco-romanos, as que, de fato, maior valor plástico possuem. As obras de sabor popular, desfigurando a seu modo as relações modulares dos padrões eruditos, criam, muitas vezes, relações plásticas novas e imprevistas, cheias de espontaneidade e de espírito de invenção, o que eventualmente as coloca em plano artisticamente superior ao das obras muito bem comportadas, dentro das regras de estilo e bom ton, mas vazias de seiva criadora e de sentido plástico real.” In.: COSTA, A arquitetura jesuítica no Brasil, p. 32

¹¹BANDEIRA, Guia de Ouro Preto, p. 25.

¹²Idem, p.30.

¹³Idem, p. 35-36.

¹⁴Idem, p. 42

Preto na narrativa do SPHAN. Para Manuel Bandeira a desgraça de Ouro Preto não teria sido tanto a modernização da cidade, mas sim que o fio de tradição se tivesse partido. Não teria sido o processo de mudanças, que poderíamos chamar de modernização, o principal determinante para a derrocada, ela teria sido inclusive propulsora da decadência de Ouro Preto, com o processo de transferência da capital para o antigo Curral Del Rey – assunto, por sinal, pouco abordado por Manuel Bandeira em sua argumentação. O problema teria sido o fato de a estagnação de Ouro Preto não ter possibilitado a manutenção desse gênio criador, restando os exemplares do passado colonial para lembrar a época em que germinou algo de “brasileiro” na cidade.

Essa decadência é tema da terceira seção do Guia de Ouro Preto – Ouro Preto: a cidade que não mudou. Ela possui grande importância para a identificação da função destinada a Ouro Preto, considerada pelo SPHAN uma cidade-monumento responsável pelo afloramento do sentimento nacional. O título da seção e seu início são ilustrativos do que Manuel Bandeira chamou de “prestigiosa velhice” quando rebateu as impressões dos viajantes. A passagem abaixo também dá mais pistas sobre o entendimento do autor sobre as causas da manutenção das características de Ouro Preto com o passar do tempo. Nas palavras de Bandeira

“Não se pode dizer de Ouro Preto que seja uma cidade morta. Morta é São João Del Rei. Ouro Preto é a cidade que não mudou, e nisso reside o seu incomparável encanto. Passada a época ardente da mineração (que foi, de resto, um arraial de aventureiros, a sua idade mais bela como fenômeno de vida), e a salvo do progresso demudador, pelas condições ingratas da situação topográfica, Ouro Preto conservou-se tal qual, em virtude mesma da sua pobreza, aquela pobreza que já por volta de 1809, segundo depoimento de Mawe, fazia trocarem-lhe por escárnio em Vila Pobre o nome de sua fundação em 1711, que era o de Vila Rica de Albuquerque. Na sua decadência econômica, que remonta à segunda metade do século XVIII, não houve dinheiro para abrir ruas, alargar becos, restaurar monumentos. Nas reparações dos prédios envelhecidos a economia levou sempre a alterar o menos possível. Em casas novas ninguém pensava. Elas são raríssimas na cidade, que enfeiam pelo contraste chocante com o resto da edificação.”¹⁵

No trecho acima Manuel Bandeira afirma que Ouro Preto não seria uma cidade morta, apenas não teria mudado. Sem entrar no mérito da comparação com São João Del Rei – que merece um estudo a parte -, a vida que Ouro Preto exprime, na visão do autor, é, portanto, aquela que emana das construções passadas, que afirma o gênio brasileiro nas adaptações da arquitetura portuguesa. Tudo aquilo que veio antes ou depois se encontra relacionado com um período específico, a virada para a segunda metade do século XVIII, seja como epígrafe, seja como permanência.

Essa operação discursiva também pode ser identificada com as práticas do SPHAN em sua primeira fase de existência. O estudo do barroco teve como fruto principal o estabelecimento de fases evolutivas do gênero artístico, em alguns casos acompanhando o desenvolvimento dos estilos artísticos europeus, como um “classicismo barroco”, ou mesmo um “Renascimento Barroco”.¹⁶ A memória inscrita na cidade relata a evolução do “gênio brasileiro”, não a vida da própria cidade. Também não há espaço para a escravidão. Os traços que admirados pelos brasileiros nas visitas à cidade seriam, segundo Manuel Bandeira, justamente aqueles que remetem aos grandes personagens e aos estilos artísticos desenvolvidos ao redor da vida religiosa.

¹⁵BANDEIRA, Guia de Ouro Preto, p. 41.

¹⁶Segundo Lúcio Costa: “Do exposto, resulta que se pode razoavelmente falar de um “classicismo barroco”, de um “romantismo” e de um “goticismo” barrocos e, finalmente, de um “renascentismo barroco”, sem pretender significar com essas expressões semelhança formal – embora ela de fato exista, algumas vezes nas linhas gerais ou num ou outro pormenor – senão uma concordância no processo evolutivo muito curiosa e, principalmente, muito útil para permitir às pessoas menos familiarizadas com o assunto apreenderem mais facilmente o que há de fundamental nessa evolução.” In.: COSTA, A arquitetura jesuítica no Brasil, p. 43.

Em seguida é importante mencionar que, ao contrário do que diz na primeira seção do Guia de Ouro Preto, quando define como última data histórica para Ouro Preto seu tombamento em 1933, Manuel Bandeira afirma que a cidade não morrerá. Aonde residiria, então, sua vida? A resposta é clara:

“Ela conservou, mercê de sua pobreza, uma admirável unidade. De todas as nossas velhas cidades é ela talvez a única destinada a ficar como relíquia inapreciável do nosso passado. As duas outras que se lhe irmanam nessa feição tradicionalista estão fadadas a uma renovação sem cura: Baía e Olinda. Em ambas é ainda bem forte a emoção especial ligada aos vestígios dos séculos defuntos. Mas Olinda é cada vez mais arrebalde do Recife. A capital acabará fatalmente por absorvê-la. Quanto à cidade do Salvador, o progresso, que tudo renova, fará com ela o que já fez com o velho Rio e o velho Recife.”¹⁷

Ouro Preto viveria então de seu passado, sendo sua função conservar as feições de antigamente para que os novos brasileiros pudessem experimentar o sentimento de estar próximos a relíquias da arte nacional. Isso fazia com que a pobreza da cidade fosse vista até como aspecto positivo para sua conservação. A questão da originalidade, de se tratarem de construções realmente do período colonial, era uma das premissas da vertente que participou da política preservacionista do SPHAN, e Manuel Bandeira não deixa de marcar também sua posição:

“Há em algumas dessas casas a intenção de retomar o estilo das velhas. Mas falta a essa arquitetura de arremedo o principal em tudo, que é o caráter. Essa maneira arrebata e enfeitadinha que batizaram de estilo Neocolonial, tomou à velha construção portuguesa em meia dúzia de detalhes de orna, desprezando por completo a lição de força, de tranquila dignidade que é a característica do colonial legítimo. As velhas casas do tempo são de uma severidade quase dura.”¹⁸

Em seu elogio da permanência, Manuel Bandeira prossegue em seus apontamentos destacando duas sombras que “pairavam” sobre Ouro Preto: Tiradentes e o Aleijadinho. Ao fazer tal sorte de escolha a análise de Manuel Bandeira se insere em um ainda pouco estudado debate acerca das representações sobre a cidade de Ouro Preto nas últimas décadas do século XIX e nas primeiras do século XX. Tal debate teve como ponto central justamente a Inconfidência Mineira e o Aleijadinho.

A representação de Manuel Bandeira em seu Guia de Ouro Preto traça um Aleijadinho que sofre a desgraça física, decorrente da lepra, relacionando seu sofrimento ao de uma figura excepcional. Sua genialidade estaria ligada intrinsecamente ao seu sofrimento, como um sacrifício que dera origem aos mais altos exemplos do “espírito brasileiro”. No entanto, é sempre preciso estar atento às vicissitudes desse tipo de construção. No caso do Aleijadinho, como bem analisado por Guiomar de Grammont, deve-se ir mais a fundo que interpretações marcadas por um biografismo psicologista, que arrolam situações mais ou menos sentimentais sobre o personagem. Essa representação sobre o Aleijadinho, como demonstra a autora, é bem mais antiga do que o “tempo inaugurado” pelo SPHAN. A interpretação consolidada pelo SPHAN corrobora com uma visão conservadora do passado colonial que desde o IHGB foi construída com base em noções como “unidade territorial”, “herança portuguesa”, dentre outros. As primeiras representações sobre o Aleijadinho, como a biografia de Rodrigo

¹⁷BANDEIRA, Guia de Ouro Preto, p.41.

¹⁸Idem, p.41.

José Ferreira Bretas, publicada em 1858, já o identificam como um gênio, sem, no entanto, ligá-lo à nação moderna.¹⁹

Como bem demonstra Kléverson Teodoro de Lima, Ouro Preto passou por um grande debate com a proposta de mudança da capital de Minas Gerais, sob a alegação de que o traçado da cidade e o terreno eram impróprios para a instalação equipamentos urbanos básicos. Antes da decisão definitiva sobre a mudança da capital, na fase de estudos para a implantação, tentou-se uma adaptação às exigências de uma cidade modernizada, com a criação de boulevards e a adoção de traçado reticular para as ruas. Algumas construções consideradas abandonadas, comprovado o abandono que as ruínas e confusão em que se acham, seriam incorporadas ao patrimônio público, ou para demolição ou para reconfiguração.²⁰

Em 1893 foi encomendado um novo plano urbano para a ocupação de novas áreas em Ouro Preto, no qual o antigo coexistiria com o moderno. O elemento histórico foi então utilizado para tentar justificar a permanência da capital, com medidas modernizadoras. A construção do monumento a Tiradentes em 1893 sinaliza essa intenção. Apenas com a confirmação da mudança da capital e sua efetiva transferência é que as representações do passado passaram a ser exaltadas com mais clareza. Com a ocupação definitiva do antigo Curral D'El Rey é que o pensamento conservador de Ouro Preto se volta para a tradição histórica da cidade. A atuação do SPHAN, por sua vez, acrescenta um novo conteúdo ao panorama da cidade: o turismo. É sobre o que trataremos a seguir, encerrando este artigo.

III – “MONUMENTALIZANDO A PAISAGEM”: O TURISMO E A CIDADE VOLTADA AO OLHAR

O Guia de Ouro Preto é uma publicação peculiar dentro da política editorial do SPHAN, marcada por artigos e estudos monográficos sobre monumentos ou aspectos da história e da arquitetura brasileiros. Autodenominado um guia, a edição pode ser considerada como um misto entre um estudo memorialista e um guia de turismo propriamente dito. A atividade turística no Brasil ainda era muito pouco explorada, ainda mais fora das grandes capitais. Portanto é preciso especificar que tipo de turista é esse que o Guia de Ouro Preto pretendia contemplar.

Após a transferência da capital, como vimos, Ouro Preto passou por um processo de ressignificação, com a persistência de uma visão voltada para o passado colonial de Minas Gerais. Tal visão guiou primeiramente os viajantes mineiros que chegaram à cidade, principalmente os membros do IHGMG que se empenharam na organização de eventos comemorativos e da reunião de vasta documentação, cujos índices eram publicados na Revista do IHGMG. Ouro Preto fora “descoberta” pela geração modernista na década de 1920 em viagem organizada por um grupo de intelectuais paulistas para receber o poeta francês Blaise Cendrars. Ponto culminante da viagem do grupo de intelectuais, a cidade passou então a ser investida de importância até então não observada – porém muito pedida.

A dificuldade para se chegar a um destino como Ouro Preto, mesmo saindo de Belo Horizonte, dificultava muito a viagem. A seção “Como chegar a Ouro Preto”, “Passeios de Automóvel” e “A Viagem a Ouro Preto” dão a dimensão das adversidades encontradas no acesso à cidade. Portanto é de se imaginar que mesmo em meados da década de 1930 o turismo a Ouro Preto fosse possível apenas para pouquíssimas pessoas, que dispusessem de meios e determinação de visitar a cidade. Os relatos dos integrantes da viagem organizada pelos intelectuais paulistas, principalmente Mário de Andrade, analisados por Antônio Gilberto Ramos Nogueira, deixam nítidas as más condições encontradas pelos visitantes.²¹

¹⁹O SPHAN e sua “linha de frente”, composta por Lúcio Costa, Rodrigo M.F. de Andrade e os envolvidos no estudo da arte sacra mineira defenderam ardorosamente a obra de Rodrigo Bretas nas publicações editadas. O assunto foi motivo de grandes controvérsias desde período anterior à criação do SPHAN, tendo sido suscitadas dúvidas sobre a veracidade do texto de Bretas e sobre a autoria de diversas obras atribuídas ao Aleijadinho

²⁰LIMA, Reconstituição identitária de Ouro Preto após a mudança da capital, p. 9-12.

²¹NOGUEIRA, Por um inventário dos sentidos: Mário de Andrade e a concepção de patrimônio e inventário, p. 22.

No entanto, a política editorial do SPHAN possuía como objetivo a disseminação dos estudos sobre o patrimônio brasileiro para além do círculo de estudiosos, e contava com profissionais liberais desejosos de adquirir mais conhecimentos, seja pelo ofício que desempenhavam ou por pura vontade de adquirir cultura geral. O Guia de Ouro Preto fez parte de um esforço de apelo ao sensível que foi empreendido de diversas maneiras. A política editorial foi uma das estratégias, que também incluíram a participação e organização de exposições. Portanto, objetivava-se não somente que o leitor visitasse de fato Ouro Preto, mas sobretudo que se sensibilizasse diante da existência de uma cidade-monumento do passado colonial brasileiro. Aqui fica claro o objetivo pedagógico da publicação.

Como já observado, mesmo se tratando de um guia de turismo, grande parte da publicação é dedicada a dados biográficos, documentais, cronológicos. Em outros momentos Manuel Bandeira se dirige expressamente ao leitor, como quando sua narrativa percorre os escritos dos viajantes que passaram por Vila Rica nos séculos XVII e XIX.

Inicia com o relato de Antonil e a denúncia dos maus costumes por volta de 1708, quando, segundo Bandeira, Vila Rica não passava de um imenso arraial de 30.000 almas sobre as quais não havia coação ou governo algum bem ordenado, um arraial formado por aventureiros que desperdiçavam o ouro em jogo e superfluidades.²² Em seguida Bandeira analisa as obras de Mawe, Saint Hilaire e a decepção diante do aspecto sombrio, devastado, melancólico da paisagem ouropretana.²³

A maioria dos excertos dos relatos escolhidos por Bandeira não trata especificamente dos costumes populares, limita-se a citar a intenção dos viajantes em adentrar os círculos sociais, no que somente alguns lograram êxito. Como já observado anteriormente, Manuel Bandeira alega que tais estrangeiros não possuiriam a sensibilidade àquilo que tanto interessa aos brasileiros. Bandeira é categórico quando trata de alguns dos viajantes. Sobre Burton, por exemplo, chega a afirmar que

“Burton, esse então diz bobagens, completamente inconsciente da grandeza criadora do Aleijadinho, Diante da frontaria de São Francisco, da qual se pode repetir o que Anatole France disse do Pavilhão Central do Louvre – *ciselé comme um joyant d’art*-, o seu convencionalismo humanista ficou muito ofendido porque viu duas colunas jônicas “desgraciosamente convertidas em pilastras”[...] O que todos admiram, porque lhes lembrava o belo bem aprovadinho dos palácios do Renascimento italiano, foi o antigo edifício do Paço Municipal.”²⁴

Manuel Bandeira respondia enfaticamente as afirmativas dos viajantes, mas isso não resolvia o problema dos maus costumes, que tanto interessa ao turista que chega na cidade pela primeira vez, além de serem relativos à cultura brasileira. Algumas observações sobre pequenos costumes dão a entender como Manuel Bandeira “resolve” o problema dos maus costumes”. Quando trata da narrativa de Castelnau, por exemplo:

“Duas coisas aborreceram Castelnau nos ouro-pretanos: o costume que queimar bombas de estouro e o de *beugler devans lês madones*. Os turistas de hoje podem ficar descansados: nada perturba agora o sono dos viajantes senão, uma vez ou outra, alguma rapaziada de estudantes.”²⁵

Aquilo que poderia molestar alguém habituado a um padrão de cultura dito “civilizado” se encontra pacificado na narrativa de Manuel Bandeira, a cidade não apre-

²²BANDEIRA, Guia de Ouro Preto, p. 29.

²³Idem, p. 33.

²⁴BANDEIRA, Guia de Ouro Preto, p. 42.

²⁵Idem, p. 36.

senta conflitos, a não ser aqueles que podem ser considerados de pequeno porte, como uma simples festa de estudantes. Os roteiros traçados por Manuel Bandeira são muito interessantes para observar essa “pacificação” do espaço urbano ouro-pretano. O início do trajeto proposto por Manuel Bandeira é exemplar do tom da narrativa por todo o capítulo *Passeios a pé pelo Centro*”:

“Tomemos a Rua Tiradentes então como ponto de partida para alguns passeios de primeira orientação. Se o turista estiver hospedado no Hotel Toffolo, saia pela esquerda: verá quase defronte um dos Passos a que me refiro em capítulo posterior (Monumentos Religiosos); atravessará a Ponte do Carmo (o córrego é o Ouro Preto), e verá à esquerda a Casa dos Contos; chegando À esquina, tomará a direita, descendo a Rua Paraná, que se continuá na do Pilar; no cotovelo que faz esta última há um velho sobradinho meio arruinado, que  dos mais interessantes da cidade, e quase no começo da ladeira, à direita, um sobrado bem conservado, cujo vestíbulo merece atenção ( fácil observar os vestíbulos das casas de Ouro Preto, pois estão sempre abertos e desertos).”²⁶

A descrição dos três trajetos segue sempre no mesmo tom assinalado acima, com descrições arquitetônicas, por vezes acrescentadas de efemérides, como a casa onde possivelmente poderia ter ocorrido o namoro entre Tomás Antônio Gonzaga e Marília de Dirceu, ou a casa onde viveu Tiradentes. Essas casas são descritas sempre a partir de suas fachadas, sem o mínimo sinal das pessoas que a habitavam no momento quando o Guia de Ouro Preto foi escrito, salvo quando se tratasse de pessoa notória ou de associações, repartições ou prédios públicos. As casas de residência são sempre tratadas com afeto, mas um afeto especial, uma espécie de lamento afetivo. Como observado mais acima, esse lamento era justamente porque o fio de tradição que havia se desenvolvido em Vila Rica se rompera, restando uma Ouro Preto que guardava inscrita em si o fausto do passado.

Os três roteiros traçados por Manuel Bandeira gravitam no entorno da Rua Tiradentes e da praça que leva o mesmo nome, sendo marcados por igrejas, sobrados e casas de pequeno porte. Muitas imagens acompanham o volume. Algumas serão mostradas a seguir. É importante assinalar alguns aspectos. Primeiro que são desenhos elaborados especialmente para a publicação, ou seja, objetos de estudo pelo autor para a composição de um quadro considerado adequado daquela beleza que se queria mostrar.



Rua Tiradentes: no primeiro plano a ponte dos Contos; ao fundo, S. Francisco de Paula.

Imagem 02: Vista da Rua Tiradentes, com a Casa dos contos e a Igreja de São Francisco de Paula.

As paisagens retratadas na obra de Manuel Bandeira não mostram pessoas.

²⁶Idem p. 61-62.

Também é importante ressaltar que os monumentos, sejam casas, igrejas ou prédios públicos, estão sempre representados dentro de uma dada ambiência, no mais das vezes composta por espécies vegetais, montanhas, jardins. Nesse sentido é interessante uma passagem da seção “Passeios de automóvel”, a última aqui analisada. Vários destinos são indicados, e de características diversas. Há locais onde o atrativo é a natureza, como a cascata do Tombadouro, o Pico do Itacolomi e o Córrego do Tripuí. Outros, como o bairro de Padre Faria, o Morro da Queimada, a Mina da Passagem, Cachoeira do Campo, se tratariam de sítios históricos. Quando analisa as construções religiosas o autor sempre se refere ao Aleijadinho, principalmente quando descreve o Santuário do Bom Jesus do Matozinho, em Congonhas do Campo. As palavras de Manuel Bandeira nessa parte são interessantes para se observar a relação tecida entre as construções e o seu entorno:

“Onde ninguém mais subiu: é a pura verdade! Os profetas de Congonhas não têm, nem podiam ter, a perfeição do modelado das esculturas de Ouro Preto, mas são, como nenhuma outra obra de Antônio Francisco, prodigiosas de espontaneidade e força, no seu expressionismo doloroso. Em verdade, elas monumentalizam a paisagem. Dão à encosta do Santuário uma grandeza bíblica.”²⁷

Havia em Ouro Preto muitas dessas ladeiras, onde a paisagem era monumentalizada pela existência de construções que, segundo Bandeira, traduziram o “espírito nacional” através de exemplares artísticos únicos. A via para a afirmação de Ouro Preto a despeito de sua decadência estava, então, traçada. O investimento no turismo seria uma forma de fazer com que essa imagem, existente dentre muitas outras, fosse a que se fixasse na experiência daquele que visitava Ouro Preto. O Guia de Ouro Preto auxiliava o visitante a já chegar sabendo de algo sobre o lugar. Auxiliava inclusive quem nunca havia ido ao lugar a saber a respeito de suas casas e porventura até lamentar carinhosamente por algo que nunca vira presencialmente, mas que passava a incorporar ao repertório sobre aquilo que considerava “brasileiro”.

Interessante notar como a ação do SPHAN foi marcada por contradições que mostram o quão complexa era a trama composta pelos agentes do órgão. A construção do Grande Hotel de Ouro Preto, projetado por Oscar Niemeyer, causou grande consternação entre os envolvidos com a preservação do patrimônio e a arquitetura.²⁸ Ao mesmo tempo em que procuravam manter cidades como Ouro Preto com seu aspecto “original”, em outros casos construções antigas foram demolidas para a concretização de grandes projetos. Representantes da vertente “moderna” na arquitetura e nas artes plásticas contribuíram para a construção de templos “modernos” no lugar de igrejas antigas, como nas cidades mineiras de Cataguazes e Ferros, estudadas por Marcus Mariano Gonçalves da Silveira.²⁹

Este trabalho não pretende avançar na análise do processo de desenvolvimento do turismo em Ouro Preto, tema sobre o qual há bons artigos vindos de diversas áreas. No período aqui analisado Ouro Preto ainda era um destino pouco procurado pelos turistas brasileiros, e não seria desmedido supor que mesmo os residentes em Minas Gerais. Todavia já era uma cidade que pensava seu lugar como ex-capital de Minas Gerais e antigo centro minerador brasileiro, cenário no qual a política de memória consolidada pelo SPHAN se inseriu como produtor de um discurso legitimador, instituído de autoridade técnica para a identificação dos símbolos máximos da nacionalidade.

²⁷BANDEIRA, Guia de Ouro Preto, p. 88-89.

²⁸CAVALCANTI, Moderno e brasileiro: a história de uma nova linguagem na arquitetura (1930-1960), p.95-120.

²⁹SILVEIRA, Templos Modernos, templos ao chão: a trajetória da arquitetura religiosa modernista e a demolição de antigos templos católicos no Brasil.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

- BANDEIRA, Manuel. Guia de Ouro Preto. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Saúde, 1938.
- CAVALCANTI, Luciano. Moderno e brasileiro: a história de uma nova linguagem na arquitetura(1930-1960). Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2006.
- CHUVA, Márcia Regina Romero. Os Arquitetos da Memória: sociogênese das práticas de preservação do patrimônio cultural no Brasil (anos 1930-1940). Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 2009.
- COSTA, Lúcio. A arquitetura jesuítica no Brasil. In.: Revista do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, vol. 5. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Saúde, 1941 (1943-44)
- GOMES, Ângela de Castro. Nas gavetas da história do Brasil: ensino de história e imprensa nos anos 1930. IN.: FERREIRA, Marieta de Moraes (org.). Memória e identidade nacional. Rio de Janeiro, Ed. FGV/FAPERJ, 2010, p. 31-57.
- GONÇALVES, José Reginaldo Santos. A Retórica da Perda: Os discursos do Patrimônio Cultural no Brasil. 2.Ed. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ: IPHAN, 2002.
- GRAMMONT, Guiomar. O Aleijadinho e o Aeroplano: o paraíso barroco e a construção do herói colonial. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.
- LANARI, Raul Amaro de O. O Patrimônio por escrito: a política editorial do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional durante o Estado Novo (1937-45). Dissertação de mestrado apresentada ao Departamento de História da Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte, 2010
- LIMA, Kléverson Teodoro de. Reconstituição identitária de Ouro Preto após a mudança da capital. In.: Anais do II Encontro Memorial do ICHS. Mariana: Vol. I, Novembro/2009. Disponível em: <http://www.ichs.ufop.br/memorial/trab2/h561.pdf>
- MICELI, Sérgio. Intelectuais e classe dirigente no Brasil (1920-45). Lisboa: Difel, 1979.
- NOGUEIRA, Antônio Gilberto Ramos. O Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN) e a redescoberta do Brasil: a sacralização da memória em “pedra e cal”. Dissertação de mestrado apresentada ao programa de Pós Graduação em História da PUC-SP. 1995.
- _____. Por um inventário dos sentidos: Mário de Andrade e a concepção de patrimônio e inventário. São Paulo: Hucitec/FAPESP, 2005.
- PÉCAULT, Daniel. Os Intelectuais e a política no Brasil: entre o povo e a nação. São Paulo: Ática, 1990.
- SANTOS, Mariza Veloso Motta. Nasce a Academia SPHAN. In.: Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Vol. 24, 1996.
- SILVEIRA, Marcus Mariano Gonçalves da. Templos Modernos, templos ao chão: a trajetória da arquitetura religiosa modernista e a demolição de antigos templos católicos no Brasil. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2011.
- VELLOSO, Mônica Pimenta. Cultura e poder político: uma configuração do campo intelectual (1930-1940). In.: VELLOSO, Mônica Pimenta, OLIVEIRA, Lúcia Lippi & GOMES, Ângela de Castro (Org.). Estado Novo: Ideologia e Poder. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 1982.

Mesclas americanas: uma leitura historiográfica do fenômeno e do conceito de mestiçagem na América ibérica.



<http://eoi.citefactor.org/10.11248/ehum.v6i1.886>

*Rangel Cerceau Netto**

Mestre e doutorando em História pela UFMG; Bolsista CAPES;
Professor do curso de História, UniBH.

cerceaup@gmail.com



<http://orcid.org/0000-0001-8013-7645>

Recebido: 15/11/2012 Aceito: 25/03/2013

Resumo: O artigo busca mostrar a historicidade do termo mestiçagem no mundo luso brasileiro. No século XIX a noção de mestiçagem ou de mescla foi associada à concepção de raça e logo acolheu abordagens historiográficas distintas. No século XX, a noção de mestiçagem separado da concepção de raça passou a ser abordada como sinônimo de um processo, assim, foi problematizado nos seus múltiplos significados e temporalidades, evocando as dinâmicas contraditórias e adaptativas dos mecanismos que impulsionaram a chegada de novos povos e as suas diversas relações no espaço ibero-americano.

Palavras-chave: mestiçagem, mesclas, teoria racial

Abstract: The article seeks to demonstrate the historicity of the term *mestizaje* in the Luso-Brazilian world. In the nineteenth century, the concept of *mestizaje* or of mixture, was associated with the conception of race and soon welcomed different historiographical approaches. In the twentieth century, the notion of *mestizaje*, separated from the conception of race, started to be addressed as a synonymous of a process and problematized in its multiple meanings and temporalities, evoking the contradictory and adaptive dynamics of the mechanisms that boosted the arrival of new peoples and their various relationships in the Ibero-America

Key-words: *mestizajes*, mixture, racial theory.

INTRODUÇÃO

Os estudos sobre a mestiçagem das populações têm iluminado diferentes abordagens sobre a América ibérica. A partir do século XV, a chegada dos portugueses e espanhóis em regiões desconhecidas para eles marcou profundas mudanças nas relações globais até então circunscritas aos antigos contatos entre os povos do continente europeu e algumas regiões africanas e asiáticas. A inclusão do continente americano na espacialidade mundial impactou as antigas relações comerciais e de dominação existentes no mundo. Outra mundialização iniciava-se com a navegação oceânica, novas rotas passaram a operar no Novo Mundo sobrepondo e integrando as antigas rotas continentais e marítimas que orbitavam em volta do mediterrâneo e, por conseguinte, no interior da Ásia e da África.¹

Em tempo recorde, as relações comerciais dinamizavam-se formando uma sociedade cada vez mais mercantil, complexa e conectada aos lugares mais longínquos e inóspitos do planeta. O continente americano tornou-se a nova área de expansão planetária ocasionando transformações bruscas naquele mundo que se embrenhava pelo mar oceânico, conectando terras e gentes distintas.²

O impacto planetário e demográfico causado pelo tráfico oceânico de escravos, pelos deslocamentos não forçados de pessoas para o Novo Mundo e pelas dinâmicas de mestiçagens de gente tão heterogênea foram os reflexos mais visíveis da ocidentalização³ que inseriu a América no contexto mundial.⁴ Nesse continente, as mesclas

¹GRUZINSKI, Les quatre parties du monde: histoire d'une mondialisation;

²HOLANDA, Visão do paraíso: os motivos edênicos no descobrimento e colonização do Brasil;

³Para esse conceito ver: GRUZINSKI, A colonização do Imaginário: sociedades indígenas e ocidentalização no México espanhol (séculos XVI – XVIII);

⁴Ver: CERCEAU NETTO, Theresa Teyxeira de Souza: uma africana na América setecentista; IVO, Homens de Caminho: trânsitos culturais, comércio e cores nos sertões da América portuguesa, século XVIII;

entre índios nativos, africanos escravizados e colonizadores europeus construíram uma sociedade de intensas modificações na qual os choques, as potencialidades e as contradições marcavam um mundo que podia ser considerado paraíso e inferno ao mesmo tempo.

O fenômeno das mestiçagens no mundo americano colonial

Neste contexto, despontam para este continente as possibilidades que versam sobre as ruínas dos povos indígenas e a renascença de novos estudos sobre criações mestiças – nem africanas, nem europeias e nem indígenas – mas resultado de um processo de fusão ou coabitação de mundos díspares.⁵ Por um lado, a mestiçagem apareceu vinculada ao processo violento de dominação, de perda de identidade e de genocídio, fruto dos choques causados pelas diferenças culturais entre espanhóis, portugueses, africanos, índios e os próprios americanos resultados das mesclas. Por outro lado, reflete a intermediação cultural gerada pela aproximação entre esses agentes que compunham o espaço social americano, isto é, dos povos de fora, dos nativos e dos já mestiçados em outros lugares e na própria América ibérica. Esses indivíduos forjaram um Novo Mundo, adaptando invenções e novas maneiras de viver e pensar, ainda que numa síntese conflituosa.

Do ponto de vista populacional, a ocorrência das mesclas, que a partir do século XIX passou a ser denominado como mestiçagem, constitui-se num fenômeno planetário que nos remete a tempos longínquos, até mesmo às raízes do homem. Dificilmente, uma sociedade ou um conjunto de pessoas escapariam de tal processo, tomando por base que não existe cultura, sociedade ou indivíduo biológico de origem pura ou mesmo estática sob influências do tempo e do espaço.

Desse modo, o termo “cultura” precisa ser repensado para que se possa compreender o processo das mestiçagens. Neste sentido, é necessário esclarecer os perigos de falar de culturas puras, singularizadas em espaços que desconhecemos. Afinal, “todas as culturas são híbridas [...] e as misturas datam das origens da história do homem”.⁶

A definição de mestiçagem deriva-se de mestiço que provém do adjetivo latino, *mixticius*. Do ponto de vista do cruzamento humano, mestiço designa aquele que nasceu da mistura entre sujeitos diferentes. O conceito mestiçagem, entretanto, que deriva da concepção de mestiço, dá margem à confusão, de um lado porque recupera, ao mesmo tempo, uniões biológicas e cruzamentos culturais, e de outro, porque suas repercussões são múltiplas, às vezes semelhantes ou contraditórias.⁷

Nesse sentido, é importante pensar a mestiçagem em diversas temporalidades e locais, o que nos remete a uma concepção relacional e indissociável entre o biológico e o cultural. Nesse aspecto, torna-se importante diferenciar o que se entende por processos de mestiçagens e a definição de mestiço. O mestiço é a derivação desse processo que envolve o biológico, o físico e o cultural e constitui-se na mistura resultante dele. Do ponto de vista populacional, mestiço significa descendente de indivíduos biológica e culturalmente diferentes e/ou indivíduo cujos pais ou ascendentes são de nações diferentes. Segundo Bluteau mestiço era:

Mestiço. Diz-se dos animaes racionaes, & irracionaes. Animal mestiço. Nascido de pay, & may de diferentes espécies, como um, leopardo, &c. *Misti generis animans antis omn. Gen. Híbrido*, ou como quer Scaligero, & Vossio, que se escreva *Ibrido*, o. Masc. (& não *Hybris*), quer dizer, Nascido de hum porco montez, & hua porca domestica. Assim no lo ensina Plinio no cap. 53 do livro 8, logo no principio, donde explica a palavra *Híbrido* pelo adjectivo *Semiferus*, **acrescentando que tem dito dos homens, nascidos de pays de diferentes naçoens.** Eis aqui as palavras de

⁵Essa ideia foi desenvolvida com uma maior verticalidade em GRUZINSKI, O pensamento mestiço;

⁶GRUZINSKI, O Pensamento Mestiço, p.44;

⁷BERNAND e GRUZINSKI, História do Novo Mundo: Da descoberta à Conquista, uma experiência europeia, 1492-1550, p.10;

Plínio. *In nullo genere* (falla nos porcos montezes) a què facilis mixtura cum fero, qualiter natos antiqui Hybridas Vocaban, céu semíferos: ad homines quaque, ut m C. Antonium, Ciceronis in Confulatu Collegan, appellatione translata. **Homem mestiço. Nascido de pays de diferentes nações, v. g. Filho de Portuguez, & de Índia, ou de pay Índio, e de may Portugueza, Ibrido, ou Hybrido, a. Masc.** No Plural se poderá dizer *Bigeneri*, a. a. que se acha em Varro. Mas no singular não quizera eu dizer *Bi-genus, eris*, nem *Bigeneris*, ou *Bigenere*, palavras q no seu thesouro da língua Latina, Roberto Estevão tem posto sem exemplo.⁸

Observa-se que nas definições do padre jesuíta o termo mestiço está associado ao mundo da fauna e da natureza. Os animais racionais e irracionais têm as suas equivalências nas definições de animal mestiço e de homem mestiço. Aliás, o verbete mestiço aparece como sinônimo de híbrido referindo-se ao cruzamento envolvendo o universo dos animais e dos seres humanos. Também, o vocábulo passa a ideia de reprodução em virtude da ascendência de seus progenitores, ou seja, do processo de geração proveniente de diferentes pais ou pais de nações e qualidades diferentes. No caso do homem mestiço, atribui-se exemplos mais específicos como filho de português e de índia ou de pai índio e de mãe portuguesa.

Na segunda definição que Bluteau nos apresenta, o verbete mestiço ou mestiço aparece como sinônimo de uma filiação “bastarda, ilegítima, misturada e não castiça.” Ou seja, não pura.⁹ Neste mesmo dicionário, o verbete castiço apresenta-se contrário a mistura, portanto ao mestiço. O vocábulo passa a ideia da união de pessoas provenientes de relações não misturadas. Na Índia, a definição de castiço refere-se ao filho de pai e mãe portugueses que não se misturaram aos hindus.¹⁰

A mestiçagem pode ser considerada mecanismo, processo ou fenômeno mutante que permite analisar as sucessões, permanências ou mudanças de elementos biológicos, físicos e culturais. Esse fenômeno está vinculado à pluralidade e à mobilidade desses elementos no tempo e no meio. Assim, a noção do processo de mestiçagem está relacionada a um espaço de possibilidades e significados em transformação, ora lenta e/ou rápida, ora permeável e/ou impermeável.

A noção de hibridismo também se aproxima ao de mestiçagem, como bem demonstrado na definição sinônima que Bluteau atribui ao termo. A sua definição exemplifica as misturas entre os diferentes objetos e coisas. O conceito comporta a ideia de que não existem estilos puros e que, toda forma de pensamento ou de criação humana é produto de uma série indefinida de apontamentos secretos e evidentes, muitas vezes justapostos de elementos diversos ou semelhantes, sejam eles parecidos, diferentes e/ou contraditórios. A mistura constitui o caráter de um jogo de interferências no solo do visível e do oculto sem que constitua o caráter essencial do estilo. As características particulares podem constituir uma fusão quase total dos fatores formativos ou mesmo uma conjunção de elementos impermeáveis que não se misturam, mas coexistem em uma mesma conformação.

O processo das mestiçagens e dos hibridismos consiste em mecanismos de duplas ações que se auto-relacionam o tempo inteiro. De um lado, há a mistura de elementos distintos, assimilando-se e/ou fundindo-se em um novo, e, às vezes, esses processos preservam ou transformam as características identificáveis dos elementos que compõem a mescla. De outro, há elementos semelhantes ou diferentes justapostos em um mesmo espaço, porém eles não se fundem, mantendo características impermeáveis, como água e óleo.¹¹

Desde já, concordamos com o sentido de que o processo das mestiçagens tem seu sinônimo na hibridação, sendo importante esclarecer que esses dois termos não têm, aqui, um contrário que seria o natural. Isto é, não tem a correspondência de ca-

⁸BLUTEAU, Vocabulário portuguez & latino, p. 455.

⁹BLUTEAU, Vocabulário portuguez & latino, p. 242;

¹⁰BLUTEAU, Vocabulário portuguez & latino, p. 246;

¹¹Conferência proferida pelo Prof. Serge Gruzinski ao Instituto de Estudos Avançados Transdisciplinares – IEAT – para comemoração dos 80 anos da UFMG. Palestra gravada e trecho transcrito.

racterísticas biológicas e culturais puras, íntegras e estanques no tempo, a não ser no domínio das representações e dos discursos, em que, historicamente, elas existem e persistem.¹²

Sob esse ponto de vista, o mestiço ou a mestiçagem populacional não constitui um fenômeno somente biológico, ou seja, não provém apenas do cruzamento genético. Também não se reduz a uma concepção que valorize uma cultura, nação, etnia ou raça superior por meio do processo eugênico, como foi proposto por alguns viajantes e teóricos dos séculos XVIII, XIX e XX,¹³ embora saibamos que esse conceito tem mais de um significado, não fugindo, assim, ao domínio das representações, dos discursos e das ideologias.

A noção de mestiçagem sobre o passado luso-brasileiro.

O grande problema do conceito de mestiçagem para os seus críticos assenta-se no caráter que associa a mistura biológica entre os seres com a ideologia racial de inferioridade e superioridade, largamente difundida pela historiografia no século XIX e XX.¹⁴ A grande maioria dessas concepções estão relacionadas às teorias naturalistas e evolucionistas comumente chamadas de darwinismo social.¹⁵ Desse modo, é importante pensar que o processo de mestiçagem é muito antigo e a sua existência foi social e política, antes de se tornar racial como na concepção do século XIX e de alguns teóricos da atualidade.¹⁶

No mundo luso-brasileiro inúmeros viajantes estiveram participando de missões científicas. De certa maneira as teorias eugênicas monogenistas e poligenistas estavam presentes nas visões de naturalistas e botânicos que se aportaram neste mundo luso-brasileiro. Essas teorias tiveram impacto planetário no meio intelectual e influenciaram os chamados “homens das ciências”. A alusão a um país de raças cruzadas foi compartilhada pelas elites e por intelectuais de diversas áreas do conhecimento brasileiro.¹⁷ Nesta ótica, dividiam-se os que aprovavam o cruzamento racial como algo positivo para melhoramento genético e os que desaprovavam por acharem que esse cruzamento enfraquecia o ideal de “raças puras”.

Como exemplo pode-se citar o historiador alemão Gottfried Heinrich Handelman. Em 1860, ele utilizando-se do testemunho de vários viajantes, foi um dos primeiros estrangeiros a escrever sobre a História do Brasil. Ele afirmava que:

*...generalizado concubinato serve para o efeito de introduzir sempre maior porcentagem de sangue novo branco na população de cor; não precisamos acrescentar que, por outro lado, isto é pernicioso para a moralidade de todo o povo brasileiro, assim como especialmente degradante (segundo o nosso ver) para a raça de cor...*¹⁸

Handelman parece não ter concordado com a idéia de branqueamento e de mestiçagem racial a partir da introdução de sangue branco na população de cor. No entanto, diferente de alguns teóricos do século XIX, presentes no Brasil, ele partia de outro pressuposto que valorizava o conceito de “raças puras”. Assim como tantos outros pesquisadores do seu tempo, Handelman foi taxativo em condenar a mestiçagem, que estaria apagando as melhores qualidades intrínsecas de brancos, negros e índios e produzindo indivíduos degenerados racialmente (mulatos, pardos, cabras, caribocas, cafuzos, mamalucos entre outros mestiços). Ele analisou a generalizada concubinação como fator que promovia a mestiçagem racial entre os indivíduos e, por consequência, a degradação do povo brasileiro.¹⁹

Portador de uma visão negativa em relação à mestiçagem, ele recorreu à teoria ra-

¹²PAIVA, Brasil – Portugal. Sociedades, culturas e formas de governar no mundo português (Séculos XVI-XVIII), p.3.

¹³Para uma discussão sobre mistura racial e processos eugênicos no século XIX, ver: RAMOS, Introdução à Antropologia brasileira, 1947; SCHWARTZ, O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil, 1870-1930; LIMA, Cores, marcas e falas: sentido da mestiçagem no Império do Brasil; VIANA, O idioma da mestiçagem: as irmandades de pardos na América Portuguesa;

¹⁴Uma das críticas mais contundentes sobre o conceito de mestiçagem associada à raça e eugenia é feita na atualidade por MUNANGA, Rediscutindo a mestiçagem no Brasil: identidade nacional versus identidade negra;

¹⁵SCHWARTZ, O Espetáculo das Raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil 1870 – 1930, p. 43-48.

¹⁶Ideia também desenvolvida para a América espanhola por BERNAND & GRUZINSKI, História do Novo Mundo 2: as mestiçagens, p. 9-13;

¹⁷Sobre as diversas teorias raciais que influenciaram pesquisadores do século XIX, ver: SCHWARTZ, O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil, 1870-1930, p.11-22;

¹⁸HANDELMANN, História do Brasil, p.304;

¹⁹Ver sobre o assunto em: CERCEAU NETTO, Um em casa de outro: concubinato, família e mestiçagem na Comarca do Rio das Velhas (1720-1780), p. 58-59;

cial para justificar o seu discurso. A partir da concepção de raças puras e cruzadas com diversas gradações de superioridade e inferioridade, tal como o Conde de Gobineau havia dissertado em seu ensaio sobre a desigualdade das raças humanas (1854),²⁰ ele foi um dos principais teóricos a discordar da mestiçagem, mas não da ideia de raça. Não seria surpresa a visão negativa que esse teórico tinha sobre os negros. Assim, na historiografia brasileira, a apropriação das concepções raciológicas surgidas no século XIX foi projetada para se explicar os séculos anteriores.²¹ De certa forma, isso tem causado uma falsa impressão de que os negros na América Portuguesa eram os únicos prejudicados racialmente desde o início da colonização em função da ideia de cor, raça e da própria mestiçagem.²² Essa concepção tem sido abordada pelos críticos das mestiçagens e negam a própria dimensão social das mesclas praticada pela população independente das políticas de Estado ou mesmo daquela teoria racial construída no século XIX que elencava na escala classificatória o branco como superior e o negro como inferior.

O fenômeno das mesclas entre indivíduos de qualidade, origens e cores diferentes não ocorreu exclusivamente no Brasil do século XIX, com a entrada de milhares de imigrantes africanos e, posteriormente, de europeus e asiáticos. A clara intenção de não dar cidadania a população, de branquear e de minimizar os impactos da população negra e mestiça de cor na formação do Brasil ocorreu a partir de 1850 e foi uma política específica das elites do final deste século, que apropriaram de uma prática social existente há séculos para justificar a política eugênica e migratória adotada pelo Estado brasileiro.

Também é necessário pensar que, embora a política migratória fosse efetivada de fato sob a perspectiva de se buscar um futuro alvo e “civilizado” para o Brasil,²³ ela operou com dinâmicas que fugiram a lógica de Estado no dia-a-dia da população. Além dos escravos africanos, os imigrantes que vieram para o Brasil não tiveram vida fácil e foram igualmente prejudicados pela elite conservadora brasileira. Principalmente, pela inexistência de leis trabalhistas capazes de regulamentar os trabalhos nos campos e nas cidades de europeus de asiáticos, de africanos e todos os descendentes desses grupos populacionais.²⁴ Os italianos, os alemães, os japoneses, os chineses, os espanhóis e as novas levas de imigrantes portugueses que vieram para o Brasil imperial após 1850 criaram novas lógicas e dinâmicas culturais de mestiçagens, tornando-se assim esse universo populacional e familiar brasileiro ainda mais complexo e matizado.

Talvez a representação iconográfica síntese do processo de branqueamento e da família pensados pelas elites oitocentistas, seja o quadro *A redenção de Cã* do espanhol Modesto Brocos Y Gomes, pintado em 1895. Nessa obra, o autor busca na passagem bíblica sobre Cã fazer interpretação da mestiçagem familiar e da própria jovem nação brasileira. Segundo consta o texto bíblico, Cã, Sem e Jafé, filhos de Noé, desceram da Arca para povoar a terra. Cã encontrou o seu pai embriagado e despido depois de um dia de trabalho no vinhedo. Assim, por ver a nudez de seu pai e o varonil instrumento do pecado, Cã foi amaldiçoado por ele e feito escravo de seus irmãos Sem e Jafé.²⁵ A maldição pesou sobre todos os descendentes de Cã que passaram a ser sempre tratados como raça inferior sujeita aos semitas e jafetitas. Para justificar a escravidão, vários cronistas dos séculos XVI, XVII e XVIII, por analogia, associaram essa passagem bíblica ao cativo dos negros africanos.²⁶ Em 1526, o cronista Juan León descrevendo a África, talvez tenha sido um dos primeiros a associar essa passagem bíblica ao cativo dos africanos. Convertido à fé cristã, esse granadino habitou a Espanha no tempo da reconquista e sobre a origem dos africanos, relatou:

²⁰GOBINEAU, The Inequality of Human Races; O livro pode ser lido online no link: www.archive.org/details/inequalityofhuma00gobi Acesso: 10/09/2012.

²¹Nas décadas finais do século XIX até meados do século XX vários estudos fizeram a leitura sobre a miscigenação e a mestiçagem no Brasil colonial e imperial tendo com foco o viés raciológico. Entre esses estudos clássicos podemos citar: VIANNA, Populações meridionais do Brasil, 1918; ROMERO, História da literatura brasileira, 1888; RODRIGUES, Os mestiços brasileiros, In Brasil medico, 1890; _____, As raças humanas e a responsabilidade penal no Brasil; _____, Os africanos no Brasil; RAMOS, O Negro Brasileiro: etnografia religiosa e psicanálise;

²²Para se entender a ideia de mestiçagem relacionada com a concepção de darwinismo social e raça entre os séculos XIX e XX, ver: SCHWARTZ, O Espetáculo das Raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil 1870 – 1930; LIMA, Cores, marcas e falas: sentidos da mestiçagem no Império do Brasil;

²³SAYAD, A imigração ou os paradoxos da alteridade;

²⁴OLIVEIRA, O Brasil dos Imigrantes;

²⁵Sobre o relato da história de Cã ver: Bíblia Sagrada, Genese 9.25.

²⁶Entre os vários estudos sobre a escravidão atlântica que faz referência a essa passagem, ver: DEL PRIORE & VENÂNCIO, Ancestrais: uma introdução à história da África Atlântica, p. 59-63;

“Esto debe entenderse tan solo por lo que atañe al origen de los africanos blancos, es decir, los que habitan la Barbería y la Numidia. Por lo que toca a los verdaderos africanos de la Tierra de Negros, todos dependen em **su origen de Cus, hijo de Cam, que fue hijo de Noé**. Así, sea cual sea **la diferencia entre los africanos blancos y los negros, todos ellos proceden, a la larga, casi de igual origen.**”²⁷

Para Juan Leon a origem do povo africano derivava-se da geração descendente de Noé, especificamente daquele filho amaldiçoado por ele. Cus, neto de Noé e filho de Cã deram origem aos africanos brancos e aos africanos da terra dos negros cuja diferença, pautada na qualidade, ficou oculta aos valores religiosos da época e que Leon não se pré dispôs a explicar.

Voltando a obra de Brocos, ele transfere a história bíblica de Cã para a realidade oitocentista, carregada de valores próprios ao etnocentrismo europeu do século XIX. De forma evidente, a moralização cristã da família é representada por ele, consciente ou inconscientemente, na alegoria. A sagrada família pode ser percebida por uma Sant'Ana negra dando as boas vindas ao menino Jesus branco, de ar vitoriano e que está no colo de uma virgem mulata, ao lado de São José que lega para a sua descendência a qualidade de ser branco.²⁸



Modesto Brocos: A redenção de Cã, 1895.

Olho sobre tela, 199 X 166 cm. Rio de Janeiro, Museu Nacional de Belas Artes

Seguindo a análise sugerida por Eduardo França Paiva da alegoria acima, a redenção de Cã retrata as três gerações de uma mesma família, sendo a matriarca representada pela Avó negra, descendente direta dos africanos que levanta a mão para o céu, agradecendo o nascimento da criança branca, sua neta. No centro da composição e, sugerindo um processo de branqueamento, a mulata carrega no colo a sua prole que é apresentada à sua mãe negra e observada pelo pai, um mestiço ou imigrante europeu. A criança, branqueada em relação aos seus ascendentes de cor, faz um V, da vitória e da benção como se estivesse redimida da origem degradada de sua avó e de sua mãe. Nota-se, a imagem triunfante da criança a partir da influência da procedência branca de seu ascendente masculino. Aliás, em segundo plano, o pai observa orgulhosamente a sua descendência afirmando os valores da família nuclear em contraposição a família de base matriarcal que seria marcada pela sogra degenerada pela sua cor. Essas interpretações envolvem divergências entre os padrões de normas envolvendo o olhar sobre o poder patriarcal e matriarcal. Talvez por isso fosse a iconografia associada à imagem da virgem que remete a purificação. A alegoria retrata a mestiçagem como um milagre do branqueamento da população a partir do triunfo de um quadro específico de miscigenação biológica e cultural.

²⁷AFRICANO, Descripción general del África y de las cosas peregrinas que allí hay, p.93-94;

²⁸Para análise comparativa desta alegoria utilizando a idéia de sagrada família ver: PAIVA, História & Imagens, p.65-70.

Nessa mesma ótica da raça superior pensada como cor, segue a mestiçagem dirigida pelo sujeito branco que, como num passe de mágica, purifica negros e mulatos, branqueando-os e legando modos e civilidade, o que acaba sendo reafirmado pela ideologia do processo eugênico como a solução para o problema nacional de uma população inculta, incivilizada negra e mestiça.

As matrizes historiográficas que, posteriormente criticaram as mestiçagens, surgiram no pós-segunda guerra mundial, período no qual era preciso acabar com o mito do arianismo alemão. Não seria surpresa que uma série de políticas voltadas para a reparação de judeus e negros fossem implementadas. Nessa ótica, a mestiçagem pensada pelo viés raciológico de branqueamento da população e de melhoramento genético pelo processo eugênico, como proposto pelas elites mundializadas dos séculos XIX, foi duramente criticada e, até mesmo associada como a gênese do nazi-facismo anti-semita.

Todavia, um movimento processual tem demonstrado que as mestiçagens ocorreram de forma bem dinâmica, às vezes justapondo lógicas diferentes e contraditórias entre os interesses da população colonial e do Estado e suas elites. Essa relação tem revelado as disputas pelo poder, expondo assim as vias conflitantes no meio social, envolvendo o Estado e a família na sociedade colonial, imperial e contemporânea.²⁹

Por uma separação entre a noção de raça e de mestiçagem.

Ainda na década de 30 do século XX, um dos primeiros estudiosos a indicar uma separação entre raça e mestiçagem foi Gilberto Freyre. Ao relacionar a noção de mestiçagem ao aspecto das trocas culturais entre índios, africanos e portugueses, ele matizou a influencia da teoria racial em voga naquele período. Freyre valorizava a miscigenação e a mestiçagem na perspectiva da alteridade entre as culturas, o que acabava por relativizar a idéia de raça superior e inferior.³⁰ Todavia, o problema foi como o conceito de raça passou a ser utilizado pelos estudiosos do século XIX e XX.

O próprio conceito de raça, difundido anteriormente ao século XIX, está intimamente ligado à pureza de sangue, amparada em conotação genealógica de base religiosa.³¹ Isto que dizer que as leis e os estatutos sobre a pureza de sangue que vigoravam entre os ibéricos, a partir dos séculos XV ao XVIII, designavam as pessoas que, em sua genealogia, não apresentavam limpo nascimento em relação à religião cristã. Segundo Bluteau, a impureza de sangue era definida pela “infecção de sangue judaico, ou mourisco”³² e não pela cor, embora muitos mouros fossem amulados e muitos islâmicos e “gentílicos” fossem negros.

As Coroas Portuguesa e Espanhola utilizaram-se da concepção religiosa cristã católica para unificar as suas nações. Foi justamente a ideia de cruzada, marcada pela fé católica e as disputas religiosas com os muçulmanos e judeus que promoveram a aplicação dessas categorias de distinção e desqualificação entre as pessoas. O próprio conceito de raça de judeu e de mouro constituem-se exemplos disso. O início do fenômeno moderno das escravizações também se inicia a partir desta lógica. Milhares de indivíduos passaram a ser escravizados porque professavam concepções religiosas diferentes. Tanto cristãos como muçulmanos de qualquer cor e origem passaram a ser escravizados em função das disputas religiosas, especialmente da cruzada cristã e da Jihad islâmica.³³ A própria existência de milhares de escravos europeus e africanos que possuíam a qualidade de brancos na região do Magreb, na África, ou mesmo na Península Ibérica durante os séculos XVI e XVII, já nos coloca uma constatação problemática. Nem todo africano é negro e nem todo escravo é africano como se pensou para esse período. Isso para não falar das próprias elites negras e mestiças que dominavam o comércio de escravos nas cidades daquele continente ou nas Américas.

²⁹Sobre mestiçagens e hibridismos em relações familiares ver: CERCEAU NETTO, População e mestiçagens: a família entre mulatos, crioulos e mamelucos em Minas Gerais (séculos XVIII e XIX) In: PAIVA, MARTINS & IVO, Escravidão, Mestiçagens, Populações e Identidades Culturais, p. 165-185;

³⁰FREYRE, Casa Grande & senzala: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal;

³¹Para uma recuperação etimológica do vocábulo raça nos séculos XV e XVI, ver: PAIVA, Dar nome ao novo: uma história lexical das Américas portuguesa e espanhola, entre os séculos XVI e XVIII (as dinâmicas de mestiçagem e o mundo do trabalho), p.148-153;

³²BLUTEAU, Vocabulário português & latino, p. 82.

³³PAIVA, Allah e o Novo Mundo: escravos e forros islamizados no universo colonial americano. In: PAIVA, MARTINS & IVO, Escravidão, Mestiçagens, Populações e Identidades Culturais, p. 14 – 40;

Na Europa ibérica, uma multidão de conversos foi surgindo passando a ser denominados pelos católicos como, pagãos, gentílicos, cristãos novos, maranos e mouros. Diversas cidades localizadas no norte da África e na Península Ibérica tinham tradições de tolerância religiosa e, à medida em que as coroas promoveram o processo de reconquista, essas cidades passaram a ser intolerantes com as populações e famílias de tradições religiosas diferentes.³⁴ Não seria surpresa que, no ano de 1415, com a conquista de Ceuta para os portugueses e a queda do Reino de Granada para os espanhóis fossem, os marcos expansionistas das disputas envolvendo a reconquista da Península Ibérica.

No próprio dicionário de Bluteau de 1728 esta lógica religiosa influenciava o conceito de raça aplicado para caracterizar as pessoas. Assim raça era definida como:

Raça. Casta. Diz-se das espécies de alguns animais, como cavallos, cães, &c. **Querem que Raça se derive de Radix, em Portuguez Raiz, Genus, eris. Neut. Vid. Casta.** (Onde no tempo de agora ha gentil, raça de cavallos. Mon. Lufir. Tom.I. na Geograph. No fim pag 3 col.1) (he certo, que a generosa Raça dos cavalos. Cunha, Hist. Dos Bisbos de Lisboa, part. I. pag. 5. col. I).

Raça. Falando em gerações, se toma sempre em má parte. Ter Raça (tem mais nada) vai o mesmo, que ter Raça de Mouro, ou Judeo. (Procuraricha, que os servidores da Misericórdia não tenham Raça. Compromisso da Misericórdia, pag 26 vers.)

Raça. (Termo de Alveytar.) Certa abertura no pé do Cavallo, quase semelhante a outra, a que chamão Quarto. As raças, que são atravessadas, são de cuydado. A raça do pé se remedeia só com o cortar do casco. Não sey, que tenha palavra própria Latina. (Ficão sugeytos a enfermidades, & descomposturas dos cascos, principalmente a Quartos. Raças. Inc. Galvão. Trat. Da Alveytar. Pag. 566.).³⁵

Na concepção de Bluteau, a conotação de raça associa-se, primeiro, ao mundo da natureza e dos animais. O próprio conceito passa a ser aplicado para as pessoas com conotação degenerativa a partir da ascendência religiosa. Assim, falando em gerações, a designação de raça excluía, na verdade, os indivíduos que não eram cristãos, ou aqueles que tinham ascendência de religiosidade questionável. Por isso, para os portugueses, esses indivíduos apresentavam restrições para assumir cargos dentro da administração.

Também na definição de Bluteau, a significação de raça era sinônima de casta e se apresentava como uma variação da raiz latina *genus* que designava a própria ideia de geração. Daí a concepção de “raça infecta” ou “infecta nação” estar relacionado à exclusão de judeus, mouros, mulatos e outras “raças infectas” até o quarto grau de parentesco. A degenerescência operava nas mesclas envolvendo indivíduos e seus parentes que praticavam credos religiosos diferentes. Aqueles considerados pela igreja como ateus, agnósticos, gentílicos ou mesmo pagãos que cultuavam divindades diferentes eram considerados impuros, portanto de raça infecta.

Talvez os documentos mais elucidativos sobre a própria concepção de raça relacionada à limpeza de sangue nesse período sejam os processos de habilitação para o sacerdócio denominados *genere et moribus*. Nesses registros, os suplicantes declaravam serem pessoas limpas de geração, sem nunca nela se achar “raça de mouro ou judeu ou outra má casta ou seita ou outra infestação.”³⁶ Associa-se a isso aos mulatos e aos mamelucos americanos, frutos da mestiçagem com os portugueses. Para esses

³⁴SCHWARTZ, Cada um na sua lei: Tolerância religiosa e salvação no mundo atlântico ibérico; BOXER, A Igreja e a Expansão Ibérica (1440-1770);

³⁵BLUTEAU, Vocabulário portuguez & latino, p. 48.

³⁶Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia (1853), feytas, e ordenadas pelo... Senhor d. Sebastião Monteyro da Vide... propostas, e aceytas em o Synodo Diocesano, que o dito Senhor celebrou em 12 de junho de 1707. São Paulo: Typographia 2 de Dezembro. Livro I, Título L, parágrafo 211.

mestiços oriundos da América era preciso averiguar o comportamento conforme as leis da igreja, ou seja, sem o “gentilismo” e o “paganismo” atribuído a eles. Assim todos deveriam ser conhecidos por cristãos velhos, sem raça nem mácula que pudesse colocar em dúvida a religiosidade cristã daqueles que pretendiam assumir cargos estratégicos na administração civil ou religiosa.

Outras definições também remetiam ao universo religioso de disputa. A própria expressão de gentio, atribuída por Bluteau, remete-nos à concepção de *genus*, portanto, também de raça e casta associada à própria questão religiosa dos que eram naturalmente impuros em relação aos que professavam credos diferentes dos judeus e dos cristãos, como podemos perceber na definição abaixo

Gentio. Deriva-se do latim Genus, que segundo a etymologia do Orador Franto, vai o mesmo, que *Populus genitus*, mas como nem todo o Povo gerado he o mesmo, por esta palavra Gentio, entendem os Christãos a **Gente, que fica na mesma forma, que foi gerada e assim não foi circuncidada, como tão os Judeos, nem he batizada, como são os Christãos, mas permanecendo In puris naturalibus**, está como sahio do ventre da may, e não conhece, nem cousa alg.³⁷

Os dicionários da época moderna não associam o conceito de raça diretamente à cor, mas sim à mistura de sangue a valores culturais, principalmente os religiosos. Um bom exemplo seria o próprio dicionário de Bluteau que compreende compilações de vários outros vocabulários, anteriores a ele. A própria aplicação do conceito de raça aos judeus sofreu modificações no tempo em virtude da chegada do Messias. A raça boa ou a boa nação foi associada aos judeus no tempo de Moisés, portanto antes da chegada de Jesus Cristo. Indiretamente, por meio da definição de outros conceitos, que estão conectados entre si, isso acaba ficando evidente como na definição do verbo *nação*, aplicado deliberadamente em razão da questão religiosa. Os judeus, por exemplo, são os povos que congregam a boa e a má nação, como na própria significação abaixo:

Nação. Vid. Tomo 5. do Vocab. **Homem de Nação, em Portugal vai o mesmo que Christão Novo, ou Hebreo.** Entre varias razoens, que se podem dar deste nome à Nação Hebraea, huma das principaes he que nos tempos **antigos foi tão singularmente favorecida de Deos, que justamente se podia preferir a todas as naçoens, e pó isso lhe chamou Moysés, como por Antonomásia, Gente, ou Nação grande, Gens magna, nec est alia Natio, tam Grandis**, que habeat Deos appropinquantes sibi, ficut Deus noster adest cunhtis obsecrationibus nostris. Deuteron.4. Grandeza de Nação, que porém só se deve entender até a vinda de Christãos, que antigamente aos Hebreos no Tabernaculo, e na Arca do testamento, se comunica Deos na sacramento, onde realmente, e essencialmente está com nosco, não algum Anjo, mas JESU Christo, verdadeiro Deos, e verdadeiro homem, e assim preseidindo da christandade, certamente se póde a nação Hebraea chamar a Nação Grande, e por Antonomásia Nação, e deste titulo se pode gloriar qualquer Hebreo: mas como toda a hyperbole tem seu diminutivo, também se deve a Nação Hebraea **chamar Nação, antonomasticamente miserável, desgraçada, e mosina.** E assim todo o **Judeo he duas vezes homem de nação, homem de nação illustre, e homem de nação, tão deslustrada, que sem Rey, e sem Pontífice, de todas as nações he despresada, e aborrecida [...].**³⁸

³⁷BLUTEAU, Vocabulário português & latino, p. 455.

³⁸BLUTEAU, Vocabulário português & latino, p. 66.

No termo, homem de nação, imputada por Bluteau, o verbete compreende o mesmo que cristão novo ou hebreu. Na explicação do dicionarista isso se devia em virtude da preferência do povo judeu no tempo de Moisés. Após a chegada de Jesus Cristo, entretanto, os judeus passam a ser a má nação, má raça ou a má casta em virtude do novo Messias.

Assim, a pureza passou a operar no discurso. A boa casta seria formada pelos cristãos velhos, livre de máculas e impedimentos. Oráculo dos valores religiosos cristãos, o indivíduo deveria comprovar até o seu quarto grau que não apresentava mácula de sangue que pudesse colocar em risco o cristianismo. Assim, ele e sua descendência gozariam de uma suposta “pureza” e se tornariam cristãos purificados de mácula, comprovando a sua origem a partir dos ascendentes paternos e maternos.

A cultura ocidental, marcada pelo sistema do padroado, o Rei, pelo seu caráter, divino também tinha o poder de perdoar o defeito do mulatismo. A qualidade de branco poderia perfeitamente ser reivindicada por um indivíduo que, em outro tempo, se considerasse mulato. Nessa mesma ótica, uma pessoa que, aparentemente, tivesse uma pigmentação de pele branca poderia lhe ser atribuída a qualidade de mulato ou de “raça infecta” devido a sua origem religiosa, por exemplo.

Na América portuguesa, talvez uma das passagens mais significativas que não relaciona diretamente o termo mulato e branco de cor seja a de Henry Koster.³⁹ Pois, esse inglês, por volta de 1809, havia conhecido um capitão mor que não tinha a pigmentação de pele branca. Indagando a um empregado se o tal capitão mor seria mulato, o mesmo lhe respondeu que em outro tempo o capitão “era, porém já não o é” mais. Koster ainda espantado com a resposta do empregado, perguntou: Como seria possível? Recebeu uma resposta que até a constituição de 1824 é bem significativa para o nosso argumento. “Pois, Senhor, capitão mor pode lá ser mulato?”⁴⁰ Certamente, esse capitão mor engrossando a fileira de milhares de funcionários administrativos mestiços da Coroa portuguesa já transportada para América, foi dispensado do defeito da mulatise e provavelmente lançou mão da ascendência portuguesa de seu pai para se tornar homem de qualidade branca, mesmo não tendo igualmente esta tez de pele.

Vale lembrar, que, em algum momento do século XIX, as ideias raciológicas passam a operar entre as elites brasileiras que apropriam-se de uma realidade social de miscigenação vivamente praticada pela população. Todavia, tais concepções só passam a ter algum significado refletido na sociedade brasileira quando as disposições de mancha de sangue deixam de existir constitucionalmente no período pós-independência brasileira. Afinal, nesse momento, é possível pensar que outras distinções sociais, ou mesmo as antigas passaram a operar com outros significados, como o de cor, por exemplo, passaram a ter importância decisiva na qualificação das pessoas, como na ideia representada no quadro *A redenção de Cã*.

Considerações Finais

De fato, reduzir a definição de mestiçagem às visões raciais do século XIX é minimizar a sua complexidade de sentidos e formas. Isso também leva a outro problema no qual seus críticos não atentaram, qual seja: a mitificação de um conceito a partir de um único olhar, negando assim o desenvolvimento processual dos sentidos históricos nas suas diversas temporalidades.

Como bem nos lembrou Thompson, quando se introduz a temporalidade na definição de um conceito, o que se percebe é que dentro do desenvolvimento temporal o conceito se modifica. Neste sentido, a ideia de mestiçagem está mais relacionada a

³⁹Dentre os muitos estudos que citam a passagem Henry Koster em outra perspectiva ver: GUEDES, Egressos do cativo: trabalho, família, aliança e mobilidade social, p.93-94;

⁴⁰KOSTER, Viagens ao Nordeste do Brasil (1816), p. 598.

uma noção. Pois segundo esse autor, a ideia de noção engloba o movimento temporal e a lógica processual do termo, o que permite uma elasticidade maior ao conceito em sua definição atemporal.⁴¹ Desse modo, a noção de mestiçagem funciona como paradigma de época, comportando diversas abordagens que não implicam, necessariamente, numa única visão ou interpretação. Diante disso, os temas das mestiçagens têm constituído um campo de análise polissêmico que tem valorizado a diversidade e renovado discussões, assim como superado visões reducionistas para além da dicotomia dos indivíduos de cor branca e preta e das suas supostas “raças puras”.

De forma geral, no mundo colonial ibérico, homens e mulheres clivados de distinções sociais, fossem eles brancos, pretos, crioulos e/ou mestiços, escravos, libertos ou livres, usaram de seus conhecimentos ancestrais ou mesmo dos recém adquiridos para gerar novas experiências.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.

AFRICANO, Juan León. **Descripción general del África y de las cosas peregrinas que allí hay**. Granada: Fundación El Legado Andalusi, 2004. Texto compilado da obra de 1526.

BERNAND, Carmen e GRUZINSKI, Serge. **História do Novo Mundo: Da descoberta à Conquista, uma experiência européia, 1492-1550**. (Trad.:Cristina Murachco.) São Paulo: Edusp, 2001.

_____. **História do Novo Mundo 2: As mestiçagens(1550-1640)**. (Trad.:Cristina Murachco.) São Paulo: Edusp, 2006.

BLUTEAU, Raphael. **Vocabulário português & latino**. Coimbra: Colégio das Artes da Companhia de Jesus, 1712.

BOXER, Charles R.. **Relações raciais no império colonial português (1415-1825)**. Rio de Janeiro: Edições Tempo brasileiros, 1967.

CERCEAU NETTO, Rangel. **Um em casa de outro. Concubinato, família e mestiçagem na Comarca do Rio das Velhas (1720-1780)**. São Paulo/Belo Horizonte: Annablume/PPGH/UFGM, 2008;

CERCEAU NETTO, Rangel. População e mestiçagens: a família entre mulatos, crioulos e mamelucos em Minas Gerais – séculos XVIII e XIX. In: PAIVA, Eduardo França, IVO, Isnara Pereira e MARTINS, Ilton Cesar (Orgs.). **Escravidão, mestiçagens, populações e identidades culturais**. São Paulo: Annablume; Belo Horizonte: PPGH/UFGM; Vitória da Conquista: Ed.UESB, 2010.

CERCEAU NETTO, Rangel. Theresa Teyxeyra de Souza: Uma africana na América Setecentista. *Politéia* (UESB), v. 10, p. 203/2236-8094-220, 2011.

NETTO, Rangel Cerceau. Famílias Mestiças e as representações identitárias: entre as maneiras de viver e as formas de pensar em Minas Gerais, no século XVIII. In: PAIVA, Eduardo França (Org.) ; AMANTINO, M. (Org.) ; IVO, I. P. (Org.). (Org.). **Escravidão e mestiçagens: ambientes, paisagens e espaços**. 1ed.São Paulo: Annablume, 2011, v. V.1, p. 1-177.

NETTO, Rangel Cerceau. Histórias mestizas en el Tucumán colonial y las pampas, siglos XVII-XIX. *VARIA HISTÓRIA* (UFGM. IMPRESSO), v. 27, p. 371-374-374, 2011.

NETTO, Rangel Cerceau. Visões historiográficas: família e concubinato segundo os relatos coloniais.. *REDE-A Revista de Estudos Afro-americanos*, v. 2, p. 28-43-113, 2012.

CERCEAU NETTO, Rangel; Paula Elise Ferreira Soares ; André Mascarenhas Pereira . O saber historiográfico e a Profissão de Historiador entrevista com o Professor Eddy Stols.. *Temporalidades*, v. 2, p. 10/3p10-168, 2010.

DEL PRIORE, Mary e VENÂNCIO, Renato Pinto (Org.). **Ancestrais: uma introdução à história da África Atlântica**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004.

⁴¹THOMPSON, A miséria da teoria ou um planetário de erros, p. 153.

FREYRE, Gilberto. **Casa Grande & Senzala; formação da família sob o Regime de Economia Patriarcal**. Rio de Janeiro: José Olympio, 2001.

GUEDES, Roberto. **Egressos do cativo: trabalho, família, aliança e mobilidade social (Porto Feliz, São Paulo, c.1798-c.1850)**. Rio de Janeiro: Mauad X: FAPERJ, 2008.

GRUZINSKI, Serge. **O Pensamento Mestiço**. Trad.: Rosa Freire d'Aguiar. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

_____. **A Colonização do Imaginário**. Trad. Beatriz Perrone-Moisés. São Paulo : Companhia das Letras, 2003.

_____. **Les quatre parties du monde; Histoire d'une mondialisation**. Paris: Éditions de la Martinière, 2004.

GOBINEAU, **The Inequality of Human Races**. London: William Heinemann, 1915. O livro pode ser lido online no link: <http://www.archive.org/details/inequalityofhuma00gobi> Acesso em: 10/09/2012.

Gottfried Heinrich Handelmann. **História do Brasil**. Belo Horizonte: Itatiaia/ São Paulo: EDUSP, 1982

HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Visão do paraíso: os motivos edênicos no descobrimento e colonização do Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1959.

IVO, Isnara Pereira. **Homens de Caminho: trânsitos, comércio e cores nos sertões da América portuguesa – Século XVIII**. Vitória da Conquista : Edições UESB, 2012.

KOSTER, Henry. **Viagens ao Nordeste do Brasil (1816)**. Recife: Massagana, 2002, v.2.

LIMA, Ivana Stolze. **Cores, marcas e falas: sentido da mestiçagem no Império do Brasil**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2001.

MUNANGA, Kabengele. **Rediscutindo a mestiçagem no Brasil: identidade nacional versus identidade negra**. Belo Horizonte: Autêntica, 2004;

OLIVEIRA, Lucia Maria Lippi. **O Brasil dos Imigrantes**. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.

PAIVA, Eduardo França. **História & Imagens**. Belo Horizonte: Autêntica, 2002.

_____. (org.). **Brasil – Portugal. Sociedades, culturas e formas de governar no mundo português (Séculos XVI-XVIII)**. São Paulo: Annablume, 2006.

_____. Allah e o Novo Mundo: escravos e forros islamizados no universo colonial americano. In: PAIVA, Eduardo França, MARTINS, Ilton Cesar & IVO, Isnara Pereira. (orgs.) **Escravidão e Mestiçagens, Populações e Identidades Culturais**. São Paulo: Annablume; Belo Horizonte: PPGH/UFGM; Vitória da Conquista: Ed.UESB, 2010.

_____. ; CERCEAU NETTO, Rangel . Uma mamaluca poderosa entre Itú e Pitangui no início do século XVIII. In: Leandro Catão. (Org).. (Org.). Pitangui Colonial: história e memória.. 1ed.Belo Horizonte: Crisálida, 2011, v. 1, p. 1-154.

_____. **Dar nome ao novo: uma história lexical das Américas portuguesa e espanhola, entre os séculos XVI e XVIII (as dinâmicas de mestiçagem e o mundo do trabalho)**. Tese de professor titular apresentado na UFGM. Belo Horizonte: 2012.

RAMOS, Arthur. **Introdução à Antropologia brasileira**. Rio de Janeiro: Editora da Casa do Estudante do Brasil, 1947.

_____. **O Negro Brasileiro: etnografia religiosa**. São Paulo: Cia Editora Nacional, 1951.

ROMERO, Silvio. **História da literatura brasileira**. Rio de Janeiro: Jose Olympio Imago, (1ed.1888), 1949.

RODRIGUES, Raimundo Nina. “Os mestiços brasileiros”. In: **Brasil médico**. Rio de Janeiro, 1890.

_____. **As raças humanas e a responsabilidade penal no Brasil**. Bahia: Progresso, (1ed.1933),1957.

_____. **Os africanos no Brasil**. São Paulo: Nacional, (1ed.1933) 1988.

SAYAD, Abdelmalek. **A imigração ou os paradoxos da auteridade**. São Paulo: Edusp, 1998.

SCHWARTZ, Lilia Moritz. **O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil, 1870-1930**. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

SCHWARTZ, Stuart B. **Cada um na sua lei: Tolerância religiosa e salvação no mundo atlântico ibérico**. Trad.: Denise Bottman. São Paulo: Cia das Letras, 2009.

⁴² THOMPSON, Edward P. **A miséria da teoria ou um planetário de erros uma critica ao pensamento de Althusser**. Trad.: Wal-tensir Dutra. Rio de Janeiro: zahar, 2009.

VIDE, Sebastião Monteyro da. **Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia (1853), feytas, e ordenadas pelo Senhor das propostas, e aceytas em o Synodo Diocesano, que o dito Senhor celebrou em 12 de junho de 1707**. São Paulo: Typographia 2 de Dezembro.

VIANA, Larissa. **O idioma da mestiçagem: as irmandades de pardos na América Portuguesa**. Campinas: Editora da Unicamp, 2007.

VIANNA, Oliveira. **Populações Meridionais do Brasil**. Belo Horizonte: Itatiaia; Niterói: Editora da Universidade Federal Fluminense, (1ed.1918), 1987.

SERVIÇO SOCIAL, MEDIDAS SOCIOEDUCATIVAS E O ADOLESCENTE INFRATOR NO LIBERDADE ASSISTIDA

 <http://eoi.citefactor.org/10.11248/ehum.v6i1.917>

Cristiano Costa Carvalho

Professor do PPG em Gestão Social, Educação e Desenvolvimento Local da UNA
cristiano.carvalho@prof.una.br

 <https://orcid.org/0000-0002-5857-1717>

Recebido: 10/12/2012 Aceito: 05/04/2013

RESUMO: A temática dos adolescentes em conflito com a Lei é uma questão que merece uma atenção especial, pois é significativa ao longo da trajetória pela conquista da mudança de paradigma na legislação em relação ao enfrentamento desta expressão da questão social, e porque mesmo diante desta mudança, as medidas em meio aberto são as que têm sido menos aplicadas. Deste modo, esta pesquisa permitiu conhecer e problematizar a atuação do profissional de Serviço Social dentro da política de atendimento aos adolescentes em conflito com a Lei e em destaque a medida socioeducativa no programa de Liberdade Assistida, devido a sua característica educativa que preserva o convívio social, familiar e comunitária. O processo de preparação desta pesquisa consistiu em entrevistas semi-estruturadas, estudos bibliográficos, documentais, e acervos digitais. Foi analisado o potencial da atuação profissional em consonância com as diretrizes previstas pelo Estatuto da Criança e do Adolescente, Lei que garante aos mesmos um atendimento especial, e reconhece que são sujeitos em processo de formação.

Palavras-chave: adolescentes, ato infracional, medidas socioeducativas

ABSTRACT: The topic of minors in conflict with the Law is an issue that deserves special attention due to its representativeness in the course of attaining a paradigm shift in the legislation related to this social matter, and because even before this change takes place, it is the open regime measures that have been less applied. This research has therefore helped identify and discuss the role of the Social Worker in the assistance policy for juveniles in conflict with the Law, highlighting the socio-educational measure of the probation program “Liberdade Assistida”, which, due to its educational nature, preserves the social, family and community life. The process of preparing this research consisted of semi-structured interviews, bibliographical and documentary studies, and di-

1 - INTRODUÇÃO

O Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) traz uma nova perspectiva, onde o adolescente deixa de ser tratado como um menor infrator e se torna um sujeito de direito. No artigo 98 do ECA fala que “a proteção à criança e ao adolescente são aplicáveis sempre que os direitos reconhecidos nesta lei forem ameaçados ou violados.” (ECA, 1990).

O ECA se tornou um instrumento jurídico e nele estão dispostas as medidas socioeducativas. A Liberdade Assistida será trabalhada nesta pesquisa, e tem como característica dar a oportunidade do adolescente conviver com a família e socialmente, na tentativa de uma inclusão na sociedade e evitar a reincidência desse indivíduo.

Mesmo com a identificação desses benefícios, o Liberdade Assistida, em 2011, foi uma das medidas menos aplicada em Belo Horizonte, segundo o Centros Integrados de Atendimento ao Adolescente - CIA/BH, de 6.887 audiências preliminares, somente 581 processos, correspondente a 8,4 % deste total, foram deferidas por Liberdade Assistida. (SILVA et.al, 2012)

Em função dos resultados apresentados, achou-se necessário dedicar uma pesquisa para apresentar o programa do Liberdade Assistida e suas práticas e analisar a intervenção do Assistente Social, neste programa. A escolha da medida Liberdade Assistida se deve ao fato de que garante ao adolescente o direito ao convívio familiar, comunitário, cumprindo a medida em liberdade (RIBEIRO et al., 2008).

A pergunta de partida que impulsionou a realização deste trabalho foi: “Qual a contribuição do assistente social para que o adolescente em conflito com a Lei supere as condições objetivas que o levou a cometer o ato infracional e qual o potencial desta medida?”.

O objetivo geral da pesquisa é verificar a contribuição do assistente social no processo de construção da emancipação social dos adolescentes em conflito com a Lei. E os específicos: buscar identificar os principais desafios do assistente social; analisar como a prática do assistente social entra em consonância com o projeto ético-político da profissão; verificar como a medida é aplicada na região metropolitana de Belo Horizonte.

A metodologia adotada foi pesquisa qualitativa. Além disso, utilizamos reportagens publicadas, bibliografias e materiais disponibilizados sobre a medida. Foram realizadas duas entrevistas semi-estruturadas¹, uma com assistente social que executou a medida em Vespasiano, na ONG Instituto Adolescer, com o intuito de conhecer sua execução na região metropolitana, identificada como Entrevistada 1 e outra com a pesquisadora de medidas socioeducativas, identificada como Entrevistada 2.

Por meio dessa pesquisa buscou-se entender a atuação do assistente social na para a emancipação social do adolescente em conflito com a Lei.

2 - ADOLESCENTE EM CONFLITO COM A LEI: EXPRESSÕES DA QUESTÃO SOCIAL

As primeiras leis e instituições que foram destinadas às crianças e adolescentes surgiram no final do século XIX e início do século XX. Nesse período, as crianças e adolescentes que eram abandonados eram rotulados como “menores” infratores, era vista como questão de polícia. Neste sentido, o Estado achava necessário fazer o controle sobre essas crianças e adolescentes e por isso as novas leis desse período davam o poder aos juízes de intervir nas famílias e determinar os destinos destas pessoas (FROTA, 2008). Em 1911, no Primeiro Congresso Internacional de Tribunais de Menores, em que se discutiu a atuação dos juízes para com as crianças e adolescentes onde a ideia era atribuir um caráter familiar à Justiça de menores.

No Brasil, a implantação dos tribunais de menores aconteceu em 1923. O primeiro Código de Menor Mello Mattos foi criado em 1927, se baseava na “situação irregular”, ou seja, de abandono moral ou material dos menores de 18 anos. Os menores que agiam contrários à moral e aos bons costumes eram tratados como delinquentes e encaminhados a prisões-escola (reformatórios). Na ausência dessas prisões-escola, os menores eram encaminhados a um anexo dentro de penitenciárias adultas; ou seja, cabia, naquela época, aos desajustados da sociedade, um tratamento excludente, sem nenhuma garantia de direitos. No caso destes adolescentes, eles eram retirados do convívio social como forma de se realizar um controle social.

Só em 1959, com a Declaração Universal dos Direitos da Criança, é que se concedem direitos à criança e ao adolescente. Após esta declaração, há alterações nos Códigos de Menores, que passa a ser regulamentado por dois documentos legais: Política do Bem-Estar do Menor (PNBEM) e o Código de Menores. O Código de Menores de 1979 não se afastou da linha do domínio do Código anterior, de modo que as crianças

¹Para Triviños (1987, p. 146) a entrevista semi-estruturada tem como característica questionamentos básicos que são apoiados em teorias e hipóteses que se relacionam ao tema da pesquisa. Os questionamentos dariam frutos a novas hipóteses surgidas a partir das respostas dos informantes. O foco principal seria colocado pelo investigador-entrevistador. Complementa o autor, afirmando que a entrevista semi-estruturada “[...] favorece não só a descrição dos fenômenos sociais, mas também sua explicação e a compreensão de sua totalidade [...]” além de manter a presença consciente e atuante do pesquisador no processo de coleta de informações (TRIVIÑOS, 1987, p. 152).

e adolescentes não eram considerados sujeitos de direitos, pelo contrário, eram vistos incapazes e obrigados a se submeterem às “medidas”, vistas como apropriadas para sua formação.

Com a Constituição da República do Brasil de 1988, as crianças e os adolescentes ganham a condição de prioridade absoluta, graças aos movimentos da década de 1980, que eram contra as rotulações que faziam aos adolescentes em condição de pobreza e a forma com que os Códigos de Menores, legislações vigentes, tratavam esses indivíduos (SILVEIRA, 2009), além disso, ela inova ao reconhecer e definir as políticas sociais enquanto direito social (POTYARA, 2008). É no campo da assistência social que se encontram as medidas socioeducativas dispostas no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA, 1990).

O ECA criado em 1990, vai tratar da garantia dos direitos sociais como: educação, saúde, convivência familiar e comunitária e lazer para criança e adolescente, bem como as políticas de atendimento: medidas de proteção, medidas socioeducativas e medidas pertinentes aos pais e responsáveis. Quando há uma ameaça e violação de direitos das crianças e adolescentes são aplicadas as medidas previstas no ECA, que reforça a ideia de tratamento especial à criança e ao adolescente, no qual os adolescentes em conflito com a Lei estão inclusos (FROTA, 2002). Ele ainda ressalta em seu artigo 4º

É dever da família, da comunidade, da sociedade em geral e do poder público assegurar, com absoluta prioridade, a efetivação dos direitos referentes à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária. (BRASIL, 1990).

Com o ECA, as crianças e adolescentes deixaram o posto de ‘menor em situação irregular’ para se tornarem sujeitos portadores de direitos e deveres, ou seja, passaram a ser cidadãos, devido à nova doutrina adotada: a doutrina de Proteção Integral.

É importante ressaltar que os avanços legais ocorreram em uma conjuntura social, política e econômica adversa e que anda na contramão dos direitos sociais. O Brasil sofre as consequências da reestruturação produtiva e desregulamentação e fragilização do Estado e das políticas sociais, mundialização do capital especulativo. Um período em que segundo Salvador (2010, p. 2):

A financeirização da riqueza implica em pressão sobre a política social, especialmente as instituições da seguridade social, pois aí está o nicho dos produtos financeiros. Com isso, as propostas neoliberais incluem a transferência da proteção social do âmbito do Estado para o mercado, à liberalização financeira passa pela privatização dos benefícios da seguridade social. É no mercado que deve ser comprado o benefício de aposentadoria, o seguro de saúde, que são setores dominantes nos investidores institucionais. Ou seja, benefícios da seguridade social são transformados em mais um “produto” financeiro, alimentando a especulação financeira, tornando as aposentadorias de milhares de trabalhadores refém das crises financeiras internacionais (SALVADOR, 2010).

O autor deixa claro o quadro atual da ação do Estado direcionado pela ideologia neoliberal, e segundo Iamamoto (2008), o que desencadeia o processo de mercantilização e re-filantropização do atendimento das necessidades sociais, no qual o mesmo minimiza sua responsabilidade, através de parcerias com ONGs e empresas privadas, oferecendo somente o básico para a garantia dos mínimos sociais. Neste contexto, o que se percebe é a transferência de responsabilidade que deveria ser assumida pelo Estado para iniciativa privada, políticas minimalistas e focalizadas são implementadas em detrimento de políticas públicas (IAMAMOTO 2008). O fundo público é responsável pelo financiamento de tais políticas, porém dentro da ideologia neoliberal destina-se grande parte desses recursos para o desenvolvimento econômico e para o pagamento dos juros da dívida. A seguridade social formada pelo tripé: saúde, previdência e assistência social, se vê em suas bases de financiamento o sucateamento dos recursos, fragilizando assim os investimentos nas ações, programas e serviços socioassistenciais.

A proteção social especial, em que se encontram as medidas socioeducativas, é a oferta de programas especializados, com vistas à reconstrução de vínculos familiares e comunitários de indivíduos que enfrentam riscos pessoais, sociais e/ou por violação de direitos. Existem dois tipos, a proteção social especial de média

complexidade que organiza os programas e serviços e faz um acompanhamento especializado, individualizado e articulado com a rede, e a proteção de social de alta complexidade, que além de ofertar os programas para reestruturação de vínculos, garante a segurança de indivíduos que tem que se afastar do núcleo família e/ou comunitário temporariamente. O programa de Liberdade Assistida se encontra na proteção de média complexidade e é administrado pelo Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS), pois é obrigação do município ofertar esse tipo de medida.²

3 -LIBERDADE ASSISTIDA: SUAS REALIDADES E CONTRADIÇÕES

A origem do programa Liberdade Assistida vem do código de 1927 (Código Melo Matos) com o nome de Liberdade Vigada que, em 1979, com um novo Código de Menores, mudou sua denominação para Liberdade Assistida, onde se manteve o caráter regulador e punitivo. Porém a única mudança proposta por este novo código, era que os juízes passaram o acompanhamento dos adolescentes, que antes eram exclusivamente de sua responsabilidade, a outras pessoas, que ele designava ou a um serviço especializado. (FERREIRA, 2010).

Segundo Ferreira (2010), somente com a criação do ECA é que ocorrem mudanças efetivas em relação a execução do Liberdade Assistida, estando descrito em seu artigo 119 onde se deve acompanhar, auxiliar e orientar o adolescente reconhecendo-os como sujeitos de direitos livres e em desenvolvimento, no qual precisam de apoio e assistência no exercício da liberdade.

No Brasil, segundo Ribeiro *et al.* (2008), é em 1990, com ECA, que começa o acompanhamento do Liberdade Assistida como uma medida socioeducativa, avançando-se rumo à construção de um novo paradigma que reforça a Doutrina da Proteção Integral prevista na Constituição Federal de 1988. Em 1998, a medida socioeducativa foi implantada como política pública, tendo como princípio norteador o ECA e a doutrina da proteção integral onde se baseia em conceitos jurídicos, filosóficos e sociais devendo funcionar dentro de uma filosofia educacional, que garanta o convívio social e ao mesmo tempo responsabilizar o adolescente pelo ato cometido e ajudá-lo a construir uma nova perspectiva de vida na qual, segundo Ferreira (2010, p. 178) destaca:

O conteúdo da medida de liberdade assistida é fornecido pelo artigo 119 do ECA, ou seja, o orientador deve zelar: a) pela promoção do jovem e de sua família; pela escolarização do adolescente (matricula, frequência, aproveitamento); e por sua profissionalização e inserção no mercado de trabalho (SALVADOR, 2010).

Quando aplicada a medida de Liberdade Assistida, os adolescentes inseridos no programa fazem um acompanhamento semanalmente em sua regional de referência territorial, com um técnico (orientador) que pode ser um psicólogo, sociólogo ou assistente social e por um orientador social voluntário, que é um membro da sociedade que se dispõe a acompanhar o adolescente, sendo esta uma característica específica de Belo Horizonte, o que tem sido um ponto positivo. A intenção deste orientador social voluntário é envolver a comunidade com as questões dos adolescentes e apoiar o Poder Público. Ele tem a função de proporcionar a este adolescente, opções de cultura e lazer, intermediar as relações sociais dos adolescentes e por ser um membro da sociedade buscar compreender a realidade na qual este adolescente está inserido e por

² Disponível em: <http://www.mds.gov.br/falemds/perguntas-frequentes/assistencia-social/pse-protacao-social-especial/pse-institucional/pse-institucional>

isso se torna uma figura ética de referência para esse indivíduo e auxilia na construção da cidadania desses adolescentes e no rompimento com o ato infracional. A atuação junto ao adolescente acontece regularmente numa média de duas horas semanais, o adolescente e seu orientador social são acompanhados pelo mesmo profissional técnico. O orientador social deve mostrar ao adolescente em conflito com a Lei, que há uma nova chance e um novo projeto de vida (RIBEIRO et al., 2010).

Tendo em vista a importância do orientador social, é imprescindível analisar a política, com outras vertentes, para além da assistência, pois segundo a Entrevistada 2, que participou da elaboração do SINASE³ (Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo), não é somente o papel da assistência executar a medida de liberdade assistida. Corroboramos:

[...] o que nós entendemos na época que estávamos elaborando isto daqui (SINASE) é que a área de direitos humanos do Estado é que teria que se responsabilizar pela execução da medida socioeducativa, então se fosse uma secretária, um ministério, mas então dentro da área de direito humanos pode sim entrar assistência, pode entrar educação. Então esse entendimento não diz que é a assistência social [...] (ENTREVISTADA 2, 2012).

E assim fizemos uma análise comparativa para verificar se realmente a execução acontece da forma que deveria. A pesquisa empírica foi feita na Cidade de Vespasiano. Tendo em vista que não tem uma bibliografia que norteie a atuação frente aos adolescentes que cumprem medidas em meio aberto, a não ser o ECA. Traremos a história segundo o relato da Assistente Social que coordenou o Instituto Adolescer, no município, desde o início da sua implantação.

Segundo a Entrevistada 1, o programa Liberdade Assistida teve sua implantação na cidade de Vespasiano em de 2004, com o Poder Judiciário e a ONG Instituto Adolescer, que era a única prestadora do serviço de atendimento ao adolescente com caráter educativo existente na cidade.

O atendimento era feito por uma assistente social e uma psicóloga, que faziam uma intervenção com características educativas, incluindo os adolescentes em projetos como o EJA (Educação de Jovens e Adultos), e suas famílias por meio de encontros com a psicóloga, visando cumprir a proteção prevista no ECA. Segundo a Entrevistada 1, a metodologia usada em Vespasiano para cumprimento do Liberdade Assistida (LA), se construiu com a prática, na medida em que foi surgindo demandas, foram adequando à metodologia. O governo municipal participou deste processo de forma muito lenta, a articulação da assistente social com a política municipal foi acontecendo na medida em que eram demandadas as necessidades, pois a ONG não contava com nenhum suporte governamental no financiamento da execução do programa.

Na execução da medida, a Entrevistada 1 nos relata que o seu primeiro atendimento se deu de maneira imediata, logo após o juiz sentenciar o primeiro adolescente pela medida de Prestação de Serviço a Comunidade (PSC) e depois o Liberdade Assistida. A princípio, não houve um planejamento prévio de ações a serem executadas, somente quando ela pesquisou o ECA, foi que começou a intervir, inicialmente com ações voltadas somente para a questão da proteção, devido ao pouco conhecimento das medidas socioeducativas, pontuando isto como uma das dificuldades do Serviço Social em muitas cidades pequenas.

³SINASE - Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo: Conjunto ordenado de princípios, regras e critérios, de caráter jurídico, político pedagógico, financeiro e administrativo, que envolve desde o processo de apuração de ato infracional até a execução da medida socioeducativa. (SINASE, 2006).

[...] quando a gente começou o PSC, e quando a gente começou o L.A, a gente não tinha experiência, na verdade a gente tá até fazendo essa pesquisa de avaliação agora pra ver realmente que rumo foi esse que a gente teve nesse trabalho da gente. A metodologia foi construída na prática mesmo; primeiro como balizador o ECA, mais assim tanto é que o L.A a gente posterior e a gente não tinha muita prática não, porque aquela ideia do L.A de ter o supervisor aquele acompanhante a gente começou a pensar nessa possibilidade já em 2009 metade de 2010 [...] (ENTREVISTADA 1, 2012).

O Liberdade Assistida, como as outras medidas socioeducativas, tem os princípios norteadores descritos no Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (SINASE), que sistematiza como será feito o atendimento em todo o país. Porém, como foi falado pela Entrevistada 1, não foi isso que aconteceu no município de Vespasiano, pois sua metodologia foi criada com da prática. Este sistema inclui todas as esferas estadual, federal e municipal, defendendo a primazia de proteção integral (SINASE, 2006). O programa Liberdade Assistida, é executado pela esfera municipal, e cabe ao município de Belo Horizonte oferecer condições para viabilizar a medida.

4 - A INTERVENÇÃO DO ASSISTENTE SOCIAL FRENTE AO PROCESSO DE EMANCIPAÇÃO DO ADOLESCENTE EM CONFLITO COM A LEI

O Serviço Social teve em sua criação raízes da filantropia e caridade, vinculadas à Igreja Católica, com práticas conservadoras baseados na ideologia positivista da época, atuava de modo a enquadrar o indivíduo nos padrões de uma sociedade conservadora. Desta forma, a questão da pobreza era vista como problemas de caráter (IAMAMOTO, 2008).

Com a mudança na sua imagem profissional e na forma de intervenção, no qual reconhece-se que a profissão vem da emergência do capitalismo monopolista, o Serviço Social se insere na divisão sócio-técnica do trabalho, ou seja, torna-se uma profissão assalariada. Os assistentes sociais passam a se especializar e buscar novas formas de intervenção no enfrentamento das expressões da questão social se aproximando da teoria marxista (ORTIZ, 2010).

Atualmente a profissão é norteada pelo projeto ético político articulado com o código de ética de 1993, onde a liberdade é o valor central, sendo alguns de seus princípios:

Reconhecimento da liberdade como valor ético central e das demandas políticas a ela inerentes – autonomia, emancipação e plena expansão dos indivíduos sociais; Posicionamento em favor da equidade e justiça social, que assegure universalidade de acesso aos bens e serviços relativos aos programas e políticas sociais, bem como sua gestão democrática (CFESS, 1993 p. 3).

A Entrevistada 1, teve a preocupação em fazer valer o código de ética da profissão, na execução do Liberdade Assistida, quando ela fala da questão ética como parte da formação e do seu exercício na instituição.

Segundo o código de ética da profissão a emancipação social não se desconecta da emancipação humana, essa diretriz é de fundamental importância para os adolescentes em conflito com a Lei, pois estão em processo de formação e possuem necessidades de acolhimento especiais. Segundo Ferreira (2010), os profissionais devem compreender a realidade na qual o adolescente em conflito com a Lei está inserido, para que haja a garantia do acesso a serviços e com isso fortaleça o vínculo familiar, o acesso à educação, lazer e à profissionalização.

4.1 - Liberdade Assistida: Disparidades entre a prática e a teoria

A entrevista realizada com a assistente social que atuou na implantação do Liberdade assistida em Vespasiano e com uma pesquisadora que participou da elaboração do SINASE trouxe informações relevantes que serão pontuadas a seguir.

Em Vespasiano o Programa de Liberdade Assistida era executado pela ONG Adolescer, com o acolhimento das demandas do Liberdade Assistida mudou-se significativamente com a metodologia interventiva da instituição, com criação de uma nova perspectiva para os serviço prestado aos adolescentes. E finalmente no ano de 2011 foi passada a execução do Liberdade Assistida para o CREAS.

A Entrevistada 1, deixa claro que a medida era executada para garantir a proteção prevista no ECA. O trabalho era realizado com a família para que fosse avaliado quais as necessidades desses adolescentes e permitir a manutenção da matricialidade sócio familiar, algo que é previsto no Sistema Único Assistência Social (SUAS) como eixo estruturante da política, e a Entrevistada 2 confirma quando diz:

[...] Não é assistência que tem que ter uma grande discussão sobre família, sobre abordagem inclusive, pensar metodologias também sobre isso, não é só dela, mais ela tem ali porque ela também inclusive define como diretriz da sua política a matricialidade sócio familiar [...] (ENTREVISTADA 2, 2012).

Este é um ponto de concordância entre a Entrevistada 1 e a Entrevistada 2, onde as duas ressaltam a importância de se trabalhar a família. A questão da responsabilização, segundo Entrevistada 1, é uma das dificuldades encontradas, pois a maneira com que foi executada não leva o adolescente à reflexão de seu ato, a atuação é voltada a reinserção do adolescente na educação, e a profissionalização:

É muito difícil você conseguir que o adolescente responsabilize e até mesmo que ele admita que cometeu um ato infracional. Admitir no sentido de responsabilizar e entender que ele feriu e que ele ultrapassou o nível de convivência social, que ele afetou outras pessoas. Então a responsabilização eu acho que o grande sonho nosso profissional, mas na medida eu ainda acho que ta um pouco longe (ENTREVISTADA 1, 2012).

A medida deve ajudar o adolescente na construção de um projeto em busca de sua emancipação, o que seria o ideal na prática segundo a Entrevistada 2:

[...] a coerção está pensada aqui nos princípios legais, ai eu tenho que pensar como que eu cuido para que o pedagógico prevaleça sobre os critérios sancionatórios. Se eu pegar o capítulo seis do SINASE, logo no inicio ele vai dizer o seguinte que o adolescente ser alvo de um conjunto de ações socioeducativas que contribua na sua formação de modo que ele venha ser um cidadão autônomo, solidário, capaz de relacionar melhor consigo mesmo, com os outros e com tudo que integra e as suas circunstancias sem reincidir na prática de ato infracional [...]

Ao analisar a fala da Entrevistada 2, é notável a importância de seguir uma diretriz, até mesmo jurídica, para o nortear o profissional que executa a medida. E as dificuldades vistas na prática, alegadas pela Entrevistada 1, destaca que em Vespasiano essa diretriz foi acontecendo na prática, o que mostra uma dicotomia entre a teoria e a realidade. Com a criação do SINASE em 2006 e a sua aprovação como Lei⁴ em 2012, para que estas práticas sejam realizadas de maneira que venham atender efetivamente tanto os direitos dos adolescentes quanto responsabilizá-los, e que os mesmos possam ter consciência do ato praticado e traçar novas perspectivas que o levem em busca da sua emancipação social.

⁴Lei nº 12.594, de 18 de Janeiro de 2012: Institui o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (SINASE), regulamenta a execução das medidas socioeducativas destinadas a adolescente que pratique ato infracional; e altera as Leis nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente); 7.560, de 19 de dezembro de 1986, 7.998, de 11 de janeiro de 1990, 5.537, de 21 de novembro de 1968, 8.315, de 23 de dezembro de 1991, 8.706, de 14 de setembro de 1993, os Decretos-Leis nº 4.048, de 22 de janeiro de 1942, 8.621, de 10 de janeiro de 1946, e a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.

5 - LIMITES E DESAFIOS DA ATUAÇÃO DO ASSISTENTE SOCIAL FRENTE AS DEMANDAS DO ADOLESCENTE EM CONFLITO COM A LEI

A construção de um projeto ético-político fundamentado na teoria social crítica rompe com aspecto conservadores do qual foi sua gênese. Pensar a renovação crítica do Serviço Social é remeter a um contexto de amplo movimento de luta pela democracia. As novas demandas do Serviço Social são indissociáveis da sociabilidade capitalista, e está cercado de lutas políticas e culturais contra as desigualdades produzidas. É neste projeto de tensão de desigualdade e de conformismo que atua o assistente social. Atualmente a resposta social à “nova questão social” está no individualismo, é externalizada do âmbito social e transferida para o sujeito. É nas políticas públicas que o Serviço Social vai encontrar seu maior campo de trabalho, porém há grandes dificuldades como as condições institucionais que rebatem diretamente no exercício profissional.

Com o agravamento das expressões da questão social no Brasil e com a adoção de medidas focalizadas no que tange a materialização da assistência social, faz-se necessário discutir sobre a afirmação das políticas sociais, destacando o seu caráter universal.

O programa Liberdade Assistida, encontra dificuldades na sua execução, pois, como em todas as políticas sociais, tem barreiras como destaca a Entrevistada 1:

A grande dificuldade que eu tive e que eu ainda tenho e que o Serviço Social tem muito impasse é com as relações institucionais isso é que eu acho um dificultador. Primeiro é a sociedade entender o que é um trabalho social, o tempo do trabalho social, não é um tempo da sociedade. Que não é um tempo que administração, gestora pública tem (ENTREVISTADA 1, 2012).

A Entrevistada 1, mostra que o problema é na relação com as instituições e com a sociedade civil, algo que foi discutido também por Yazbeck (1999), quando afirma a necessidade de romper com o caráter de assistencialismo dos assistentes sociais, tem que haver uma vinculação com a Assistência Social e com as lutas sociais.

6 - CONSIDERAÇÕES FINAIS

Durante a realização da pesquisa em torno do Liberdade Assistida e sua execução quanto política pública e a intervenção do Serviço Social, toma-se por base de análise o conhecimento adquirido através dos dados empíricos e documentais. Observa-se a intervenção do assistente social no programa liberdade assistida, como um agente que contribui no processo de emancipação social destes adolescentes. O programa liberdade assistida é umas das políticas públicas da assistência social, que tem como objetivo garantir o convívio social e conscientizar o adolescente pelo ato cometido, porém como toda política social inserida na lógica neoliberal, possui desafios devido ao seu caráter fragmentado, não reconhecendo o sujeito como um todo, e minimizando o atendimento perante as demandas dos adolescentes.

Diante da ação minimalista do Estado, que reproduz um sistema de desigualdades e de múltiplas expressões da questão social, encontra-se o assistente social, que ao mesmo tempo atende às demandas do Estado, busca a garantia de direitos das classes subalternas. Este profissional tem como valor central a liberdade, a autonomia e a emancipação humana, para nortear as ações que a categoria deve seguir, o código de ética de 1993 se torna fundamental na prática profissional, desta forma, foi observada na atuação da Entrevista 1, assistente social, a preocupação em ter como direcionador o código de ética.

Um grande dificultador na prática profissional, é tornar o projeto ético político uma diretriz e tornar efetiva a sua implementação nas políticas de atendimento, pois as mesmas são focalizadas e permeadas de condicionais e esbarram na falta de recursos e de pessoas capacitadas para executar as políticas. Segundo a Entrevistada 1, há também um desafio peculiar que é a institucionalização:

Das relações institucionais e outro problema que eu acho também, é entenderem o que é uma política sócio educativa eu acho que isso é outro dificultador. [...] eu tenho pra mim que nem a família e nem o adolescente e nem mesmo as instituições entendem o que é realmente o cumprimento das medidas socioeducativas (ENTREVISTADA 1, 2012).

Percebe-se então que em Vespasiano houve uma dificuldade de compreensão da instituição, que presta o atendimento aos adolescentes, em entender o propósito da medida socioeducativa, isto refletiu diretamente na execução, onde traçou um caráter educativo, no qual não levou os adolescentes a refletirem nos atos praticados, deixando de lado a responsabilização, sendo que essas ações não possibilitaram a construção de um projeto emancipatório desses adolescentes.

Cabe destacar por fim, que o assistente social tem um papel crucial para a contribuição no processo da emancipação social dos adolescentes em conflito com a lei, porém não é só dele a responsabilidade ao acesso a recursos que garantam tal desenvolvimento. De acordo com a análise empírica o profissional tem contribuído durante a sua intervenção para que o adolescente construa uma nova perspectiva embasada na educação, mas está longe da emancipação prevista pelo código de ética e pelo ECA devido as limitações encontradas pela gestão das políticas. Isto pode ser observado na maneira na qual se deu a execução do Liberdade Assistida em Vespasiano, que foi prestada por uma ONG, reforçando a ideia de Yamamoto (2008) em que as políticas estão sendo prestadas através de setores privados tirando do Estado a responsabilidade de enfrentamento das expressões da questão social. Diante desta realidade é fundamental tornar os adolescentes autores de suas próprias histórias.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICA

ASSISTENTE SOCIAL de medidas socioeducativas. **Política social e o serviço social: o processo de emancipação do adolescente em conflito com a Lei.** Belo Horizonte. 2012. Entrevista concedida ao Grupo Liberdade Assistida. 10 nov. 2012.

BELO HORIZONTE. CIA/BH - Centro Integrado de Atendimento ao Adolescente Autor de Ato Infracional. Vara Infracional da Infância e da Juventude Setor de Pesquisa Infracional. **Relatório estatístico 2009/2011.** Belo Horizonte, 2011.

BRASIL. **Lei nº 6.697, de 10 de outubro de 1979.** Institui o Código de Menores. Brasília: Ministério da Justiça, 1979. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1979/L6697.htm>. Acesso em: 29 set. 2012.

BRASIL, Constituição da República Federativa do, 1988. – Brasília: **Senado Federal.** Subsecretaria de Edições Técnicas, 2002.

BRASIL, Lei nº 8.069, de 13 de Julho de 1990. Estatuto da Criança e do Adolescente. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil.** Brasília. DF, 1990.

BRASIL, Lei nº 8.742, de 07 de dezembro de 1993. Lei Orgânica da Assistência Social **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil.** Brasília. DF, 1993.

BRASIL, Lei nº 12.594, de 18 de Janeiro de 2012: Institui o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (SINASE), regulamenta a execução das medidas socioeducativas destinadas a adolescente que pratique ato infracional. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil.** Brasília. DF, 2012.

BRASIL, Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Secretaria Nacional de Assistência Social. Resolução CNAS nº 145 de 15 de outubro de 2004. **Política Nacional de Assistência Social – PNAS/2004.** Brasília, 2005.

BRASIL Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Secretaria Nacional de Assistência Social.** Disponível em: <<http://www.mds.gov.br/falemds/perguntas-35-frequentes/assistencia-social/pse-protecao-social-especial/pse-institucional/pse-institucional>>. Acesso em: 14 nov. 2012.

BRASIL Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Secretaria Nacional de Assistência Social.** Disponível em: <<http://www.mds.gov.br/assistenciasocial/financiamento>>. Acesso em: 21 nov. 2012

FERREIRA, Dias de Souza. **Liberdade assistida no estatuto da criança e do adolescente: aspectos da luta pela implementação de direitos fundamentais.** São Paulo: FAPESP; EDUC, 2010.

FROTA, Maria Guiomar da Cunha. A cidadania da infância e da adolescência: da situação irregular à proteção integral. In. CARVALHO, Alysson *et al.* **Políticas Públicas.** Belo Horizonte, Editora UFMG, 2002.

IAMAMOTO, Marilda Vilela. **Serviço social em tempo de capital fetiche**. São Paulo: Cortez, 2008.

ORTIZ, Fátima Grave. **Serviço Social e Ética**: a constituição de uma imagem social renovada. *Ética e Direitos: ensaios críticos*, Rio de Janeiro: Lúmen Júris, 2º ed., 2010. 123-137.

PESQUISADORA de medidas socioeducativas. **Política social como efetivação de direito**: a integralidade no atendimento ao adolescente no programa liberdade assistida. Belo Horizonte. 2012. Entrevista concedida ao Grupo Liberdade Assistida. 21 abr. 2012.

PRO-MENINO. **Liberdade Assistida**. Disponível em: <<http://www.promenino.org.br/Ferramentas/Conteudo/tabid/77/ConteudoId/babda755-3f90-4ab7-9d73-d23c496d2786/Default.aspx>> Último acesso em 17 out. 2012.

RIBEIRO, Carla et al. **Medidas sócio educativas em meio aberto**: a experiência de Belo Horizonte-Belo Horizonte: Santa Clara, 2010.

SALVADOR, Evilasio. Cenários da crise do capitalismo e as alternativas econômicas e políticas. **Fundo público e políticas sociais na crise do capitalismo**. Seminário anual de Serviço Social. Editora Cortez, São Paulo, 2010.

SARAIVA, João Batista da Costa. **Adolescente e ato infracional** – Garantias processuais e medidas socioeducativas. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 1999.

SINASE, Sistema Nacional De Atendimento Socioeducativo. **Secretaria Especial dos Direitos Humanos**. Brasília-DF: CONANDA, 2006.

TRIVIÑOS, A. N. S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais**: a pesquisa qualitativa em educação. São Paulo: Atlas, 1987.

YAZBECK, Maria Carmelita. **O Serviço Social como especialização do trabalho coletivo**. Capacitação em serviço social e política social: Modulo 2: Crises Contemporânea, Questão Social e Serviço Social. Brasília: CEAD, 1999.

OS DELITOS DA CARNE E SUA REPRESSÃO EM MINAS GERAIS SETECENTISTA



<http://eoi.citefactor.org/10.11248/ehum.v6i1.1093>

Hilton César de Oliveira

Doutor em História pela UFF

h.cesar.oliveira@uol.com.br



<https://orcid.org/0000-0001-5624-0490>

Professor do Centro Universitário de Belo Horizonte – UNI-BH.

RESUMO: O presente trabalho visa investigar algumas formas de repressão ao delito da carne em Minas Gerais setecentista, especialmente, no que concerne ao concubinato. Serão ainda consideradas as formas pelas quais se davam o enquadramento de sua prática, bem como a imputação de penas aos transgressores e suas implicações.

PALAVRAS-CHAVE: Concubinato; relações de poder; devassas episcopais; legislação canônica; Minas Gerais

ABSTRACT:

This study aims to investigate some forms of repression of crime meat in Minas Gerais eighteenth century, especially with regard to concubinage. Will also be considered the ways in which they were given the framework

INTRODUÇÃO

De modo geral o concubinato como um delito da carne consistia em uma relação continuada entre um homem e uma mulher, sem que houvesse o prévio recebimento do casal no seio da Igreja Católica, por intermédio do sacramento do matrimônio. Muito embora fosse essa a compreensão mais corrente, a tipificação do amasio acabava ficando a mercê das interpretações nada ortodoxas de uma catolicidade mais das vezes adversa à doutrina cristã.

Fato é que em Portugal havia uma tolerância desmedida em relação às uniões realizadas sem o aval da Igreja. Tal quadro sofrerá modificações a partir da instituição do sacramento do matrimônio pelo Concílio de Trento. A ação conciliar intentou suprimir toda a ambigüidade a respeito do concubinato, qualificando-o de pecado grave, grande mal, crime, objeto de excomunhão, depois de ser feita a excomunhão.¹ Para o Concílio, pecado grave é que qualquer solteiro tenha concubinas, mas gravíssimo e especial desprezo desse grande sacramento, viverem também os casados nesse estado de condenação e atreverem, às vezes, a tê-las e sustentá-las na própria casa com suas mulheres.²

Quanto à penetração na sociedade das novas deliberações tridentinas, no tocante ao casamento, equivale salientar que, em muitas localidades de Portugal, como a região do Minho, por exemplo, a tradição dos casamentos contratuais prevaleceu, a despeito da insistência dos bispos reformadores. Ainda assim, foram firmes as determinações do Concílio de Trento para que as Arquidioceses redigissem as suas Constituições Sinodais e, que nelas empregassem especial atenção na promoção do matrimônio e na repressão ao concubinato.

No que se refere à América Portuguesa feitas as exceções às dioceses do Maranhão e de Belém, que permaneceram sufragâneas do Arcebispado de Lisboa, as Cons-

* ¹ LODOÑO, Fernando Torres. Público e escandaloso : Igreja e concubinato no antigo bispado do Rio de Janeiro. Tese de Doutorado apresentada à FFCHL da USP, 1986, p.12.

² O sacrossanto e ecumênico Concílio de Trento em Latim e português. Rio de Janeiro, Livraria de Antônio Gonçalves Guimarães e Companhia, 1874. 2v. Sessão XXIV.

³ LODOÑO, Fernando Torres. Público e escandaloso : Igreja e concubinato no antigo bispado do Rio de Janeiro. Tese de Doutorado apresentada à FFCHL da USP, 1986, p.15.

⁴ Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia, Livro V, Título XXXIX, 1720.

tituições Primeiras do Arcebispado da Bahia, em 1707, definiram o que se passaria a entender por concubinato nas demais curias da Colônia: “o concubinato ou amancebamento consiste em uma ilícita conversação do homem com a mulher, continuada por tempo considerável”.³

Preocupadas com a vigilância da conduta moral dos fiéis e dos prelados, as mesmas Constituições definiam também como se fariam as devassas episcopais e estipulavam como seriam os seus mecanismos de funcionamento⁴

No que tange ao concubinato, o Auditório Eclesiástico deixava bastante claro que, na caracterização do delito do concubinato, tornava-se necessário o fato ser público e notório perante toda a população do lugar. A função dos moradores, ao delatar os casos de mancebia pública e notória, acabava pois por legitimar a ação dos visitantes.

O que se observa nesse particular da visita é uma perfeita simbiose entre a “voz pública” e a visitação. A população, ao definir o que era público, notório e escandaloso, o fazia balizada pela particular compreensão do que eram essas três coisas, o que implica dizer que essa compreensão esteve sujeita a variações regionais de toda a sorte e não se prestava a uma compreensão única.

Apesar disso é preciso ficar atento ao fato de que a vida a dois sem casamento aparecia absorvida pela palavra concubinato, como uma expressão que caracterizava um crime, desqualificando e diferenciando as pessoas. Isso se devia à conotação de condição ilícita, de relações que dificilmente poderiam chegar ao casamento, como no caso do adultério. Tal conotação era reforçada no interior da sociedade pelos organismos de poder em nome da preservação da ordem escravocrata, do casamento-aliança e do estado religioso.

Em sendo assim esse poder era expresso na autoridade que se fazia presente, no contexto de uma admoestação do pároco, em uma visita pastoral ou em um processo canônico, e deixava claro que essas relações caracterizavam um pecado e um comportamento condenado, o da mancebia ou concubinato. Quando isso acontecia, as pessoas, em suas declarações ante a justiça eclesial, podiam passar a acrescentar a palavra que caracterizava como crime o comportamento dos casais não casados, aproveitando-se de seus diferentes significados.

Em primeiro lugar, sobretudo no final do século XVIII, nota-se, pela frequência com que aparece na documentação, a delação de práticas criminosas efetuadas na Comarca do Rio das Mortes, associada à prática simultânea do delito do concubinato:

Diz o padre Carlos Ribeiro da Fonseca , vigário encomendado da matriz de N. S. de Monserrate de Baependi , que ele na sua freguesia têm muitos fregueses que andam a quatro e cinco anos excomungados por não obedecerem aos preceitos e nem temerem a Deus absolutos, não têm respeito aos seus párocos, nem ouvido as representações que eles como pias espirituais são obrigados a dar-lhes para a salvação de suas almas. Como dentre esses há um Antônio Correia de Miranda que sem temor de Deus anda concubinado com uma mulher casada ...tendo desta filhos e filhas e não lhe bastando desonesta as próprias filhas, e fugindo essas para uma casa grave se foi todo armado à dita casa prometendo mortes e chumbos(...) E como é absoluto e anda no caminho do diabo teme-se algum absurdo(...) Já que não temem a espada da Igreja a justa interesse de V. excelência.⁵

⁵Avulsos da Secretaria de Governo, 8 de Março de 1776, APM, cx.8, doc. 28.

Nota-se no presente caso a justaposição do delito de concubinato ao delito de in-

cesto, em que o pároco local narra a sua impotência em punir seu freguês, dada a particular violência com que esse costuma se portar. De qualquer forma, a narrativa do pároco se atém principalmente na condição concubinária com requinte de adultério, por se tratar de mulher casada.

Uma pergunta pode inquietar, uma vez que a carta fala de “muitos fregueses a andarem excomungados a quatro e cinco anos” por que um único indivíduo teve uma representação nominal na correspondência? Crê-se que essa pergunta possa ser respondida se se levar em consideração o caráter cumulativo dos delitos praticados pelo mesmo freguês. Deve ter sido esse o motivador maior de sua delação, por parte do vigário.

Associados a crimes comuns, mais relacionados à esfera temporal, também poderiam figurar crimes de concubinato como o que se vê abaixo:

Ponho na presença de V. Excelência o requerimento que me fizeram os moradores da picada de Goiás de Tamandoá contra Manuel de Barros, homem pardo, sendo casado no Arraial de Santa Luzia de Sabará, deixando e nenhum caso fazendo de sua mulher, ausentando-se a mais de seis ou sete anos desta. Fugitivamente se passou por essa picada por insultos e destratamente tem vivido e vive com escândalo com duas concubinas e pelo seu escândalo e atrevimento nem os sacerdotes se atrevem a corrigi-lo, e a tudo se atreve... Eu não devo adiantar castigos e prisões sem saber a vontade de V. Excelência, e o que eu devo praticar porque de outro modo é viver em guerra e não respeitaram as ordens de V. excelência (...) ⁶

No documento acima, a conduta desregrada do denunciado praticando, simultaneamente, adultério e concubinato, com agravante de ter abandonado a legítima esposa, aparece contiguamente a sua conduta de revoltoso. No entanto, é recomendada na carta cautela quanto às punições a serem aplicadas aos desviantes, o que sugere a precariedade dos poderes tanto espiritual como temporal em punir os transgressores. A manutenção da paz passa pela parcimônia com que as autoridades devem se comportar para evitar problemas mais sérios, como a guerra sugerida no documento acima.

É bastante clara a situação de impotência do poder metropolitano, sobretudo, nas regiões mais afastadas do centro administrativo da capitania, o que sugere então, de outro modo, deliberações regionalizadas do que era passível de ser punido ou não. Tal afirmação não significaria mergulhar o concubinato no buraco negro do relativismo, simplesmente é um convite para se debruçar na especificidade com intuito de se melhor compreenderem as diversas roupagens e funções que o delito pode tomar.

Outra evidência de que as atenções se voltavam para a região sul da capitania pode ser depreendida do documento abaixo: uma carta enviada pelo bispo de São Paulo, d. Frei Manuel, ao então governador da Capitania de Minas Gerais, dom Rodrigo da Cunha Menezes:

De saudosa lembrança que conservo do ilustríssimo e excelentíssimo senhor Francisco da Cunha Menezes, digníssimo irmão de V. Excelência, o perpétuo agradecimento de que me confesso devedor dos muitos favores e obséquios com que sempre me honrou, as quais graças eu de algum modo gratifico dirigindo a Deus pios votos e orações pela sua vida e felicidade. Tudo isso junto às particulares honras e mercês com que V. Excelência me trata. São fortes os estímulos que continua-

⁶Avulsos da Secretária de Governo, APM, carta de 25 de julho de 1782, cx. 32, doc.4.

⁷Avulsos da Secretária de Governo, carta de 13 de agosto de 1786, APM, cx.16, doc.4.

*mente despertam o meu reconhecimento para não perder a mais leve ocasião de fazer a V. Excelência todo o possível obséquio. Eis me aqui Excelentíssimo Senhor o que me move ir a seus pés na presente ocasião , e mesmo tendo determinado mandar visitar algumas freguesias que pertencendo a este meu bispado tem a felicidade de estar debaixo do domínio temporal de V. Excelência (...)*⁷ A estreita ligação que o documento sugere entre dom Rodrigo José de Menezes e o bispo de São Paulo pode ser indicativa de que esses laços eram determinantes no estabelecimento de ações conjuntas entre os poderes espiritual e temporal. O que permite fazer tal afirmação é que, no caso específico da Capitania de Minas Gerais, não foram poucas as contendas entre os bispos de Mariana e os governadores, em decorrência do relacionamento conflitante entre os dois poderes.

A inexistência de trabalhos dedicados ao governo de dom Rodrigo José de Menezes nos impede de traçar um perfil pormenorizado da ação desse governante. Por outro lado, encontramos, com bastante regularidade na documentação, ações por ele empreendidas, no sentido da promoção de melhorias na Capitania .

Sabe-se apenas que o mesmo adquiriu sólida experiência na administração colonial enquanto esteve à frente da Capitania de Goiás, sendo em seguida nomeado para o governo de Minas Gerais.

Durante o seu governo, são inúmeros os relatos da expansão de áreas de conquista, sobretudo na região leste da Capitania. Associado a essas conquistas esteve presente o remanejamento de grupos sociais considerados “facinorosos” que eram para essa região desterrados em virtude de sua má conduta.

Talvez tenha sido essa a preocupação de dom Rodrigo José de Menezes, ao solicitar ao bispo de São Paulo a execução de visitas às áreas sujeitas a sua autoridade temporal, mas da mesma forma sujeitas ao báculo do bispo de São Paulo. Manter essa população voluntariosa bem vigiada deveria ser uma das metas perseguidas pelo governador.

No documento, as devassas são encaradas como um ato político, motivado por obrigações de que o bispo de São Paulo é devedor à família do governador da Capitania de Minas Gerais , no entanto, não há nenhuma ênfase quanto ao aspecto sacerdotal e pastoral que as devassas podem comportar. Ao que parece, o que menos importa para o bispo são as razões que motivaram o pedido.

Em virtude da abertura de novas áreas de conquista, não foram poucos os párocos que lançaram mão da denúncia para se verem livres de fiéis indesejosos. Nesses casos, solicitavam ao governador a pena de desterro, sobretudo como punição aos concubinados, quando poderiam oferecer algum risco a suas ovelhas:

Não poderemos os párocos dessas Minas reger o rebanho de que se acham encarregados se não forem auxiliados pela alta proteção de V. Excelência . e a procuro reverente para o presente caso nesta freguesia da catedral de Mariana se acha uma mulher parda chamada Lourença , por antenomazia a espada , esta além de separada de seu marido (ilegível) nos parece deviam fazer lhe esquecer de semelhantes paixões ,mas os inveterados hábitos tem passado a natureza de costume de seus escândalos, sem que eu no decurso de seis anos que provido a essa igreja possa arrancar lhe esse veneno com as saudáveis admoestações e contínuas correções fraternas , mas antes a encontro mais desenvolta , escandalosa a ponto de chegar a incomodar as vizi-

⁷Avulsos da Secretária de Governo, Mariana 11 de janeiro de 1786, APM, cx 16, doc.04.

nhanças com impuresas e palavras, rixas, desordens, sem pejo do mundo e temor a Deus . V. Excelência por serviço de Deus e bem comum queira por sua alta piedade desterrá-la desta freguesia para lugar aonde não possa voltar com facilidade (...) ⁸

Ao que tudo indica, no final do século XVIII, as áreas de conquista se constituíram em verdadeiros ergástulos de toda sorte, formados por indivíduos considerados desviantes pelas autoridades da Capitania. A severidade do meio fazia com que essas áreas fossem evitadas pela maior parte dos colonizadores, acostumados ao enriquecimento mais rápido, advindo da mineração.

Interessante frisar a denominação que essas áreas ganharam, com frequência, na documentação: áreas de presídio, com o claro intuito de se enfatizar a defesa que se constituía contra os índios botocudos, habitantes da região Leste da Capitania. Perante a necessidade imanente de se ocupar um território ainda praticamente vazio da presença do colonizador, a única alternativa que se apresentava era ocupá-lo com indivíduos considerados perturbadores do “sossego público”.

São inúmeras as correspondências solicitando medidas mais enérgicas por parte do governador:

Nessa ocasião dou parte a V. Excelência como em dois do corrente mês mataram Claudio Soares, passador arrematante da passagem do Rio Grande, e me dizem que foi um cunhado do mesmo e mais um genro e um camarada que lhe deram três tiros e nem sepultura lhe deram e o deixaram ao tempo. Disseram-me que os matadores haviam dito que o havia matado por tirar a sua própria filha ao genro para manter-se amancebado com ela. Os mesmos matadores ainda se acham na mesma paragem assistindo no distrito de Piumhi... Também pela ordem de V. Excelência de 6 de maio expedida pelo capitão Manuel Caetano Guede , enquanto V. Excelência me recomenda a conservação do povo , em virtude da mesma ponho na presença de V. Excelência o sumário junto das pessoas perturbadoras desse distrito para que V. Excelência de toda providência para se por este povo em sossego (...) ⁹

O envio do rol de culpados pelas autoridades de distritos e freguesias constituiu-se num procedimento usual durante o governo de dom Rodrigo da Cunha Meneses. Por intermédio deles o governador podia, então, fazer prender os culpados e os remeter para as áreas de conquista. A incidência da punição aos considerados vadios e concubinários esteve relacionada à necessidade da ocupação de territórios desabitados na Capitania.

O amancebamento visto como algo condenável por ser ofensivo a Deus, podendo causar a danação da alma, obviamente, provocava repulsa na comunidade e mal estar em quem o praticava, por essa razão a manutenção do segredo apresenta-se como algo de fundamental importância dentre os casais. O que era bastante difícil, posto que a própria tacanhice dos núcleos populacionais tornaria essa tarefa praticamente impossível. Portanto o casal concubinado ficaria à mercê de seus vizinhos que poderiam denunciar ou não o seu “escandaloso comportamento”.

É muito comum virem coladas à expressão concubinato, as expressões “público” e “escandaloso” como uma espécie de superlativo ao delito. Isto se deve ao fato de que só se poderia caracterizar o amasio com a anuência da comunidade, ou seja, a sua prática deveria ser do conhecimento da maior parte da população do lugar, e que ainda

⁸Carta de 20 de julho de 1782 endereçada ao governador d. Rodrigo da Cunha Meneses pelo capitão mor José Antônio da Silva , APM, SC, cod. 229, f.82-3.

⁹Alvará de 26 de setembro de 1769, Coleção de leis do reino, APM, pp.19-20.

causasse escândalos dentre os moradores. Para se evitarem transtornos, a discrição, desde que possível, poderia ser uma saída.

O alvará de 26 de setembro de 1769, em que há a proibição da retirada de devassas de concubinato sem que se fiquem evidenciados os concubinos com “*geral e público escândalo*”, constitui um bom exemplo do que se está dizendo¹⁰. Outra amostra pode ser dada por intermédio de uma carta enviada ao governador da Capitania de Minas Gerais, Visconde de Barbacena, por Antônio Feliciano. Na correspondência, o missivista denuncia ao governador as atrocidades cometidas por um João da Costa e seu irmão Felisberto Costa de Alcami Ferreira:

*E para se conhecer a sua má e péssima conduta basta ver que sem temor a Deus publicamente com escândalo é público a vista e tal delito descasou e tem em sua companhia a uma mulata forra de nome Antônia mulher de José da Silva Ribeiro (...) tirando-a do poder do dito seu marido e ameaçando-o de que se atrever a falar vai lhe tirar a vida, de forma que vive com ela de portas adentro (...)*¹¹

No que se refere ao uso dos vocábulos na esfera eclesiástica, o procedimento acima descrito se constitui também em uma postura usual, sendo que as Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia são reveladoras a esse respeito, ao associar a caracterização do concubinato ao escândalo e à fama pública: “*se alguma pessoa eclesiástica, ou secular, solteiros ou casados, que estejam amancebados com escândalo e disso haja fama na freguesia, lugar, roça ou aldeia ou na maior parte da vizinhança ou na rua.*”¹²

Ao que tudo indica, a Igreja teria sido a responsável pela introdução da idéia do público e do escandaloso associada ao concubinato, o que permite concluir que, na realidade, a instituição sabia de suas limitações no combate ao delito, preferindo transferir para o seio da comunidade a responsabilidade da expurgação dos transgressores, reservando para si, na maior parte dos casos, o papel de executora da “vontade popular”.

A Igreja atuava prioritariamente nas consciências dos fiéis inculcando a condenação dos ajuntamentos carnavais fora dos cânones tridentinos. Isso era viabilizado pela ampla ação pastoral dos clérigos no interior da sociedade. A competência em expiar os pecados, reservada à Igreja, fazia com que, de uma forma ou de outra, ela fosse lugar de passagem obrigatória àqueles que queriam redimir-se da culpa. Tratava-se, então, não de se extirpar o pecado, mas sim de administrá-lo a contento.

Equivale salientar que, em uma atmosfera de tamanha religiosidade, uma vez definido o que é pecado, há naturais mecanismos de auto-regulação internos na sociedade. A auto-regulação, por sua vez, não produz um padrão único de comportamento, pois está associada intimamente à sociedade que a produz. Talvez seja isso o que deve ser considerado ao se debruçar especialmente sobre o problema do concubinato em Minas Gerais colonial.

O praticante do amasio, além de se ver também às voltas com sua consciência, sabe perfeitamente que está incorrendo em um crime passível de execração perante a comunidade. A comunidade, por sua vez, pode ou não se insurgir contra o transgressor. Sua atitude estará relacionada ao papel exercido por ele em seu interior. Talvez seja por essa razão que as petições formuladas às autoridades coloniais, denunciando o mau comportamento de indivíduos em particular, vêm sempre compostas a uma delação de amancebamento.

As visitas diocesanas podem também revelar de outra forma alguns outros pro-

¹⁰Avulsos da Secretária de Governo, APM, caixa 29, doc. 5. Correspondência enviada do Julgado de São Romão em 23 de setembro de 1795.

¹²Regimento do Auditório Eclesiástico do Arcebispado da Bahia, Coimbra, R. Col. das Ates da Companhia de Jesus, 1720, p. 89.

cedimentos no trato com o concubinato. Aqui se vai falar, principalmente, como elas podem ter sido perfeitamente incorporadas na dinâmica da vida colonial mineira. A relação que se estabelece com a população pode se diferenciar das práticas verificadas na esfera civil. O que está em discussão é a função expiadora da visita, qual seja, a sua função pastoral de remissão dos pecados.

Uma vez tornada pública a fama de concubinário no interior da sociedade, o indivíduo só poderia se retratar se aceitasse receber as “*saudáveis admoestações do visitante*”, o que de certa forma o deixava livre de um peso em sua consciência. O que se observa então é o estabelecimento de um ciclo vicioso que pode explicar a frequência da reincidência nos casos de concubinato. Em outras palavras, o que se pode entender é que a visita pode ter acabado por legitimar a prática do amancebamento, cuidando somente para que não houvesse um total descontrole. É importante frisar que quase todas as reclamações elaboradas contra as visitas realizadas em Minas Gerais estiveram relacionadas a problemas de natureza financeira, não havendo condenação quanto à forma como a visita se dava. Tal procedimento pode ser especialmente revelador a esse respeito.

Donald Ramos a partir dos conceitos de “*voz popular e cultura popular*”, propõe um nova leitura sobre o problema do concubinato, sugerindo, à maneira de Ginzburg, uma imbricação entre a cultura popular e a cultura das elites letradas administradoras da colônia. Visando comprovar suas hipóteses, se utiliza de algumas partes do texto das Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia, especialmente do Regimento do Auditório Eclesiástico.¹³

O que o autor parece querer demonstrar é a clarividência de um conjunto de valores distinto daqueles tradicionalmente associados à Igreja católica, mas tolerados por ela enquanto deles não se fizesse escândalo – “*enquanto o comportamento não se torna perigoso a ponto de provocar a ira da comunidade*”¹⁴.

O fato da definição do crime estar relacionado à opinião da comunidade implica que é essa mesma opinião que define o que é verdade. Ao assim proceder, as autoridades permitiam o aparecimento de percepções coletivas alternativas, deslocando a determinação da moralidade da esfera do universal para o âmbito particularista do local. Tem-se como decorrência disso, segundo Donald Ramos, no Brasil colonial, uma cultura dominante contraposta a uma cultura alternativa, ou popular e, entre elas, ocorrem acomodações muitas vezes.¹⁵

A manifestação dessa cultura alternativa, ou popular, era a “*voz popular*”, ou, como em menos frequência se dizia, “*voz pública ou voz comum*”. Era, portanto, ela que dava legitimidade às incursões das autoridades.

Outra faceta que o amancebamento pode vir a tomar no interior da sociedade se refere aos mecanismos de promoção social. A situação de concubinário associada a questões concernentes à cor da pele pode dificultar sobremaneira o acesso aos postos superiores na administração colonial. Por essa razão, o concubinato, salvo as exceções, não era um estado desejável para quem o vivenciava. As dificuldades de ordem financeira associadas à excessiva burocracia episcopal tornavam o casamento um produto de consumo praticamente reservado à elite, vedado aos demais grupos sociais o sonho do matrimônio.

Os representantes do poder metropolitano e nobreza da terra deveriam ser indivíduos de conduta irrepreensível, pelo menos aparentemente, ou seja, não poderiam praticar delitos que fossem do conhecimento público e notório da população. A idéia de “*virtude*” prevalecia quando da composição dos quadros administrativos. O que não implica dizer que o concubinato não fosse praticado pelos escalões administrativos da colônia, pois o era. Apenas se está afirmando que a posição ocupada pelo in-

¹³Uma leitura mais atenta desse documento revela um refrão comum. O texto enumera quarenta perguntas a serem feitas em cada povoação. O tom destas perguntas ressalta logo a primeira: ‘Se sabem ou ouviram dizer que alguma pessoa cometeu o gravíssimo crime da heresia ou apostasia, tendo, crendo, dizendo ou fazendo alguma coisa contra a nossa Santa Fé Católica em todo ou em algum artigo dela, ainda que disso não esteja infamado’. Dezoito das quarenta perguntas contêm a frase ‘ainda que disso não esteja infamada’ em relação a determinado comportamento. Ela aparece em perguntas relacionadas com heresias, feitiçarias, adivinhação, bigamia, casamento de padre, falta do padre em dar os sacramentos ou a extrema unção, ou em não cumprir a sua função para com os seus paroquianos.’ Conclui-se, então, que nas perguntas sem especificação os atos tinham que ser denunciados, mesmo se deles não houvesse conhecimento generalizado. Em outros em que aparece “e disso haja fama pública”, só seria denunciado se fosse do conhecimento de todos e causasse infâmia e perturbasse os vizinhos. A pergunta dezessete é conclusiva neste aspecto: ‘Se alguma pessoa eclesiástica, ou secular, solteiros ou casados, que estejam amancebados com escândalo e disso haja fama na freguesia, lugar, roça ou aldeia ou na maior parte da vizinhança e na rua. RAMOS, Donald. A “voz popular” e a cultura popular no Brasil do século XVIII. In: SILVA, Maria Nizza da (org^a) Cultura portuguesa na Terra de Santa Cruz. Lisboa: Estampa, 1995, p.138.

¹⁴RAMOS, Donald. A “voz popular” e a cultura popular no Brasil do século XVIII. In: SILVA, Maria Nizza da (org^a) Cultura portuguesa na Terra de Santa Cruz. Lisboa: Estampa, 1995, p.138

¹⁵Idem, p.141

divíduo requeria dele um maior cuidado, posto que, em caso de contenda com algum inimigo, sua condição de concubinado se revelaria como uma fragilidade a ser utilizada por um opositor.

Uma maior ou menor importância ao delito do concubinato estaria então relacionada ao papel exercido pelo indivíduo no interior da sociedade. Ao longo deste trabalho foram dados inúmeros exemplos de denúncias tanto das autoridades eclesiásticas quanto das civis, ligadas ao fato de essas autoridades, querendo ficar livres de elementos considerados indesejáveis em suas comunidades, apressavam-se em pontuar sua situação de mancebia.

Pode-se perceber ainda, em alguns casos, a inversão do discurso. Quando os moradores da freguesia de Santo Antônio da Itaberaba Catas Altas quiseram se ver livres da subordinação a vigaria de vara da Comarca do Rio das Mortes, alegando o dispendio de vultosas somas quando dos preparatórios para o casamento, apresentaram o documento de denúncia:

*(...) Os suplicantes padecem nas causas, e dependências que tem no juízo eclesiástico da vara que está na cabeça da dita comarca principalmente em matéria de preparatórios para casamentos porque são os contraentes obrigados a dar seus depoimentos na presença do vigário de vara, e considerando a excessiva despesa que se faz e os riscos e distancias dos caminhos se não efetivam muitos casamentos de que resulta talvez viverem muitas pessoas sem grande risco da sua salvação que se tivera remediado se o Reverendo bispo desacoasse a freguesia dos suplicantes da dita comarca e a unisse a cidades de Mariana(...)*¹⁶

Observe-se que a petição, implicitamente, ao falar das dificuldades da efetivação dos casamentos alega que “talvez” haja pessoas que vivam em decorrência disso com grandes riscos para a sua salvação. É óbvio que se está falando aí de pessoas vivendo em concubinato, sendo o vocábulo “talvez” usado estrategicamente, indicando apenas uma sugestão, não o reconhecimento de que o delito estava sendo praticado. Mas com certeza as autoridades entenderiam a mensagem.

Frente a argumento tão poderoso, embora não se saiba do desfecho¹⁷, é bem provável que as autoridades tenham sido sensibilizadas e que a concessão tivesse sido feita à freguesia de Santo Antônio de Itaberaba Catas Altas.

As roupagens tomadas pelo concubinato podem se diversificar. Como se observou, o que permite concluir que os grupos sociais ao manipulá-lo tão habilmente, sabiam muito bem tirar vantagens ao negá-lo quando oportuno fosse, assim como também podiam praticá-lo quando lhes conviesse. Podem-se avaliar essas manobras como um processo de reinvenção do discurso oficial sobre o concubinato. A sua utilização como ponto de argumentação para se efetuar uma mudança de jurisdição de uma freguesia revela, nesse sentido, o seu poder de persuasão no interior da sociedade.

Mais alguns exemplos podem ser elucidativos acerca da variação presente nas falas acerca do amancebamento. Do arraial de Santa Luzia, Antônio José, em 14 de setembro de 1786, faz súplica ao governador, Luiz da Cunha Menezes, pedindo providências contra o negro Jerônimo acusando-o de induzir sua escrava a abandoná-lo.

Antônio José de imediato diz que, depois de mais ou menos 8 anos, ter uma escrava, de nome Bernarda Angola, como sua propriedade resolveu libertá-la sem lhe cobrar um só real, contanto que a mesma se “compromettesse em servi-lo enquanto fosse vivo, criando-lhe duas suas filhas”.¹⁸ Após ter dado a sua escrava a carta de liberdade,

¹⁶Câmara Municipal de Mariana, 8 de dezembro de 1758, APM, cod. 21, f. 120 (verso).

¹⁷Embora investigasse não consegui localizar a resposta à petição nos códices concernentes a Câmara Municipal de Mariana.

¹⁸Avulsos da Secretaria de Governo, APM, caixa 16, doc.5, f1

¹⁹Idem ibidem, f2

ela lhe teria abandonado deixando-o “*gravemente molesto, sem lhe querer cozinhar, nem buscar água para beber e querendo-a repreender, se levantou contra ele várias vezes, como é público e notório.*”¹⁹” Nessa primeira parte da correspondência, o suplicante enfatiza dois pontos que devem ser relevados: 1) a ingratidão da escrava que, mesmo sendo liberta, resolveu abandoná-lo; 2) o caráter de serem públicos e notórios os maus tratos a que era submetido pela escrava. Continua o suplicante declarando ser um negro chamado Jerônimo o responsável pela indução de sua escrava, havendo o agravante de que “*há 20 dias, pouco mais ou menos, por indução do suplicado, furtaram as meninas do suplicante, e um cavalo, cangalha (...)*”²⁰” A partir daí o caso começa a intrigar o leitor: por que a escrava furtava as filhas do suplicante? tratavam-se de filhas ilegítimas de uma relação de concubinato entre o senhor e a escrava, das quais a mãe foragida queria a guarda? No documento não é declarada a idade das meninas, mas pode-se inferir que se tratava de crianças bem novas, posto que foram roubadas.

Note-se que, em todo o momento, Antônio José oculta a sua situação de amancebado com a sua escrava Bernarda Angola. Nesse sentido pode-se concluir que se o suplicante declarasse a sua condição perante o governador, talvez não pudesse ver atendida a sua súplica. Por outro lado, a exemplo do que aqui se fez, as autoridades poderiam ter inferido também uma relação de concubinato implícita no caso, mas aquilo, naquele momento, não estava em discussão. Havia necessidade por fim de que a comunidade do local se manifestasse sobre o caso, e é o que seria feito ao serem tomados os depoimentos das testemunhas.

Ao se pronunciarem a respeito do caso, as testemunhas condenariam ou não as atitudes do negro Jerônimo, ou seja, elas o execrariam obviamente, levando em consideração os interesses da própria comunidade. Não seria tal atitude a manifestação da voz pública ou popular aludida por Donald Ramos?

Após a apresentação da queixa formal por ordem do governador, o capitão do arraial, Antônio Peixoto de Melo, mandou tirar um sumário sobre o incidente ocorrido, arrolando as testemunhas necessárias. Todas as testemunhas foram unânimes na confirmação do delito praticado pelo negro Jerônimo:

*Manoel dos Santos, homem branco da freguesia do Ancere do conselho de Baião... disse que sabe de ciência certa pelo ver, e presenciar que o negro Jerônimo e Manoel de Souza Gomes crioulo forro são os culpados não só nessa desordem de lhe induzirem a sobredita escrava, mas também de lhe tirarem duas meninas e um cavalo... que tudo pertencia ao dito queixoso (...)*²¹, José Antônio da Rocha homem branco natural da freguesia de Santo Antônio da Casa Branca morador nesse arraial (...) sendo inquerido sobre a desordem ocorrida a Antônio José... disse ser verdade pelo ver e presenciar (...)²²

Outras quatro testemunhas, Gregório de Souza de Carvalho, José da Costa Porto, Thomas Borges de Sá, Maria de São José, confirmaram tudo o que foi exposto pelo suplicante, além de adicionarem que a escrava Bernarda Angola “*frequentava a casa do dito Manoel de Souza a onde se tratava ilícitamente com o negro Jerônimo.*”²³” A omissão dada aos tratos ilícitos entre o senhor e a escrava, pois tudo leva a crer que viviam concubinando, (as crianças mencionadas com certeza haviam sido geradas a partir dessa relação) não seria observada na relação com o negro Jerônimo, mostrando bem de que lado a população do arraial se encontrava.

²⁰Idem, *ibidem*, f.3

²¹Idem, *ibidem*, f. 7

²²Idem, *ibidem*, f.9

Por fim, analisar-se-á uma petição encaminhada ao governador da capitania de Minas Gerais, Visconde de Barbacena, por Antônia Maria do Espírito Santo reivindicando a posse de uma escrava que lhe havia sido doada pelo alferes Joaquim José da Silva Xavier e que, em virtude do confisco dos bens dos inconfidentes encontrava-se sub custódia do juiz do seqüestro de Vila Rica. A suplicante dizia:

*que estando na companhia da viúva sua mãe Maria José, vivendo com toda a honestidade, e recato, a principiou a aliciar o alferes Joaquim José da Silva Xavier, o qual debaixo de palavras de honra, e promessas esponsalicias lhe ofendeu a pudicie, de cuja ofensa resultou conceber, e dar a luz um feto do mesmo Alferes (...)*²⁴

Em seguida continua a postulante dizendo que “o mesmo Alferes (...) passou a o extremoso excesso de arrancá-la a suplicante dos braços de sua mãe, e vivendo em sociedade por causa daquela promessa, doou a mesma uma escrava por nome Maria de nação Angola (...)”²⁵ A expressão concubinato, tão usual no século XVIII, foi aí substituída pela palavra “*sociedade*”. Isto pode significar, em um primeiro momento, a necessidade de se justificar a doação da escrava por haver uma relação entre Tiradentes e Antônia Maria do Espírito Santo e, dessa relação, resultar em um “feto”. Contudo a expressão concubinato, carregada de negatividade, estrategicamente não apareceu. Antônia Maria do Espírito Santo esvazia a palavra concubinato de sentido, ao declarar ter sido “*aliciada*” pelo alferes Joaquim José da Silva Xavier, com promessa de casamento. O parecer foi favorável à requerente desde que a mesma justificasse “*a verdade de todo o exposto com pessoas fidedignas, e justificando manda se ser entregue a ela a referida escrava com seus filhos, fazendo-se as declarações precisas no respectivo seqüestro para constar a todo tempo.*”²⁶ Nesse caso, infelizmente, não estavam contidas na documentação trabalhada as declarações das testemunhas, o que impossibilita ver o desfecho final. De qualquer forma, ao que parece, há uma sensibilização por parte do juiz do seqüestro responsável pelo despacho acima, posto que a única exigência do mesmo é que se procedesse à confirmação do declarado pela postulante por intermédio de pessoas *fidedignas*.

Mais uma vez será delegado à comunidade o papel de julgar a atitude de seus membros. Caso houvesse a confirmação do alegado, fatalmente Antônia Maria do Espírito Santo teria restabelecida a posse da escrava. São esses alguns exemplos que podem lançar luz sobre o intrincado universo de compreensão do amasio em Minas Gerais setecentista. Acredita-se que, embora houvesse uma concepção oficial do delito do concubinato tanto nas Ordenações Filipinas quanto nas Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia, os sentidos tenham variado, e nesse caso, os regionalismos preponderariam. As sociedades humanas são excepcionalmente criativas quando se trata da satisfação de suas

Referências Bibliografia :

CERCEAU NETTO, Rangel. Um em casa de outro. Concubinato, família e mesquagem na Comarca do Rio das Velhas (1720-1780). São Paulo/Belo Horizonte: Anablume/PPGH/UFMG,2008;

²³Idem, ibdem, f.12

²⁴Avulsos da Secretária de Governo, APM, caixa 19, doc.63, f. 2

²⁵Idem, Ibidem, f.3

²⁶Idem, Ibidem, f.4.

LODOÑO, Fernando Torres. Público e escandaloso : Igreja e concubinato no antigo bispado do Rio de Janeiro. Tese de Doutorado apresentada à FFCHL da USP, 1986, p.12.

RAMOS, Donald. A “voz popular” e a cultura popular no Brasil do século XVIII. In-: SILVA, Maria Nizza da (orga) Cultura portuguesa na Terra de Santa Cruz. Lisboa: Estampa, 1995, p.138.

RAMOS, Donald. A “voz popular” e a cultura popular no Brasil do século XVIII. In-: SILVA, Maria Nizza da (orga) Cultura portuguesa na Terra de Santa Cruz. Lisboa: Estampa, 1995, p.138

SANTOS, Igor Bruno Cavalcante; OLIVEIRA, Hilton César de. Facetas do Matrimônio em uma vila mineira: uniões entre reinóis e mestiças em Sabará (1750-1800). e-hum, [S.l.], v. 5, n. 1, p. 81-103, jul. 2012. ISSN 1984-767X..